

GIOVANI LUIZ ROMANI

IGREJA E PASTORAIS SOCIAIS :

**A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA e o CONSELHO
INDIGENISTA MISSIONÁRIO NA DIOCESE DE DOURADOS (1971-2000)**

GIOVANI LUIZ ROMANI

IGREJA E PASTORAIS SOCIAIS :

**A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA e o CONSELHO
INDIGENISTA MISSIONÁRIO NA DIOCESE DE DOURADOS (1971-2000)**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Dourados, para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Jérri Roberto Marin

Dourados – 2003

GIOVANI LUIZ ROMANI

**IGREJA E PASTORAIS SOCIAIS : A COMISSÃO
PASTORAL DA TERRA e o CONSELHO INDIGENISTA
MISSIONÁRIO NA DIOCESE DE DOURADOS (1971-2000)**

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente e orientador: Prof. Dr. Jérri Roberto Marin _____

2º Examinador _____

3º Examinador _____

Dourados, _____ de _____ de 2003.

DADOS CURRICULARES
GIOVANI LUIZ ROMANI

NASCIMENTO	10/04/1971 – SÃO JOSÉ DO CEDRO/SC
FILIAÇÃO	Rosa Missio Romani Aquilino Romani
1991/1994	Curso de Graduação em Filosofia Fundação Educacional de Brusque/SC, FEBE
1996/1998	Curso de Especialização em História, na Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO-Guarapuava/Pr.
2001/2003	Curso de Mestrado em História, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. Campus de Dourados.

RESUMO

O trabalho aborda as Pastorais Sociais, sobretudo a Comissão Pastoral da Terra e o Conselho Indigenista Missionário, na Diocese de Dourados de 1971 a 2000, analisando sua gênese e função social, enfocando o discurso e atuação dos episcopados de D. Teodoro Leitz e D. Alberto Först. Durante este período, ocorreram mudanças significativas na Igreja em âmbito global. Pelas idéias advindas do Concílio Vaticano II, 1962 - 1965, a Igreja Latino-Americana propiciou, através das Conferências de Medellín em 1969 e Puebla em 1979, uma reflexão pastoral direcionada para uma realidade de exclusão social, favorecendo para que ocorresse a criação das Pastorais Sociais. O apelo à participação política visava mobilizar e organizar a sociedade civil frente a um Estado autoritário, repressor e excludente. Na gestão de D. Teodoro, 1971 a 1990, ocorreu na diocese de Dourados a criação do CIMI e da CPT, juntamente com outras pastorais, que promoveram um maior engajamento do leigo nas relações entre o Estado e Igreja. Este episcopado também favoreceu a reestruturação das Diretrizes Pastorais, com a promulgação do Sínodo Diocesano, embora propiciando na Igreja uma leitura conservadora, que aos poucos ganha respaldo e, com o pontífice João Paulo II, se desencadeia um processo de restauração, favorecendo uma pastoral com um viés nitidamente conservador. Essa conjuntura se reflete na diocese com o episcopado de D. Alberto Först, quando as Pastorais Sociais são remodeladas e reconfiguradas, vigorando a reparoquialização e a centralização das decisões pastorais.

ABSTRACT

This paper approaches the Social Pastorals, specially the Commission Pastoral of Earth and the Missionary Council for Indigenous Affairs, at Dourados' diocese from 1971 to 2000, analyzing its genesis and social function, focusing the discourse and the performance of D. Teodoro Leitz and D. Alberto Först episcopates. Along this period, had occurred meaningful changes in the Church in global extension. By the ideas that came from the Vatican II Council, 1962 – 1965, the Latin-American church offered, through the Medellín's Conferences in 1969 and Puebla in 1979, a Pastoral reflection conducted for a reality of social exclusion, supporting that the creation of social pastoral occurred. The appeal of politician involvement sought to mobilize and organize the civil society facing an authoritarian, repressive and abstained State. On D. Teodoro's administration, from 1971 to 1990, occurred at Dourados' diocese the creation of CIMI and the CPT, joined with other pastorals, which promoted higher engagement of layman in the relationship between State and Church. This episcopate also supported the restoration of pastorals route of direction, with the promulgation of the Synod Diocesans, though offering in Church a conservative lecture, that step by step gains strength and, with the pontific John Paul II, it comes to a process of restoration, supporting a pastoral with a sloping distinctly conservation. This whole conjecture reflects in the Diocese of D. Alberto Först episcopate, when the social pastorals are remodeled and reconfigured, coming this way the reparochialization and the centralization of pastorals decisions.

AGRADECIMENTOS

A Deus.

À minha esposa pelo incentivo, amor e dedicação. Pelos momentos que estive distante, sempre compreensiva e atenciosa.

A toda minha família, em especial aos meus pais, Rosa e Aquilino, que muito apoiaram e torceram por mim. Sem deixar de lembrar a querida mana Ir. Lorena, que muito colaborou com textos e apoio. À Leonila Missio, pela ajuda e carinho. E um obrigado ao David e à Edviges.

Ao professor Jérri Roberto Marrin, pela orientação e sugestões neste período de trabalho.

Aos professores Dr^a Adir Casaro Nascimento e Dr^o Ivan Aparecido Manoel, membros da banca de qualificação que me proporcionaram valiosas orientações, nem sempre seguidas com a profundidade solicitada.

Aos professores Cláudio Vasconcelos, Marina, Paulo Cimó, Wilson Biasotto e Jérri pelo aprendizado, orientações e dedicação de suas aulas.

Aos colegas do curso.

Aos colegas de trabalho.

Aos amigos da FINAN pela colaboração.

Aos amigos “galças”, de quem em muitos momentos me afastei, pelo carinho e atenção.

De vez em quando é preciso parar.

Pra pensar, sonhar, rever amigos e comungar...

Emmanuel Marinho

SUMÁRIO

RESUMO	05
ABSTRACT	06
LISTA DE FIGURAS	10
LISTA DE ABREVIATURAS	11
INTRODUÇÃO	13
1 – O EPISCOPADO DE DOM TEODARDO	21
1.1 – A Igreja Católica Pós-Concílio Vaticano II	21
1.2 – A atuação episcopal de D. Teodardo Leitz na Diocese de Dourados (1971 – 1990)	34
1.2.1 – CIMI – Conselho Indigenista Missionário na Diocese de Dourados	41
1.2.2 – A CPT – Comissão Pastoral da Terra na Diocese de Dourados	46
1.3 – Conflitos e Resistências – As Pastorais Sociais na Administração de D. Teodardo	50
2 – A REESTRUTURAÇÃO DAS DIRETRIZES PASTORAIS	67
2.1 – O Sínodo Diocesano de Dourados	72
2.2 – Diretório Pastoral: A Sedimentação do Trabalho	90
3 – O EPISCOPADO DE DOM ALBERTO	98
3.1 – A Igreja Católica e o Movimento de Restauração	98
3.2 – A Gestão Episcopal de D. Alberto Först	104
3.3 – Os Trabalhos Pastorais na Diocese de Dourados	101
4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	133
5.1 – Documentos diversos citados	133
5.2 – Artigos/Relatórios/Atas	135
5.3 – Fontes Oraís	140
5.4 – Bibliografia e fontes de caráter bibliográfico	141
6 – ANEXOS	149
6.1 – Bula Papal da Criação da Diocese de Dourados	149
6.2 – Ata de Posse de D. Alberto Först	150
6.3 – Atestado de Transmissão de Cargo	151

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Foto – D. Teodardo	21
Figura 2 – Foto – D. Teodardo com João Paulo II. Visita à Santa Sé.	34
Figura 3 – Foto – D. Teodardo como “missionário do sertão” do Mato Grosso	35
Figura 4 – Foto – Trabalho de subsistência indígena. Índias Bororos	41
Figura 5 – Mapa – Aldeias na diocese de Dourados	45
Figura 6 – Foto – Visita de D. Teodardo na ocupação de Santa Idalina	52
Figura 7 – Foto – Assentamento temporário na Vila São Pedro	55
Figura 8 – Foto – Votação das propostas do Sínodo	75
Figura 9 – Foto – Celebração Lançamento do Diretório	92
Figura 10 – Foto – D. Alberto e João Paulo II. Visita à Santa Sé	98
Figura 11 – Foto – Celebração da Posse de D. Alberto	104

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

ADP	–	Assembléia Diocesana de Pastoral.
AL	–	América Latina.
CCP	–	Conselho Comunitário de Pastoral.
CDC	–	Código de Direito Canônico.
CDL	–	Conselho Diocesano de Leigos.
CEBs	–	Comunidades Eclesiais de Base.
CELAM	–	Conselho Episcopal Latino-Americano.
CEOC	–	Centro Ecumênico de Orientação e Convivência.
CPDO	–	Centro Universitário de Dourados.
CF	–	Campanha da Fraternidade.
CIMI	–	Conselho Indigenista Missionário.
CNBB	–	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.
CPD	–	Conselho de Pastoral Diocesano.
CPP	–	Conselho de Pastoral Paroquial.
CPT	–	Comissão Pastoral da Terra.
DP	–	Diretório Pastoral.
ECC	–	Encontro de Casais com Cristo.
FETAGRI	–	Federação dos Trabalhadores na Agricultura.
FUNAI	–	Fundação Nacional do Índio.
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INCRA	–	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
IPAD	–	Instituto Pastoral Diocesano.
IPJ	–	Instituto de Pastoral da Juventude.
ISER	–	Instituto de Estudos da Religião.
JAC	–	Juventude Agrária Católica.
JEC	–	Juventude Estudantil Católica.
JOC	–	Juventude Operária Católica.
MCS	–	Meios de Comunicação Social.
MFC	–	Movimento Familiar Cristão.
MST	–	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.
OPAN	–	Operação Anchieta.
PJ	–	Pastoral da Juventude.
PKÑ	–	Projeto Kaiowá – Ñandeva.
PP	–	<i>Populorum Progressio.</i>
PS	–	Pastoral Social.
PUC	–	Pontifícia Universidade Católica.
R.M.	–	<i>Redemptoris Missio.</i>
RCC	–	Renovação Carismática Católica.
S. D.	–	Santo Domingo.
SOMECO	–	Sociedade Melhoramento e Colonização.
TFP	–	Tradição, Família e Propriedade.
UDR	–	União Democrática Ruralista.
UFMS	–	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

INTRODUÇÃO

Na atualidade, falar em religião é estar, algumas vezes, na moda. São tantos os acontecimentos de âmbito internacional envolvendo religiões, que nos passa despercebido o sentido do ato religioso em nossas vidas. São muitos os movimentos sociais e forças religiosas que, no mundo atual, não medem esforços no sentido de aproximar cada vez mais os diferentes povos, etnias, culturas e tradições religiosas. Esmeram-se em construir sociedades em que, de um lado, as necessidades materiais básicas sejam satisfeitas para haver possibilidade de dignidade de vida e, de outro lado, as relações sociais sejam pautadas pelo diálogo, fraternidade e respeito com o outro.

Para a compreensão da religiosidade hodierna, são necessárias análises do campo das representações, além da análise do discurso. O objeto de análise são as Pastorais Sociais¹, sobretudo o Conselho Indigenista Missionário e a Comissão Pastoral da Terra na diocese de Dourados, ou seja, sua gênese e as diretrizes episcopais ao longo das gestões de D. Teodoro Leitz, de 1971 a 1990 e de D. Alberto Först, de 1990 a 2000. Nosso olhar está centralizado na forma como o episcopado estruturou e redefiniu a atuação das Pastorais Sociais. Nosso objetivo é inter-relacionar o discurso da Igreja institucional com as ações

¹ As pastorais sociais estão interligadas a um conjunto maior de normas, constituídas pelas Dimensões da Evangelização da Igreja no Brasil. Criadas na 7ª Assembléia Geral Extraordinária da CNBB, localizada em Roma, em 1965, assim como os seis objetivos específicos, que se chamariam de linhas, do Plano de Pastoral de Conjunto – PPC. Na 21ª Assembléia Geral da CNBB, em 1983, ocorreu a troca de nomes, vindo a chamar-se de dimensões, “com o intuito de que esta expressão mostra que os vários aspectos da única realidade global, que é a missão da Igreja, estão ligadas entre si” (CNBB, *Diretrizes gerais para ação pastoral da Igreja no Brasil*, p. 42).

teóricas e práticas das Pastorais Sociais, CIMI e CPT, existentes na diocese de Dourados. Demonstrar como foram readaptadas à realidade diocesana essas diretrizes institucionais.

Nosso trabalho priorizará as políticas episcopais, especificamente a CPT e o CIMI, que tiveram grandes envolvimento na diocese de Dourados no período proposto para estudo. Faz-se necessário mencionar que por pastorais sociais entendem-se múltiplas denominações, que articulam e possuem ações diferenciadas, por trabalharem com grupos e até mesmo classes sociais distintas. Há diferentes distinções entre as pastorais sociais: algumas restringem sua atuação a ações assistencialistas em determinada comunidade ou paróquia, tendo exclusividade para espaços determinados, enquanto outras estão voltadas para trabalhos específicos numa realidade múltipla como saúde, pastoral carcerária, migrantes, entre outras. Nesta pesquisa, delimitamos duas pastorais sociais, CPT e CIMI, justamente pela abrangência e complexidade que estas pastorais tiveram nas décadas finais do século XX.

As pastorais sociais foram articuladas pela CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e propõem-se trabalhar a partir da conscientização, da organização e da mobilização para concretizar, em ações sociais e específicas, a solicitude da Igreja diante de situações reais de marginalização. As pastorais sociais apresentam-se como se estivessem voltadas e articuladas para as condições socioeconômicas da população. Nesse sentido, o trabalho representativo da Igreja, através de seus membros devidamente reconhecidos nos “ritos de celebração”, faria com que os indivíduos encontrassem nestes espaços forças para transformar o mundo. Essa mudança, não só de hábitos, mas essencialmente de condutas elementares na realidade objetiva, reconduz o indivíduo para uma condição de sujeito na história, enquanto elemento presente numa sociedade estruturada e, especialmente, na forma de ator: a pessoa que na sociedade negocia, participa e reestrutura os discursos, interligando-os e proporcionando uma reflexão crítica para uma tomada de decisão.

Demonstrar as permanências e/ou mudanças, identidades e representações é ir buscar uma construção com o dado e o indubitável. Ajuda-nos nesta temática Michel de Certeau, que destaca as possibilidades dessas pastorais em reverter as estratégias, utilizar de táticas para se manterem atuantes. Nosso trabalho deve pautar-se com cautela, pois as verdades são parciais e construídas. No cuidado de não tomar os documentos como

neutros, analisamos as palavras identificadoras, justapostas ao todo, as quais são escolhidas e possuem significados (CERTEAU, 2001, p. 18).

Na relação que se estabelece entre o bispo, voz autorizada, e o leigo, portador dessas microliberdades, de táticas e resistências, há uma permanente e constante mudança nas práticas pastorais, revelando verdadeiro jogo de interesse nas maneiras de compreender e identificar o social. Nesse sentido, é significativa a contribuição de Roger Chartier no âmbito da História Cultural, na qual se identifica o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. A história cultural permite articular três modalidades da relação com o mundo social: em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos. Entendem-se as várias manifestações de pastorais e movimentos, os diversos olhares e maneiras de trabalhar com o social. Em segundo lugar, Chartier destaca as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição. Por fim, destaca as formas institucionalizadas e objetivadas, graças às quais o bispo, bem como as pastorais, movimentos e lideranças marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade (1988, p. 16-23).

Chartier realiza uma interpretação das culturas populares, referente à arte da leitura, em que o essencial é compreender como os mesmos textos podem ser diversamente aprendidos, manipulados, compreendidos. “No ponto de articulação entre o mundo do texto e o mundo do sujeito coloca-se necessariamente uma teoria da leitura capaz de compreender a apropriação dos discursos, isto é, a maneira como estes afetam o leitor e o conduzem a uma nova norma de compreensão de si próprio e do mundo” (CHARTIER, 1988, p. 24). O texto carrega implicitamente um poder de ação que, diante das interpretações mais originais possíveis, se traduz em posturas e comportamentos éticos diferenciados. Isso acontece primordialmente pelas interpretações subjetivas referentes ao texto.

As obras historiográficas consultadas, do período que abarca a pesquisa sobre a Igreja, ressaltam a necessidade de compreender as múltiplas possibilidades e as diferentes formas de leitura do social elaboradas pelo pensamento teológico no seu confronto histórico entre Igreja e a diversidade de culturas, nas quais se insere. Isso permite-lhe uma ação flexível e autônoma, bem como a construção de um discurso próprio e revelador das

representações sociais, que vai além da simples reprodução mecânica e rotinizada, caracterizando-se por uma cuidadosa construção da mensagem histórica.

A análise do discurso faz-se presente pela diversidade de elementos congruentes, não se compreende como neutro, mas procura atender aos interesses de quem os manipula, produzindo, por sua vez, táticas e atuando no intuito de atribuir e validar um projeto ao grupo social. Pensamos que o discurso dos bispos é uma coisa e a atuação das pastorais sociais pode ser outra. Depende de quem as anima, as orienta e nem sempre fica diretamente ligado à fala autorizada do bispo. Foi o que aconteceu, por exemplo, quando D. Alberto extinguiu a CPT na diocese, em outubro de 1998. Apesar disso, os agentes ligados à Comissão Pastoral da Terra, utilizando-se de estratégias, como contatos com organismos internacionais, conseguiram verbas para dar continuidade aos trabalhos na diocese.

Neste processo, procuramos destacar os fatores que moldaram os discursos, bem como sua representatividade no campo das pastorais sociais. As permanências e mudanças geradoras de conflitos, tanto internamente na Igreja como também as reações de grupos e classes sociais que divergem quanto à opção da Instituição Católica nos campos sociopolítico e econômico.

Ainda na abordagem teórica, enquanto pontos de referência para nortear a discussão da temática, em especial na representação da autoridade episcopal, Pierre Bourdieu destaca que a autoridade confere credibilidade, pois é revestida e reconhecida para falar em nome da instituição. O discurso possui credibilidade quando conferido pela pessoa autorizada. Essa pessoa é reconhecida pelo grupo, que, através do ritual de investidura, lhe confere um poder simbólico. O discurso religioso produz práticas e estas conduzem a estratégias de ação. Podemos dizer que o discurso conferido pelo representante institucional que fala em nome da Igreja possui uma ação coercitiva, no sentido de atribuir ao outro valores e conceitos adquiridos no rito de consagração (BOURDIEU, 1998, p. 97-111).

A luta incansável da Igreja é promover uma homogeneidade, congregando todos os movimentos e pastorais a uma mesma lei e mesma ordem. Diante deste prisma, as análises se apóiam no conceito de “Autocompreensão da Igreja.” Augustin Wernet define o conceito como: “tipos ideais, ou seja, ‘construção mentais’ ou ‘imagens mentais’ para cuja elaboração se faz necessário, exagerando elementos específicos da realidade, selecionar características dela e as ligar entre si num quadro mental relativamente homogêneo” (1987, p. 12).

Outro ponto de referência nas análises ao conceito de autocompreensão é a do professor Ivan A. Manoel, que assim conceitua o termo: “as autocompreensões da Igreja representam aqueles momentos em que uma determinada forma de **organização** (sic), de tarefas auto-atribuídas e de auto-entendimento se torna dominante e durante um certo tempo direciona toda a atividade católica” (1998, p. 06).

Destacar o alcance e significado do conceito autocompreensão da Igreja em determinados períodos históricos é julgar e tomar posição a respeito de qual Igreja estamos falando. A Igreja das Comunidades Eclesiais de Base é a mesma da Renovação Carismática Católica, do Neocatecumenato? Suas funções são as mesmas? Ao proporcionarmos uma discussão sobre como as várias autocompreensões indicam a existência de modelos e interpretações teológicas diferentes, impõe-se-nos o estudo daquela configuração de Igreja específica, para se determinar quais foram suas atitudes e significado histórico.

A proposta de estudo abarca a compreensão de Igreja a partir do Concílio Vaticano II² (1962–1965), que representou um espaço onde a Igreja propunha um diálogo com o mundo moderno, para atender às novas necessidades colocadas pelo contexto contemporâneo. A autonomia às Igrejas locais, o compromisso com a humanidade em suas situações concretas, a definição da Igreja como Povo de Deus, a colegialidade dos bispos e a ênfase no presbitério diocesano, a valorização dos leigos, a missão da Igreja no mundo, tudo isso marcava os passos da trajetória da Igreja Católica iniciada significativamente por João XXIII, que permaneceu à frente da Igreja de 1958 a 1963.

Destaca Ivan A. Manoel, referindo-se ao entendimento das compreensões das vozes autorizadas na Instituição, que estas promovem uma reconfiguração, redefinições ao modelo de Igreja em determinados períodos históricos.

Quando nos referimos às autocompreensões da Igreja, nos referimos de fato à Igreja na sua vertente institucional em um dado momento histórico, onde o Papa (entende-se, a hierarquia eclesiástica) define um conceito de

² O Concílio Vaticano II aconteceu em Roma de 1962 a 1965. O papa João XXIII foi o pontífice que convocou esse evento, e o papa Paulo VI o encerrou. O Concílio Vaticano II foi um evento eclesial que fundamentou um novo projeto para a Igreja. Segundo Leonardo Boff, “O Concílio Vaticano II devolveu à Igreja a consciência de que ela está no mundo e numa missão de serviço, por isso a comunidade cristã não pode alhear-se ao trabalho, à técnica e à construção da cidade do homem.”(BOFF. *O Caminhar da Igreja com os oprimidos*, p. 45). O Vaticano II foi um encontro contextualmente eclesial que definiu diretrizes e lançou as bases para um catolicismo renovado, especialmente por meio da divulgação de documentos importantes: *Lumen Gentium* (sobre a Igreja) e a *Gaudium et Spes* (sobre a vida dos cristãos no mundo).

Igreja, estabelece as suas tarefas e estratégias de ação e reordena sua política interna em função de seu projeto político e pastoral externo, e essa nova forma de auto-entendimento permanecerá em vigência até ser substituída por outra, gerada nas suas próprias contradições internas e externas (1998, p. 07).

Neste contexto buscamos compreender as relações que favoreceram o acontecer de uma Igreja que desejava comprometer-se com as causas sociais, como também com o processo que propiciou um novo modelo de Igreja com a restauração promovida por João Paulo II.

A autocompreensão da Igreja como Povo de Deus, como também todas as mudanças advindas do Vaticano II, promoveram na América Latina e Caribe uma reorganização ao modelo de trabalho pastoral. Assim, a Conferência Episcopal Latino-Americana de Medellín, em 1968, proporcionou o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base e, a Teologia da Libertação sua expressão própria e original. Puebla, em 1978, marcou pela opção preferencial pelos pobres, mas a Igreja já apresentava nítidos sinais de mudança de direção.

A partir de 1980, com o pontífice João Paulo II, principia-se uma virada. Aos poucos se observa uma volta à doutrina tradicional, à centralização do poder, mais ênfase no universo romano-católico do que ao ecumenismo, pouca abertura ao mundo moderno, discriminação da mulher e das religiosas, punição aos teólogos da Teologia da Libertação, ressurgimento do clericalismo e do triunfalismo, Código de Direito Canônico e Catecismo Universal nivelando todas as Igrejas particulares e todas as comunidades, sob uma mesma lei, favorecendo a homogeneização, impedindo assim que modelos ou interpretações teológicas se diferenciasssem do centro, da Santa Sé.

A lógica imanente de tal processo se refere à prática do poder na Igreja com uma finalidade bem precisa. A prática do poder se dá de maneira mais concentrada em vista de manter uma unidade mais definitiva e perceptível. Assim, pensa-se que o corpo eclesial terá mais condições de enfrentar o mundo moderno em profundo processo de dilaceramento. Nessa ofensiva, somente uma Igreja visivelmente unida, em torno de Roma, Igreja universal, e em torno do bispo, Igreja particular, teria credibilidade e vigor num mundo visto como dividido e caótico. Diante desse contexto, fazem-se representativas as atitudes da Igreja em aplainar, direcionar o vetor a um mesmo objetivo. A grande busca foi a re-união, onde o Papa reúne novamente a Igreja frente aos dogmas, combatendo as tendências como a Teologia da Libertação, punindo teólogos, como Leonardo Boff,

transferindo bispos e dividindo dioceses. Tudo isso na justificativa de manter, controlar, vigiar e promover uma Igreja homogênea, ligada ao princípio fundamental *unidade na diversidade*. Pelo contraste, a Igreja será evangelizadora. E o Papa com suas viagens apresenta-se como o grande missionário dessa Igreja unida, centrada, visivelmente reconhecível.

Retratar este período histórico implica em refletir sobre as ações circunstanciais nas dimensões do local e global, ou seja, representar através da escrita os acontecimentos suscetíveis de “mudança”.

Vários autores nacionais como Roberto Romano, Márcio Moreira Alves, Luiz Gonzaga de Souza Lima, José Oscar Beozzo, dentre tantos que compõem esta gama de reflexões referentes às relações entre Igreja e Estado, nas quais destacam os conflitos, apropriações de discursos e superações de entendimentos quanto ao trabalho social, configuram os enlaces que são trabalhados nessa dissertação. Mas também compõem esta supremacia autores estrangeiros, como Scott Mainwaring, John Burdick, Michael Löwy, Medard Kehl, entre vários, que, direcionando suas críticas ao modelo de Igreja configurado na América Latina, em especial no Brasil, contribuíram para a compreensão dos jogos de interesse dentro da própria Igreja e suas articulações com o poder do Estado.

Devemos, sem dúvida, destacar a importância significativa das produções regionais. Dentre os memorialistas, destacamos Frei Pedro Knob, *A Missão Franciscana no Mato Grosso* que aborda os franciscanos em terra de “Missão” e na criação de paróquias e dioceses no Mato Grosso; Jerri Roberto Marin, em sua tese de doutorado, *O Acontecer e “Desacontecer” da romanização na fronteira do Brasil com o Paraguai e Bolívia (1800 – 1960)*, analisa a presença da Igreja na região de Dourados através da atuação da diocese de Corumbá.

As fontes analisadas foram de arquivos públicos e particulares. Relevam o arquivo da Cúria Diocesana de Dourados, arquivos paroquiais, da CPT regional em Campo Grande, bem como da CPT diocesana e do arquivo do CIMI. Muito contribuiu o acervo do Centro de Documentação Regional do CPDO.

Entre as várias tipologias documentais analisadas, queremos destacar: *Cartas Pastorais* de D. Teodoro e D. Alberto – faz-se necessário registrar que foram encontrados poucos documentos desse teor, infelizmente não ocorreram cuidados em arquivá-los –; Relatórios das Assembléias Diocesanas; Atas e Relatórios das Pastorais Sociais; Relatórios

do CIMI e da CPT; o Noticiário *ELO* da diocese de Dourados – é mister salientar que o grande vulto das informações coletadas está contido nestes informativos, de tiragem mensal: o informativo destaca as atividades pastorais, os posicionamentos episcopais e o direcionamento das próprias diretrizes diocesanas –; Documentos da CNBB, em especial do Regional Oeste 1, os quais delimitam as diretrizes pastorais para as dioceses do regional; jornal *O Progresso*, com grande circulação na região.

Trabalhamos com fontes orais: a memória de pessoas envolvidas no processo estudado. Para isso, realizamos e mencionamos sete entrevistas, as quais são trabalhadas analiticamente ao longo do corpo do texto. As imagens iconográficas presentes na dissertação têm por mérito unicamente a ilustração, não foram utilizadas como fonte.

Diante de tais considerações, apresentaremos a estruturação de nosso trabalho. Esta dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro, propusemo-nos a analisar o cenário internacional, nacional e regional. As origens do CIMI e da CPT na diocese de Dourados, bem como a opção de trabalho de D. Teodardo efetivada nas resistências às causas geradoras de conflitos tanto internas quanto externas à Igreja. No segundo, abordamos a reestruturação das diretrizes pastorais, efetivadas por um momento de transição episcopal na diocese e por fatores nacionais e internacionais que remodelaram o discurso e prática na Igreja. Seguindo as orientações da Santa Sé e da Igreja Nacional, a diocese cria o Diretório Pastoral, com objetivos claros de nortear todos os trabalhos dentro de uma linha caracterizada como Pastoral de Conjunto. Fica, portanto, estabelecida uma homogeneidade na Igreja. O terceiro visa, respectivamente, analisar o episcopado de D. Alberto, em especial as permanências e mudanças ocasionadas pela propagação da *Nova Evangelização*, proposta pelo atual papa João Paulo II.

1. O EPISCOPADO DE DOM TEODARDO

Figura 1 – D. Teodardo Leitz



Fonte: Cúria diocesana de Dourados

Abrindo as páginas da História
Vejo sangue derramado,
Ouço choros e gemidos
E corpos desfigurados...
E os grandes fazendo festa
À custa dos massacrados.

É da RAÇA GUARANI
Que eu trato com respeito
Por isto tiro o chapéu
E com a mão sobre o peito
Me curvo vendo a história
Deste povo com seu jeito.³

1.1. A IGREJA CATÓLICA PÓS-CONCÍLIO VATICANO II

Quando lemos as fontes e/ou produções historiográficas da Igreja num determinado período histórico, detectamos uma ramificação de elementos interligados entre si e que possuem uma sedimentação histórica alicerçada nas autocompreensões dessa instituição

³ D. JOSÉ GOMES. Em *A História de São Sepé*. Mimeo. D. José Gomes, foi bispo da diocese de Chapecó, SC. *In memoriam*, foi um dos fundadores do CIMI e da CPT, sendo presidente de ambas as entidades na década de 1980.

no meio social, com vínculos claramente sobrepostos nas dimensões política, econômica e cultural. O que queremos mostrar, nesse primeiro capítulo, é a ação da Igreja diocesana de Dourados, a partir do episcopado de D. Teodardo, interligada com a Santa Sé e com as diretrizes da Igreja latino-americana e brasileira e com a realidade da REGIONAL OESTE I, o qual compreende o Estado de Mato Grosso do Sul.

Retratar este período histórico implica em refletir sobre as ações sociopolíticas e econômicas nas dimensões local e global, ou seja, representar por meio da escrita os acontecimentos susceptíveis de “mudança”. Buscar as razões que propiciaram uma autocompreensão da Igreja voltada para o social, explicações num emaranhado de concepções embrionárias nas mais diversas circunstâncias, tanto da realidade européia quanto latino-americana, brasileira e regional, para adentrar com sutileza as dimensões do trabalho pastoral na Diocese de Dourados. Ou seja, recuperar os aspectos que favoreceram ou favorecem o desenrolar dos acontecimentos. Partimos do princípio de que há uma ligação intrínseca entre os fatos, promovendo o desenrolar de novos paradigmas. De fato, em cada momento histórico há suas particularidades, características, umas reacionárias outras progressistas, ambas são norteadoras de elementos que compõem o corpo dogmático da Igreja Católica. Neste processo, esboça-se o viés propulsor da análise, cujos fatos conjunturais e estruturais delinearam os trabalhos sociais e sacramentais da Igreja diocesana.

A representação no *corpus* institucional de segmentos conservadores ou progressistas é uma análise que se faz a partir do entendimento das teorias interpretativas de ser Igreja, ou seja, da opção dos membros que compõem esta instituição nos trabalhos pastorais. Se se aborda uma Igreja alicerçada na interpretação evangélica e em projetos fundamentalmente sociais – pela qual se busca uma transformação das condições de vida, vinculada a uma atuação no campo político; a qual faz-se representar diretamente com a participação de seus membros em movimentos, solidificando-se com a aceitação de uma filosofia partidária – estrutura-se uma Igreja popular. Mas a Igreja institucional, absolutamente hierárquica, busca na aparente unidade de seus membros a permanência de dogmas, coibindo a participação e envolvimento do clero em ações representativamente politizadas, ficando estas determinadas ao leigo, sendo este, por sua vez seguidor das normas institucionais aprovadas pela Igreja.

A configuração social que se avoluma, não só no Brasil, mas em âmbito internacional, é bem mais complexa e possui novas dimensões, isso em meados da década

de 60. No olhar da Igreja, há tensões entre países disputando as disponibilidades e recursos do planeta. Nos países subdesenvolvidos, onde a agroexportação é a base da economia, verifica-se um êxodo de populações rurais para os centros urbanos e, ao mesmo tempo, ocorre uma proletarização dos agricultores. Não se trata apenas de capitalistas que exploram os trabalhadores da mesma nação, mas são nações desenvolvidas, com capitais e força de trabalho, exercendo um neo-colonialismo sobre as mais pobres.

Na busca pela gênese das fundamentações, tanto teóricas quanto práticas, do desencadeamento pastoral, que proporcionaram uma mudança nas formas de condução no próprio agir eclesial, a quem concerne a ocupação na Igreja Católica pelos oprimidos⁴ na América Latina, devemos, sem dúvida, retratar em âmbito de Igreja universal a chegada ao papado de Angelo Giuseppe Roncalli, o João XXIII⁵, que permaneceu na direção da Igreja Católica de 1958 a 1963, e que “pediu que os bispos se empenhassem em obter uma clara visão da realidade em que trabalhavam, que fizessem um plano de ação correspondente à realidade para somar e canalizar as forças e iniciativas e que se lançassem a uma corajosa execução do plano” (BEOZZO, 1996, p. 38).

Na gestão de João XXIII, iniciou-se uma nova forma de inserção da Igreja na sociedade. Vinculada com as novas conjunturas internacionais, a Igreja Católica adere a um trabalho de cunho social, especialmente na América Latina que fora palco de uma constante intervenção militar. Cabe-nos abrir um parêntese e dizer que não foi toda a Igreja, ou seja, todo o episcopado, que aderiu a este projeto, mas uma parte significativa de bispos que passaram a assumir uma visão de cunho social.

Neste contexto, o papa João XXIII publica a encíclica *Mater et Magistra*, em 1961, referente à evolução da questão social à luz da doutrina cristã. Neste documento, há implicitamente um discurso de cunho social que representou, especialmente na América Latina, reflexões e suscitou a organização de diretrizes que explicitamente se

⁴ Destacamos que esta ocupação na Igreja Católica pelos oprimidos, refere-se à mudança ocorrida na instituição a partir dos anos de 1960, com a organização das CEBs, que “estimulam seus membros a participarem das lutas sociais lado a lado com as outras pessoas, sem que a Igreja enquanto tal dirija essas lutas” (OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. *Perfil social e político das lideranças de CEBs no Brasil*. In: *Memória e Caminhada, Revista de estudos sobre as comunidades eclesiais de base*, p. 10).

⁵ João XXIII é conhecido como o papa Bom, o bondoso, devido a simpatia que em toda a parte soubera conquistar. Angelo Giuseppe Roncalli, nasceu em Sotto il Monte, Itália, 1881. Tornou-se papa em 25 de outubro de 1958 aos 77 anos de idade. Desconhecido do mundo, fora eleito para ser o papa de “transição”, mas tornou-se mentor e protagonista de grandes transformações na Igreja, entre elas a convocação do Concílio Vaticano II. Foi autor de dois importantes documentos: *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*.

fortaleceram nos diversos trabalhos da Igreja em âmbito social. A encíclica apresenta uma filosofia de desenvolvimento e valorização da personalidade e da liberdade, da iniciativa pessoal dos cidadãos e dos grupos intermediários; uma recomendação do estudo e emprego urgente de medidas que favoreçam melhor equilíbrio entre: a) as regiões de um mesmo país; b) os diversos setores de produção; c) os países mais e os menos desenvolvidos. Aponta, ainda, uma estratégia de transformação social a partir da modernização equilibrada da agricultura⁶.

João XXIII publicou, também, a encíclica *Pacem in Terris*, em 1963, sobre a paz de todos na base da verdade, justiça, caridade e liberdade. Este documento surge, de certo modo, como decorrência das tensões internacionais surgidas a partir da instalação de mísseis soviéticos em Cuba. Diante da possibilidade de destruição, a encíclica aponta para um objetivo: a paz fundada no respeito aos direitos naturais de todos os homens. Enfim, as diretrizes propostas apontam para um dever de participação da vida pública por parte dos cristãos e marcar presença em todos os ambientes culturais; propõe uma homogeneização entre a fé religiosa e atividade temporal; fornece orientações sobre como deve ser o relacionamento dos católicos com os acatólicos no campo econômico, social e político e, por fim, a transformação social e a paz devem ser buscadas gradualmente⁷.

Entre os documentos da Igreja que propiciaram o desenvolvimento das pastorais sociais, devemos destacar o *Gaudium et Spes*, 1965, referente à Igreja no mundo. Visivelmente entrelaçada aos grandes acontecimentos de transição na Igreja por ocasião do Concílio Vaticano II, que representou uma reorganização interna na Igreja para promover novos paradigmas, como a abertura da Igreja às questões sociais, envolvimento do leigo na execução e, aos poucos, especialmente na América Latina, na sua participação nas decisões eclesiais, como também, a recuperação da consciência histórica por parte da Igreja. Este acontecimento foi um dos marcos fundamentais da Igreja Católica no século XX, auto-representado como pastoral, ecumênico e doutrinário. O papa Paulo VI destaca que o evento traz o desenvolvimento econômico a serviço do homem; promoção do progresso cultural; maior difusão da propriedade, direito de propriedade privada e livre iniciativa; participação de todos na vida pública; eliminação da guerra e construção de uma comunidade internacional; promoção de uma dignificação do matrimônio e da família

⁶ Cf., João XXIII, *Mater et Magistra*. In.: Documentos da Igreja, documentos de João XXIII, 1999.

⁷ Cf., João XXIII, *Pacem in Terris*. In.: Documentos da Igreja, documentos de João XXIII, 1999.

(VATICANO II, 1968, p. 200-520). Tais dimensões correspondem à autocompreensão da Igreja Católica frente à realidade dinâmica e extremamente mutável.

A carta encíclica de Paulo VI *Populorum Progressio*, de 1967, que enfoca o desenvolvimento dos povos, foi um marco fundamental na edificação e sustentação de uma nova mentalidade e de um novo olhar sobre as diferenças, especialmente no contexto latino-americano. Antes de ser papa, Paulo VI esteve na América Latina, em 1960, e África, em 1962, entrando “em contato imediato com os lancinantes problemas que oprimem o continente” (PP. n.º4, p. 7). Utilizando-se de pensadores, como Lebreton e Jacques Maritain que buscam a formação de um humanismo integral (PP. n.º42), Paulo VI trabalha quatro dimensões na encíclica: a) universalidade da questão social, n.º 3; b) integralidade do desenvolvimento, n.º14; c) solidariedade coletiva, n.º 23, 24; d) apelo coletivo n.º 83.

A autocompreensão de uma parcela significativa da Igreja, nesse período histórico, ou seja, nas décadas de 60, 70 e 80 do século XX, estava enraizada na realidade latino-americana, mas visivelmente entrelaçada com as diretrizes advindas do Concílio Vaticano II. Justifica-se, pois, que “o núncio apostólico entre 1952 e 1964 nomeou como bispos um grande número de padres progressistas que haviam trabalhado com a Ação Católica” (MAINWARING, 1989, p. 266). Como imagem que reflete no espelho, a Igreja progressista, ou seja, a ala da Igreja que segue a Teologia da Libertação⁸, busca nas comunidades o sentido e a razão para suas reflexões teológicas.

A compreensão da alteridade latino-americana levou a Igreja a refletir sobre os problemas do ser humano nessa realidade, criando um discurso contra as injustiças sociais. Com o impulso proporcionado pelo Concílio Vaticano II, a Igreja latino-americana

⁸ Deflagrou-se um embate de idéias advindas da concepção e entendimento do que seja *Teologia da Libertação*. Uma ala representativa na Igreja, formada por teólogos, bispos, padres e leigos engajados nesta concepção acreditam que a Teologia da Libertação seja uma maneira diferente de fazer teologia, na medida em que representa uma reflexão oriunda de uma prática concreta. E que esta teologia nasceu de uma luta, de uma atuação conseguida com muito sofrimento. Referente a esta temática conferir: SOUZA, Luís Alberto de. In: *Comunidade, Ecumenismo e Libertação*. São Paulo : Paulinas, 1983. 76p. BOFF, Leonardo. *O Caminhar da Igreja com os oprimidos*. Petrópolis : Vozes, 1988. 351p. REGAN, David. *Igreja para a libertação*. Trad. José W. de Andrade. São Paulo: Paulinas, 1986. 326p. Os conservadores reagiram a exemplo de D. Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, em 1979, que declarou que a Teologia da Libertação continha muitos elementos positivos e era justificada quando não reduzia a religião a questões políticas e materiais. Há sem dúvida uma apropriação desta corrente para um esvaziamento de seu significado epistemológico, imbuindo de elementos espirituais e não-materiais de confronto entre as classes sociais. Os conservadores alegam que a Teologia da Libertação possui um significado importantíssimo na libertação do espírito de todas as formas de pecado. Destaca D. Vicente: “Temos certamente compromissos e deveres para com todos, sem distinção de ricos e pobres” (SCHERER, D. V., citado por MAINWARING, S. *Igreja Católica e política no Brasil*, p. 194).

solidifica-se e organiza a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín⁹. O tema central foi: *A Igreja na atual transformação da América Latina, à luz do Concílio Vaticano II*. Segundo Beozzo, “Medellín refaz, num certo sentido, o Vaticano II e, em muitos pontos, dá um passo além, aí emerge pela primeira vez a importância das comunidades de base, esboça-se a teologia da libertação, aprofunda-se a noção de justiça e de paz ligadas aos problemas da dependência econômica, coloca-se o pobre no centro da reflexão da Igreja no continente” (1996, p. 117-118).

A autocompreensão da Igreja latino-americana efetiva-se a partir de Medellín na tônica de libertação, acrescentando à dimensão econômica e social uma nítida tomada de posição teológica e política. Medellín encontra-se justamente na passagem entre o “desenvolvimentismo” e a “teologia da libertação”¹⁰. O desenvolvimentismo é a teoria dos que acreditam que os países subdesenvolvidos devam desenvolver-se de acordo com o modo e o modelo das nações desenvolvidas. Eis uma incógnita: por que os produtos industrializados, importados, são cada vez mais caros e as matérias-primas vendidas cada vez mais baratas. Roberto Romano trabalhou a teoria de que a Igreja teria defendido a intervenção do Estado no Nordeste, com a criação da SUDENE, com objetivos claros de superar as desigualdades regionais do País. Destaca Romano:

Nesta perspectiva, foram promovidos pela Igreja dois encontros importantes: o de Campina Grande (1956) e o de Natal (1959). Tratava-se, na ocasião, de incentivar um ‘projeto social que poderia abrir caminho ao desenvolvimento e à promoção da justiça.’ A SUDENE, criada em 1959, como resultado das pressões de ‘grupos mais esclarecidos’ e de ‘outras forças da nação’ encontrou na Igreja um apoio decidido. Esse organismo foi criado, como efetivação prática de uma poderosa corrente de idéias, dominante na maioria dos setores sociais da época, resumidas pelo termo desenvolvimentismo (1979, p. 29).

⁹ A II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano aconteceu em Medellín na Colômbia – 1968. Nessa conferência, se definiu a linha de uma presença libertadora da Igreja dentro de nossa sociedade.

¹⁰ Ao contemplarmos os conceitos de “desenvolvimentismo” e “libertação” devemos elucidar os entendimentos diversos que tais teorias evocam. Para a CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina, o subdesenvolvimento seria gradativamente superado com o processo de integração. Após sucessivas reuniões foi firmada a Ata que continha o Projeto do Tratado da Zona de Livre Comércio. Como decorrência foi criada, em 1960, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC). Mas o que vislumbrou foi um natural receio das burguesias desses países, que associadas em forma crescente ao capital transnacional de origem norte-americana ou europeu e dando vazão aos seus projetos expansionistas, semearam a desconfiância entre os integrantes do organismo, impedindo sua evolução no sentido de um mercado comum. Para a Santa Sé, representado pela CNBB, o desenvolvimento não se reduz a um simples crescimento econômico. Para ser autêntico, deveria ser integral, quer dizer, promover todos os homens e o homem todo.

Quando a teoria desenvolvimentista se desviou dos rumos preconizados pela Igreja, os bispos, especialmente das regiões mais adversas, recuaram, buscando na base social os elementos que permitiriam opor-se ao poder que se havia voltado contra seus ideais. Assim, os bispos propuseram um programa específico de reformas, como veremos adiante. Temos, portanto, um esboço no qual floresceu a II Conferência de Medellín.

A Conferência de Medellín já foi objeto de estudo por vários pesquisadores. Mariano Baraglia destaca que nesta Conferência os bispos optaram por um novo tipo de pastoral, preocupando-se em dinamizar grupos não diretamente ligados às estruturas anteriores (1991, p.103). Medellín tem suscitado e despertado na Igreja um discurso que se propunha libertador, com a organização em quase todas as dioceses e paróquias das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs. A elas não foi somente atribuída a tarefa de renovar as estruturas eclesiais, mas também o papel de serem os propulsores de uma nova sociedade. Roberto Romano sinaliza que “as comunidades de base, inicialmente propostas como instrumentos de renovação da estrutura interna da Igreja, serão depois compreendidas como padrão organizatório *para toda a sociedade*” (sic) (1979, p. 190). A Igreja começa apostar em novos cenários, em critérios fluidos, nas particularidades da vizinhança, nos interesses locais. Destaca Romano que os objetivos específicos da Igreja são zelosamente salvaguardados, como o controle social e eclesial, atribuindo ao leigo as decisões imediatas, mas sob a direção da pastoral de conjunto.

Na XIV Assembléia Ordinária do CELAM, realizada em Sucre, Bolívia, em 1972, há uma reviravolta nos quadros episcopais, com eleições de bispos comprometidos com a “ordem e segurança nacional”. Destaca-se: D. Alfonso López Trujillo, secretário geral do CELAM, D. Luciano Duarte, departamento social, e D. Antônio Quarracino, na dimensão dos leigos. Na América Latina e Central, ocorre, na década de setenta, uma seqüência de sucessivos golpes militares. As críticas à corrente eclesial surgida em Medellín, à Teologia da Libertação e à opção pelos pobres beneficiam, de certa maneira, os estados de “segurança nacional” e os planos repressivos.

A Igreja Latina-Americana foi muito criticada, diante da opção que adotou a partir de Medellín, por promover uma pastoral considerada muito politizada. Como resultado, foi alvo de perseguições, com prisões, assassinatos de bispos, padres, religiosas e centenas de leigos engajados em comunidades de base e na Teologia da Libertação. Apesar disso,

houve uma mobilização interna para organizar a terceira Conferência do Episcopado. Paradoxalmente há divergências quanto aos objetivos a se alcançarem com a nova conferência. Dividida internamente e com preponderância de conservadores frente à CELAM, os objetivos eram de redefinir e revisar o modelo advindo de Medellín. O grupo episcopal, entendido como progressista, inspirava uma reafirmação dos princípios de Medellín, com uma opção clara na alteridade do povo latino-americano.

Seguindo a linha inspirativa do Vaticano II e de Medellín, a Igreja Católica realizou em 1979, a III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano.¹¹ Autorepresentado como um *novo jeito de ser Igreja*, defendeu a opção preferencial pelos pobres. Diante do contexto eclesial advindo de Medellín, com fortalecimento de comunidades de base e da própria Teologia da Libertação, ocorre uma mudança no vetor da evangelização. A Igreja como instituição quer deslocar seu centro de gravidade: de seu lugar social no meio dos ricos quer passar para o lugar social no meio dos pobres. (BOFF, 1988, p. 200). Esta opção não é excludente, por isso se diz: preferencial, justamente porque a Igreja quer colocar todo o seu peso histórico social, toda sua autoridade moral, seus recursos para promover os pobres. No contexto sociopolítico dos países da América Latina e Caribe, predominavam os governos militares.

Puebla representa para a Igreja latino-americana um reforço à declaração de Medellín sobre essa opção, tendo como resultado a não-cedência às pressões de retroceder nas posições de Medellín. A autocompreensão da Igreja Latino-Americana, firmada pela Teologia da Libertação e Comunidades Eclesiais de Base, reforça os setores mais progressistas do clero e estimulava a participação dos leigos. A “Igreja popular” recebeu sinal verde. O próprio papa João Paulo II, recém-eleito, considerava que “A teologia da libertação fala não só que o homem deve ser instruído sobre a palavra de Deus, mas também sobre seus direitos sociais, políticos e econômicos. A teologia da libertação refere-se fundamentalmente, às vezes exclusivamente, à América Latina, mas nós devemos reconhecer também... (sic) as demandas de uma teologia da libertação para todo o mundo” (JOÃO PAULO II, 1985, p.125).

A opção preferencial pelos pobres representa para a Igreja Latino-Americana mais que uma simples alocação inserida no *corpus* doutrinário do evento, pois passa a preocupar-se mais com a análise de uma realidade constituída por fatores econômicos,

¹¹ A III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano aconteceu em Puebla no México – 1979. Nessa conferência, se configurou a opção pelos pobres e sua concretização nas CEBs.

políticos e religiosos. A observação extensa e constante da situação a ser evangelizada chamou a atenção da miséria humana pela sua dimensão e intensidade por toda a parte.

Toda opção exige uma série de estudos e acompanhamento prático. Após a realização da Conferência de Medellín, e diante do despertar pelas causas sociais, a Igreja Latino-Americana viu florescer uma descentralização, padres e freiras incorporando o espírito de Medellín saíram de seus conventos para as periferias, junto aos pobres. A consciência deflagrada a partir de uma leitura da realidade periférica e dos evangelhos, no qual se compara Jesus pobre com o homem latino-americano, produzindo uma representação nos quadros eclesiais de uma Igreja inserida e comprometida com os pobres.

No período em que a nação brasileira é tomada pelo regime militar, 1964, a Igreja Católica em geral, e, em especial, a CNBB, viveu períodos de muitas tensões e contradições. Em primeiro lugar, o episcopado brasileiro se pronuncia favoravelmente, isto é, apóia a ditadura militar. Apesar disto, a ala progressista manifesta-se contra o regime militar, especialmente quando membros da Igreja-grande-instituição¹² percebem que as reformas necessárias preconizadas já há algum tempo não são levadas à praticidade pelos governos militares. Os setores mais empenhados no âmbito social como a Juventude Universitária Católica – JUC, Juventude Estudantil Católica – JEC, Juventude Operária Católica – JOC, Juventude Agrária Católica – JAC, são habilmente desarticulados, tanto por fatores internos, nas divergências sobre a autonomia do leigo em sua ação política, como também, e principalmente, por fatores externos, pela perseguição por ser rotulados de comunistas e contra o sistema vigente.

Nessa linha de raciocínio, Willian César de Andrade propõe uma periodização para o estudo entre a Igreja e o Estado em três blocos distintos no período do regime militar (2001, p. 13-20). O primeiro vai de 1964 – 1968/9 e está marcado pelo predomínio dos conservadores com o apoio irrestrito ao regime, como ficou definido na Declaração da CNBB: “Ao rendermos graças a Deus, que atendeu às orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos Militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação, e gratos somos a quantos

¹² O termo Igreja-grande-instituição, refere-se à Igreja hierárquica, muitas vezes ligada aos setores ricos, que difere da Igreja-na-base, ligada ao povo pobre (BOFF, L., *O Caminhar da Igreja com os oprimidos*, p. 70).

concorreram para libertarem-na do abismo iminente.”¹³ O regime militar conta com o triunfo de uma vitória sobre o perigo anarco-sindicalista e comunista que, segundo os militares, estão a ponto de dominar o Brasil. Não existindo uma unidade entre os bispos ficam fáceis as articulações e imposições do regime militar sobre a Igreja Católica. Esta falta de unidade apresentava-se implicitamente na Igreja com a adesão e participação da direita católica no movimento Tradição, Família e Propriedade (TFP), a mais virulenta expressão da direita católica. Destaca Oscar F. Lustosa: “A primeira prova de que não existe unidade no episcopado diante do novo governo vem à tona com a Declaração da CNBB sobre a situação nacional. Começa com um hino de agradecimento aos militares que salvam a Pátria, ‘com grave risco de suas vidas’” (1991, p. 74). Em casos isolados, os bispos conservadores emitiram declarações públicas polêmicas criticando os progressistas. Scott Mainwaring destaca que em “1968, durante a Assembléia Geral da CNBB, 17 bispos enviaram uma carta ao presidente Arthur da Costa e Silva, declarando publicamente estar em desacordo com os bispos progressistas, emprestando o apoio ao regime” (1989, p. 192).

A aliança firmada entre as hierarquias eclesiástica e militar, representou uma plasticidade de interesses, convergentes, em determinar e controlar os múltiplos aspectos sociais que se mostravam simpatizantes a um governo esquerdizante e ao perigo comunista. Destaca Márcio Moreira Alves que “Os objetivos buscados por ambas as hierarquias neste período de armistício eram idênticos: manutenção da ordem e da disciplina entre os seus subordinados, defesa da autoridade e do sistema de produção capitalista” (1979, p. 201). Mas os conflitos se multiplicaram em vários âmbitos na sociedade, e a CNBB começa abordar e questionar os atos de repressão. Alguns fatos marcam esse período, como a Conferência de Medellín, divulgação de inovações eclesiais de base e o apoio de D. Aloísio Lorscheider, eleito secretário-geral da CNBB, aos bispos progressistas, mas com o apoio dos conservadores, pois viam em D. Aloísio um moderador, caso contrário não teriam aceitado a liderança de um bispo considerado mais progressista.

O segundo período, de 1968/9 – 1973, está marcado pelo acirramento entre Igreja e Estado. Nesse período, o regime restringe o campo de liberdade no processo da vida social no País, bloqueando os canais de participação e reivindicações e persegue os que não se afinam com as idéias ideológicas do regime. Este, também, em certo momento,

¹³ Declaração da CNBB sobre a Situação Nacional (LIMA, L., *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil*, p. 147).

passou a atingir membros da própria hierarquia, o que obrigou a instituição a elaborar respostas globais às agressões que recebia. Entre as manifestações da Igreja, encontram-se documentos de cunho regional, voltados de maneira direta para a denúncia da situação do campo, do modelo econômico adotado pelo País e reclamando justiça social. Como o do Regional Nordeste II, *“Eu ouvi os clamores de meu povo”* (de maio de 1973). Segundo José Oscar Beozzo, “O documento, de claro acento bíblico-profético, traça um quadro forte da exploração a que a população vinha sendo submetida pelo modelo econômico e pelo chamado ‘milagre econômico brasileiro’” (1996, p. 59). Outro documento é do Regional Centro-Oeste, também de 1973, *“Marginalização de um povo: um grito das Igrejas”*, este é todo dedicado ao problema da terra, da economia agrária e sobretudo da situação dos trabalhadores rurais. Um terceiro documento, também de 1973, *“Y Juca Pirama – O índio, aquele que deve morrer”*, proibido de circular pelo Governo do General Médici, é voltado para a questão indígena, da invasão e expropriação de suas terras. É a partir desse momento que uma parte significativa da hierarquia se distancia das relações com o Estado e dá-se o início de uma Igreja que se coloca para e com a população.

O terceiro período vai de 1973 – 1978, a Igreja constitui-se em um dos pilares fundamentais da resistência contra a ditadura militar, opondo-se objetivamente contra os projetos da grande burguesia brasileira e da internacional. Contudo, a Igreja lança em 1976 o documento *“Comunicação pastoral ao Povo de Deus”*, frente a uma violência institucional atingindo diretamente pessoas ligadas à Igreja, como o assassinato do padre João Bosco Penido Burnier e o seqüestro do bispo de Nova Iguaçu, D. Adriano Hipólito: é dirigido ao povo das comunidades de base como um convite à reflexão pastoral.

Diante desse processo que vai se avolumando na Igreja, no sentido de instituir uma nova práxis nas relações da sociedade, é nas diversas pastorais que se propõe desenvolver uma ação de transformação, organizando as bases da sociedade brasileira para uma reflexão religiosa e política e para o planejamento da ação. A Igreja procura alargar sua base social entre as classes médias e populares. Ela passa da posição de defensiva contra o liberalismo para a de ofensiva contra o subdesenvolvimento. De uma Igreja centrada em devoções formais e em manifestações religiosas de massa, absorvida com problemas familiares e educacionais, avança para uma Igreja aberta aos problemas sociais e políticos, sensível às minorias. A Igreja no Brasil, através de uma ação articulada pelos bispos considerados progressistas e por padres, religiosos e leigos atuantes, propicia meios para uma formação politizada de lideranças.

É nesse período que surge uma nova articulação entre fé e vida, o resgate da leitura da Bíblia no meio popular por meio dos círculos bíblicos e o desenvolvimento de uma produção teológica da Teologia da Libertação. Nesse contexto é que se deve entender o desenvolvimento das novas estruturas, entre as quais destacam-se as CEBs, a CPT e o CIMI, como também o engajamento social de setores do clero e do episcopado.

Na década de 70, difundiram-se as pastorais sociais, como também se deu a organização das CEBs no Brasil, devido ao terreno fértil, ou seja, à articulação do clero e bispos na promoção da integridade do ser humano nos meios sócio-político-econômicos. O apelo à participação política visava mobilizar e organizar a sociedade civil frente a um Estado autoritário, repressor e excludente. De acordo com Romano, “Os bispos brasileiros realizaram esta passagem do geral ao particular e vice-versa com notável agilidade, assegurando em poucos anos à Igreja, antes encurralada nas sacristias e ‘morrendo’ socialmente, um lugar central na política e na cena pública, com uma agressiva plataforma de modernização de si mesma e da sociedade” (1979, p. 195). A representação das pastorais sociais frente a repressão do regime militar dá-se na luta pelas melhorias do homem da cidade e do campo, na organização e implementação de trabalhos de subsistência com as comunidades indígenas e na sedimentação politizada das comunidades eclesiais de base.

Um dos traços característicos das CEBs é seu envolvimento no espaço social e político. As Comunidades de Base estimulam seus membros a participarem das lutas sociais lado a lado com outras pessoas e tornam-se porta-vozes das reivindicações populares e contribuem para sua organização coletiva. O método trabalhado nas CEBs é uma versão do processo usado por grupos de Ação Católica: *ver*, julgar, agir. *Ver* a realidade criticamente, *Julgar* através da partilha e *Agir* nos problemas com ações concretas. Nas CEBs, temas como qualidade de vida e a defesa de grupos socialmente desfavorecidos ganham espaço, e ocorre um alargamento dos conceitos de política e cidadania. Simultaneamente ocorrem na Igreja do Brasil os primeiros encontros intereclesiais de CEBs.

A década de setenta marcou para a Igreja, e em especial para as CEBs, uma nova etapa. Com representações de várias dioceses e conseqüentemente com novos olhares e abordagens, articulam-se os Encontros Intereclesiais. Com atuação de peritos, entre eles Leonardo Boff, Clodovis Boff, Frei Betto, a voz da hierarquia se faz presente. Por quê? É com os assessores que os bispos negociam, planejam e decidem. Em entrevista com

Mariano Baraglia, Frei Betto destaca que “Até os bispos, cujo apoio é fundamental para que as CEBs não sejam consideradas como Igreja paralela, dependem da orientação deles. Para disfarçar esta mútua dependência se reúnem, à noite, escondidos” (1991, p. 406). Segundo Mariano Baraglia “A importância destes Encontros está, também, no fato de que, a partir deles, a orientação das CEBs passa das mãos de seus promotores para aquelas de um grupo de “peritos” em condições de dar, à “caminhada”, uma direção mais definida” (1991, p. 125).

Os Intereclesiais tiveram desde o início, em 1975, a presença e colaboração dos peritos e participação dos bispos. Refere Baraglia: “Representam o duplo sentido nos encontros: eles vão para estimular a caminhada das CEBs, mas, também, estão presentes para ‘segurar a boiada’. Muitos vão para ver se a coisa está indo bem, para colocar fronteiras, as balizas. Através dos bispos, Roma está presente” (1991, p. 406).

Depois de organizados, tiveram início os Encontros Intereclesiais de Comunidades Eclesiais de Base. Os dois primeiros aconteceram em Vitória, Espírito Santo, nos anos de 1975 e 1976 com os temas: *Uma Igreja que nasce do povo pelo Espírito de Deus* e *Igreja, povo que caminha*. O terceiro, em João Pessoa, Paraíba, em 1978 com o tema: *Igreja, povo que se liberta*. O quarto, em Itaici, São Paulo, em 1981, com o tema: *Igreja, povo oprimido que se organiza para a libertação*. O quinto, em Canindé, Ceará, em 1983, com o tema: *CEBs: um povo unido, canteiro de uma nova sociedade*. O sexto, em Trindade, Goiás, 1986, com o tema: *CEBs, Povo de Deus em busca da Terra Prometida*. O sétimo, em Duque de Caxias, Rio de Janeiro, 1989 com o tema: *Povo de Deus na América Latina a caminho da libertação*. O oitavo, em Santa Maria, Rio Grande do Sul, 1992, com o tema: *O Povo de Deus renascendo nas Culturas Oprimidas*. O nono, em São Luís, Maranhão, 1997, com o tema: *CEBs, Vida e Esperança nas Massas*. O décimo, em Ilhéus, Bahia, 1999, com o tema: *CEBs, Povo de Deus, 2000 anos de Caminhada*.

É a partir dessa autocompreensão pós-Concílio Vaticano II que delinearemos o nosso trabalho. Para o entendimento das organizações das pastorais sociais, aqui tratando-se da CPT e CIMI, especificamente na diocese de Dourados, devemos buscar este amplo emaranhado de idéias e visões de mundo e de homem para a compreensão da fundamentação de cada pastoral. Além das encíclicas papais, entre as quais, noutro momento, abordaremos algumas de João Paulo II, estão também fundamentadas nesta organização as idéias de movimentos e grupos que antecedem o Concílio Vaticano II. A Igreja busca sua fundamentação plausível no que mais significativo representa sua

existência. Assim, buscaremos os fatores que moldaram o trabalho do terceiro bispo da diocese de Dourados, D. Teodardo Leitz.

1.2.A ATUAÇÃO EPISCOPAL DE DOM TEODARDO LEITZ NA DIOCESE DE DOURADOS (1971 –1990)

Figura 2. D. Teodardo com João Paulo II. Visita à Santa Sé



Fonte: Cúria diocesana de Dourados.

No limiar dos anos setenta do século XX, assume o episcopado diocesano D. Teodardo Leitz, natural da Alemanha e transferido para o Brasil em 1939. Concluiu seus estudos tornando-se sacerdote pela ordem Franciscana. Faz-se representar profundo

conhecedor da realidade mato-grossense, região em que sempre trabalhou como missionário. No lombo de um cavalo, o missionário levava semanas e/ou até meses com o trabalho religioso da “desobriga”, com o fim de celebrar a missa, batizados, casamentos, crismas, confissão e catecismo para as crianças. O olhar de Frei Teodardo, enquanto missionário, para a realidade do mato-grossense e da diocese de Corumbá, referente a compreensão do povo, suas idéias, costumes e usos era de que *tudo vai como vai*. Esta visão de Frei Teodardo referente ao homem do sertão era de paciência, uma sociedade ao acaso, sem conhecimento e, muitas vezes, totalmente ignorante na religião. O sertanista pouco participava, tendo momentos mais preeminentes como a Sexta-feira Santa e nas procissões do padroeiro.

Figura 3. D. Teodardo como “missionário do sertão” do Mato Grosso.



Reprodução de *A Missão Franciscana do Mato Grosso*, p. 114.

Pela distância e pela falta de clérigos, a desobriga acontecia uma vez por ano, sempre com datas previamente marcadas. Esta realidade aos poucos começou a mudar,

com a vinda de migrantes nordestinos e especialmente gaúchos, promovidos pela ação *Marcha para o Oeste*¹⁴, que distribuiu terras para trabalhadores nacionais e estrangeiros com alguma experiência agrícola. A pastoral missionária teve que ser repensada, criando uma pastoral nova, mais intensiva, a serviço da crescente população nas colônias e cidades.

Frei Teodardo chegou em Dourados em 1952, quando assumiu a única paróquia da cidade, a atual catedral de Dourados¹⁵. A região de Dourados vivenciava um período de relativo desenvolvimento por causa da criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, em 1943, a qual atraiu para a região muitos migrantes brasileiros, bem como imigrantes, principalmente japoneses, que se dedicavam ao cultivo de café. Segundo Benícia Couto de Oliveira, “a vinda de colonos, de forma intensiva, para a região onde estava sendo distribuída terra no Sul de Mato Grosso, resultou da propaganda desencadeada pelo governo federal para atrair migrantes que estivessem desejosos em adquirir terra e tornarem-se proprietários” (1999, p. 124).

Várias outras companhias de colonização instalaram-se na região, inspiradas em modelos recentes de colonização paulista e paranaense, que compravam extensas áreas de florestas do Estado ou de particulares e as subdividiam em lotes de 30 hectares em média. As companhias foram: Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso, nos atuais municípios de Bataiporã, Anaurilândia e Bataguçu; Companhia Moura Andrade, atual município de Nova Andradina; Companhia Melhoramentos e Colonização S/A, atuais municípios de Ivinhema, Glória de Dourados; e a Companhia Vera Cruz, no município de Naviraí. Além da Colônia Federal e particulares na região, salientam-se também as colônias municipais e estaduais: a de Dourados em Itaporã e nos municípios de Sete-Quedas e Mundo Novo projetos de colonização efetuados pelo INCRA (GRESSLER, 1988, p. 28-29).

Diante da propaganda intensiva por parte do governo e das empresas colonizadoras, inúmeras famílias vindas de diferentes partes do Brasil dirigiram-se à região. Atraídos pelas terras gratuitas, agricultores vindos principalmente do Nordeste ocuparam a Colônia

¹⁴ Durante a política “varguista” ditatorial (1937 –1945) foi realizada a Marcha para o Oeste. Segundo Marisa Bittar: “A campanha **Marcha para o Oeste**, em termos de política nacional adotada pelo Estado autoritário, assentava-se em fundamentos teóricos da geopolítica, concepção que nasceu às vésperas da primeira Guerra Mundial, enfocando os Estados como organismos em luta pelo “espaço vital”. Geralmente desvinculada da geografia econômica e política, centrava-se na necessidade de expansão e ocupação territorial. No Brasil, a geopolítica não propôs a conquista de espaços fora de seu território mas no seu próprio interior” (BITTAR, M. *Mato Grosso do Sul: do Estado sonhado ao Estado construído*. p. 196).

¹⁵ Dados referente à caminhada de D. Teodardo, em comemoração aos 70 anos de vida. (ELO, maio/junho/1985, nº70).

Agrícola de Dourados. Outra grande leva de migrantes, vindos do interior paulista, do Paraná e do Rio Grande do Sul, ocuparam mediante compra os lotes rurais. Os fatores clima, relevo, fertilidade do solo, condições hidrográficas, somados à possibilidade de aquisição de grandes áreas, justificavam a grande corrente migratória do Sul do Brasil, que o sul do Mato Grosso recebeu a partir dos anos 50.

A diocese de Dourados foi criada em 15 de julho de 1957, período em que esteve à frente da Igreja o Papa Pio XII, o qual no último ano de pontificado, mediante a Bula *Inter Gravissimas*, desmembrou da diocese de Corumbá, sendo designado como primeiro bispo Dom José de Aquino Pereira, de 1958 a 1961. O segundo bispo foi D. Carlos Schmitt, de 1961 a 1970.

Frente às mudanças conjunturais na região de Dourados propiciadas pelo grande número de migrantes e pela diversidade de novas idéias e visões de mundo, fez a Igreja diocesana repensar o trabalho pastoral. Aos missionários eram exigidos conhecimentos mais concretos da nova realidade, outra mentalidade; e outras formas de convivência comunitária forçavam a uma atualização em questões teológicas, como também, maior sensibilidade na formação religiosa frente a uma sociedade diversificada.

As diretrizes advindas do Concílio Vaticano II levaram a Igreja diocesana a promover uma diversificação de serviços prestados nas paróquias. Os missionários tiveram a liberdade de escolher uma pastoral especializada. O clero na diocese privilegiou novas formas de vivência religiosa, mais intensivas e com técnicas de animação e que tinham a capacidade de criar pouco a pouco um outro clima de participação comunitária na Igreja. São os Cursilhos, as Assembléias Paroquiais, Encontros de Casais, Dias de Formação, Retiros, Comunidades Eclesiais de Base, entre outras.

Frei Teodardo Leitz, após longo período de trabalho missionário na região de Mato Grosso, foi nomeado administrador da diocese de Dourados, em 1970. Ainda no mesmo ano, o Papa Paulo VI o nomeou bispo de Dourados. Recebeu a sagração episcopal na cidade de Freiburg/Alemanha, em 13 de fevereiro de 1971, e tomou posse na diocese em 27 de março do mesmo ano (KNOB, 1988, p. 218).

D. Teodardo assumiu a Diocese no ano de 1971, com uma superfície de 73.275,2 km², subdividida em somente 13 paróquias, com 38 padres e mais ou menos 200.000 católicos (ELO, maio de 1990, n.º 119). Várias eram as dificuldades encontradas pela Igreja diocesana na sedimentação das diretrizes institucionais, como: as distâncias, cerca

de 640 km separam a Diocese de uma ponta a outra; a falta de recursos, tanto financeiros como na área social, gerando um povo empobrecido; problemas fundiários, grande quantidade de famílias desprovidas de terras; a escassez do clero, fazendo com que a assistência religiosa não atingisse a maioria da população; e a situação sociocultural com uma população estimada em 10 mil indígenas (CIMI, 1979, mimeo.).

Diante da heterogeneidade populacional na região e diante das mudanças advindas na Igreja, com destaque para a maior participação de leigos nas pastorais e o apoio decidido nas questões sociais, D. Teodardo revela-se um bispo de transição, pois propicia na Igreja diocesana a criação de pastorais como a Pastoral da Terra, Pastoral Indigenista, Pastoral da Saúde (ELO, maio/junho de 1985, n.º 70).

O boletim informativo em comemoração aos 25 anos da diocese de Dourados destaca com ênfase a opção ideológica de trabalho de D. Teodardo. “O lema do brasão de D. Teodardo é *“evangelizare pauperibus”*, isto é, “evangelizar os pobres”, aquilo mesmo que o documento de Puebla recomenda e enfatiza quando coloca como prioridade pastoral, na América Latina, a opção preferencial pelos pobres” (25 anos, 1982, p. 21).

Nas duas últimas décadas do século XX, aglutinaram-se no Brasil, em especial na diocese de Dourados, problemas sociais vinculados aos mais diversos setores da sociedade, como uma maior concentração de renda, preponderância do latifúndio, êxodo rural, desemprego, violência etc. D. Teodardo desencadeou no seu discurso uma tônica assimilativa das novas tendências pastorais, que repercutiu diretamente nos trabalhos pastorais. Aparece nas ações promulgadas pela Igreja o reconhecimento do papel representativo do bispo nos meios populares, assim como destaca-se um apelo dos trabalhadores sem-terra. “Sr. Bispo, Dom Teodardo, com humildade pedimos seu apoio à nossa luta pela sobrevivência. Estamos com fome. Queremos trabalhar e não temos terra; Sr. Bispo ajude-nos. Contamos com o Sr. Venha visitar-nos. Interceda por nós junto às autoridades.”¹⁶ O reconhecimento e aceitação desse trabalho episcopal reside na articulação e nomenclatura de diversos órgãos e pastorais que se firmaram nesse período.

A Diocese de Dourados desponta na década de 70 como um pólo de atração populacional e de convergência política e econômica por atrair uma série de conflitos, devidos ao latifúndio preponderante e crescente êxodo rural.

¹⁶ Carta do Movimento dos Sem-Terra, área Santa Idalina – Ivinhema MS. In: Jornal *O Progresso*. 05/05/1984, p.04.

Há contradições com o projeto inicial proposto pelo governo “getulista” com a Colônia Agrícola. Infelizmente os resultados não foram os esperados, devidos a sucessivas geadas na região e queda nos preços do café na década de 60, favoreceram a entrada de uma nova leva de pioneiros: os granjeiros, fazendeiros de campo do Rio Grande do Sul, habituados à cultura mecanizada de cereais (GRESSLER, 1988, p.33).

Nesta realidade multicultural de Mato Grosso¹⁷, encontram-se: indígenas, representados pelos grupos Kaiowás, pertencem ao tronco lingüístico tupi-guarani; os Guaranis, cuja estrutura social diferencia dos Kaiowás e são em menor número; os Terenas, pertencentes ao tronco aruaque; estrangeiros, na grande maioria paraguaios, mas contando com significativa presença de orientais, especialmente japoneses; migrantes do Sul, atraídos pelos preços das terras – o gaúcho dedicou-se especialmente ao cultivo da soja, do trigo e do arroz –; do Sudeste, paulistas e mineiros disputavam as terras de matas, com a utilização de intermediários, através de contratos, estes preparavam a terra com o pasto para as fazendas de gado; os nordestinos, retirantes da seca, os quais são contratados como peões nas fazendas ou mão-de-obra nas cidades, outros dedicando-se à agricultura de pequeno porte. Como trabalhar uma realidade tão heterogênea? D. Teodardo, de forte personalidade e de uma formação conservadora das diretrizes institucionais, encontra-se frente a uma situação que exige uma resposta social além da religiosa. Os conflitos constantes, oriundos da realidade agrária, tanto na questão indígena, como também nas condições dos pequenos lavradores e de famílias sem-terra, forçam-no a posicionar-se. De acordo com D. Teodardo,

¹⁷ A divisão do Estado de Mato Grosso é de longa data. Em 1932, na Revolução Constitucionalista, quando São Paulo entrou em conflito com o Governo Federal, os sul-mato-grossenses aliaram-se aos paulistas e criaram o Estado de **Maracaju**, na região Sul. O Estado de Maracaju foi governado por Vespasiano Martins. Era um governo declaradamente separatista e durou 82 dias. O insucesso dessa tentativa deu origem à **Liga Sul-Mato-Grossense**. O objetivo da Liga era conseguir o apoio da sociedade e dos políticos à causa separatista. A Liga justificava a criação de um novo estado por duas razões: a extensão territorial que dificultava a administração e as acentuadas diferenças entre o Norte e o Sul do antigo Mato Grosso.

No governo ditatorial de Getúlio Vargas, o movimento perdeu a força. Para enfraquecê-lo ainda mais, o Governo Federal criou, em 1942, o território federal de Ponta Porã. Pertenciam ao território federal os municípios de Bela Vista, Dourados, Porto Murtinho, Miranda, parte de Corumbá, Maracaju e parte de Nioaque. Em 1945, o movimento divisionista renasceu, com o processo de redemocratização do país. A separação era uma reivindicação da população do Sul do Estado, responsável pela maior parte da renda gerada em Mato Grosso. Em abril de 1977, a Liga Sul-Mato-Grossense foi reativada. E, em 11 de outubro do mesmo ano, o então presidente Ernesto Geisel assinou a Lei Complementar n.º 31, criando o Estado de Mato Grosso do Sul. Conferir: (MENDES, G. *Conhecendo o Mato Grosso do Sul*. São Paulo : Ática, 1997; BITTAR, M. *Mato Grosso do Sul: do Estado sonhado ao Estado construído (1892-1997)*. São Paulo, 1997).

Por falta de uma autêntica política agrária e de uma verdadeira reforma agrária, a situação na área rural da diocese é muito grave, com estruturas marcadamente injustas: enormes extensões de terras ficam nas mãos de poucos latifundiários que nem as aproveitam integralmente, enquanto médios e pequenos proprietários, mormente quando trabalham com Bancos, se vêm em dificuldades ou quebram. Os arrendamentos se fazem geralmente para pouco tempo, e os trabalhadores rurais, os assim chamados bóias-frias, dependem das colheitas e podem perder, de uma hora para a outra, o emprego. O mesmo se pode dizer dos trabalhadores das destilarias de álcool, que não oferecem emprego permanente a não ser para alguns privilegiados” (Carta Pastoral de despedida, 1990, p. 11).

Nem todos os padres estavam a favor de um trabalho pastoral-social na Igreja, o que se explica segundo o bispo D. Teodardo por alguns motivos: a) a grande maioria dos padres são religiosos e possuem sua maneira própria de trabalho; b) o trabalho na realidade, ou seja, na diocese, exige estudo, conhecimento da cultura e da religião. Diante dessas proposições, o bispo liberou um sacerdote para a Pastoral Indígena, e toda uma equipe de trabalho.

Paralelamente, a Igreja diocesana adere as novas abordagens doutrinárias advindas do Concílio Vaticano II e da II Conferência Episcopal Latino-Americana de Medellín. Assim, introduziram-se, embora muito timidamente, as autocompreensões pós-Concílio Vaticano II, com ênfase nas articulações das Comunidades de Base¹⁸. Estas, sendo uma maneira nova de interpretar a realidade eclesial, pretendiam ser não um movimento dentro da Igreja mas uma especificidade com uma missão de articular o todo da Igreja.

¹⁸ Segundo Antônio F. Pierucci e Reginaldo Prandi, “As Comunidades Eclesiais de Base começaram a surgir em diversos países da América Latina nos anos 60 (...), a Igreja Católica redefiniu substancialmente sua orientação naquilo que afeta o dia-a-dia do católico (...), as CEBs significaram uma mudança efetiva na prática pastoral, com inequívoca abertura para as questões sociais” (PIERUCCI e PRANDI, *A Realidade Social das Religiões no Brasil*, p. 68-69).

1.2.1. CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO NA DIOCESE DE DOURADOS

Nesta pastoral, encontram-se os povos indígenas. Após vários encontros entre missionários e índios, nasceu a proposta de uma coordenação nacional da atividade missionária indigenista, sob a forma de um Conselho, cujo nascimento deu-se em 1972, com o nome de Conselho Indigenista Missionário – CIMI, ligado oficialmente à CNBB.



Figura 4. Trabalho de subsistência indígena. Índias Bororos.
Fonte: CIMI – Dourados.

A presença do CIMI na região Sul do Estado de Mato Grosso se dá a partir de 1974, quando foi organizada em Aquidauna a primeira assembléia de Pastoral Indigenista, promovida pelo CIMI Nacional (CIMI, 1997, p. 03). Com a chegada de um casal austríaco, Carlos e Ingrid, os quais vieram a serviço da OPAN (Operação Anchieta) e, em seguida, com a chegada de Antônio Brand e Lúcia Scalabrin, se estrutura definitivamente o CIMI na região. A Funai não se envolve com demarcações de terra e conseqüentemente intensifica o controle sobre as lideranças nas áreas indígenas. A equipe do CIMI realizou um levantamento de dados em todas as áreas indígenas do qual resultou o relatório “Escravidão e o abandono”, o qual retrata com bastante fidelidade a situação dos Povos Indígenas no Estado como: as condições de pobreza e abandono a que estavam submetidos,

as perseguições sofridas pelos índios na luta pela terra, o tipo de trabalho, muitas vezes na condição de escravos. Foi diagnosticada também a omissão dos órgãos oficiais em relação a todo tipo de violência sofrida por esses povos, evidenciando a dilapidação do patrimônio indígena, como a usurpação da madeira (CIMI, 1997, p. 03).

Como resultado, a Funai baixou uma portaria proibindo todo e qualquer missionário de visitar seus colegas em outras áreas indígenas sem sua licença. Os próprios superiores das missões teriam que pedir licença à Funai para visitar seus súditos. A partir desse momento, começa a ocorrer uma relação conflituosa entre o CIMI e a Funai, uma vez que era costume realizarem-se encontros entre os dois órgãos, ou seja, havia participação do delegado regional da Funai e de chefes de posto nas reuniões referentes à causa indígena. Para a sociedade e para alguns bispos do regional de MS, como D. Antônio, arcebispo de Campo Grande, essas reuniões demonstravam a boa vontade da Funai na sua relação com este Conselho. Fica demonstrado que havia olhares e interpretações diferentes quanto à causa. Segundo consta o relatório, era minada toda ação concreta do CIMI (CIMI, 1997, p. 03-04).

O projeto governamental à causa indígena era de “desenvolvimento e integração nacional”, considerava os índios como meros obstáculos que precisavam ser retirados para o bom êxito nacional. A política integracionista desenvolvida pela Funai, na época, contradizia as aspirações do CIMI de salvaguardar os silvícolas em seus meios naturais e culturais.

Em 1978, foi organizada a primeira Assembléia Regional de Pastoral Indigenista na Arquidiocese de Campo Grande, com a presença do então Secretário do CIMI e assessores, com o objetivo de criar o Regional do CIMI/MS. Mas a idéia contou com a oposição de D. Antônio, justamente – e tudo leva a crer – pelo “olhar” diferenciado ao próprio Conselho, na aceitabilidade da política do órgão federal. Portanto, o objetivo num primeiro momento acabou sendo rejeitado.

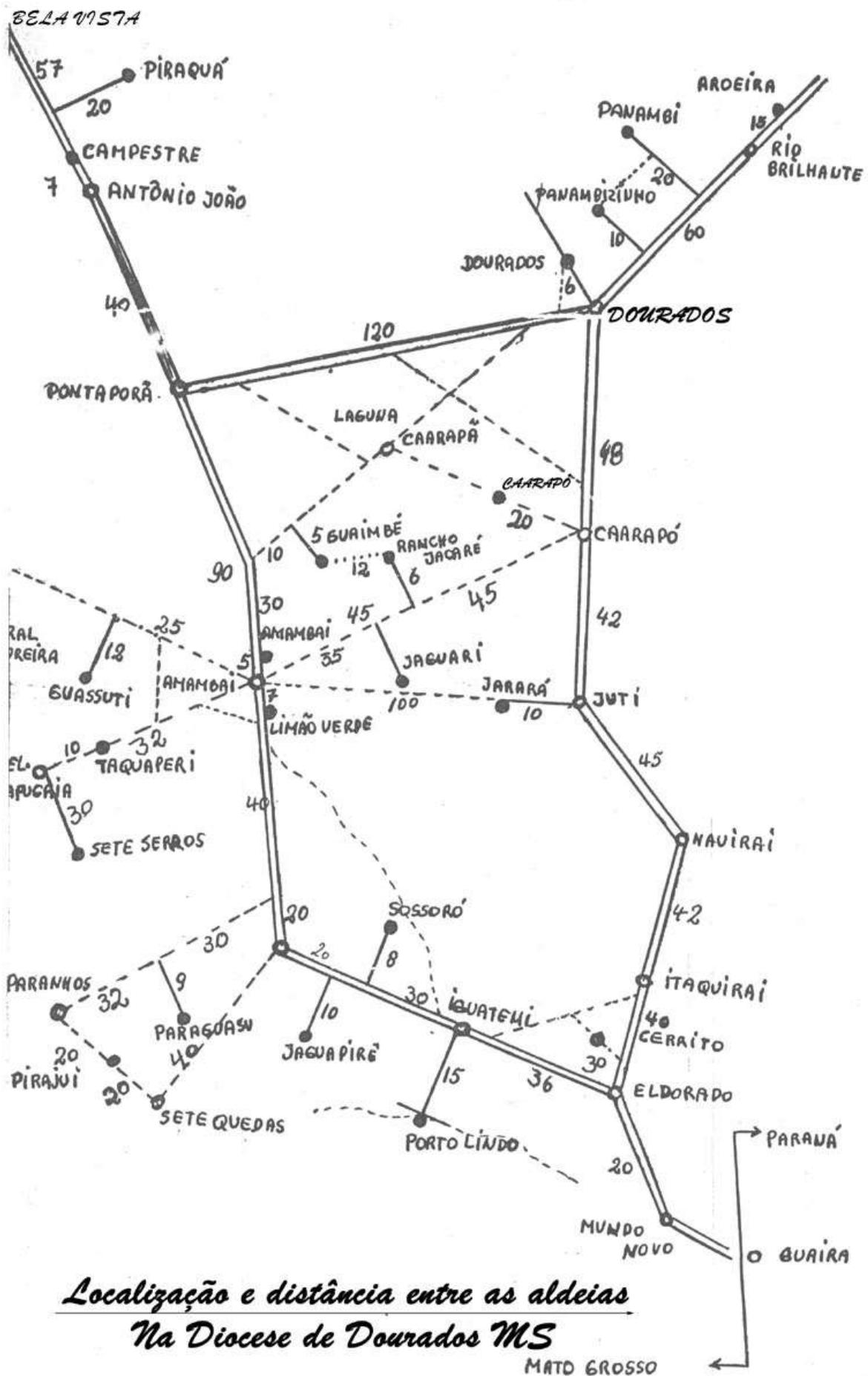
A relação dúbia entre CIMI e Funai manteve-se até fins de 1978, quando os próprios bispos reconheceram a ineficiência do órgão federal. Por interferência de D. Teodardo, os encontros deixaram de acontecer, vindo a partir de então a firmar-se o CIMI na região de Dourados. Para a organização do CIMI, foi organizado um curso em fevereiro de 1979, na Vila São Pedro, Dourados, com a participação de 40 Missionários, representando o regional de Mato Grosso do Sul, Paraguai e Bolívia. Com a presença do Presidente do CIMI, D. Tomas Balduino e do jesuíta Pe. Bartomeu Melià, foram

detectados os problemas enfrentados pelos grupos indígenas do novo Estado: redução de suas terras e condições precárias de saúde, causadas pelas más condições de trabalho e subsistência. A escassez de terras levou ao engajamento compulsório dos indígenas no trabalho de peões de fazendas, como mão-de-obra barata para os plantadores de soja ou criadores de gado. Diante deste quadro e da discriminação em que viviam, a Igreja do Mato Grosso do Sul sentiu a necessidade de investir numa pastoral que cumprisse o papel de resgate da identidade e das representações nas mais diversas dimensões que a cultura indígena apresenta.

Somente na 2ª Assembléia de junho de 1979, foi possível, com o apoio unânime de todos os bispos, inclusive de D. Antônio, criar o Regional do CIMI, sendo identificada uma única equipe de trabalho, a de Dourados, no qual é escolhido coordenador do regional Antônio Brand. “Os outros agentes de pastoral e padres que continuavam seu trabalho junto aos índios Terena não se identificavam e não eram identificados com o CIMI” (BRAND, 1979, mimeo). A diocese de Dourados, com o apoio do bispo D. Teodardo, assumia a orientação no campo sanitário e procurava incentivar os encontros indígenas. O bispo com a equipe do CIMI produzia material informativo para os grupos indígenas e também para as comunidades não-indígenas, no sentido de promover uma conscientização referente aos remanescentes na diocese (BRAND, 1979, mimeo.).

No início, a atuação do CIMI Regional acontecia fundamentalmente em 10 aldeias (Panambi, Lagoa Rica, Campestre, Dourados, Caarapó, Amambai, Takauperi, Pirajui, Sassoró e Porto Lindo). Logo aparecem os conflitos de terra em que o CIMI tem papel fundamental de apoio, pela sua presença e pelo apoio da hierarquia da Igreja. O grande desafio do CIMI nas aldeias é o trabalho de subsistência, por isso os esforços foram centrados num projeto de lavouras comunitárias para se evitar a saída dos indígenas da área, na procura de trabalhos temporários.

Destaca Antônio Brand que o trabalho prioritário do CIMI era a questão da terra, especialmente nas alternativas de subsistência. E que D. Teodardo era reconhecido pela sensibilidade aos Direitos Humanos:



Fonte: CIMI - Dourados

D. Teodardo, embora tendo uma visão bem tradicional de Igreja, tinha uma sensibilidade grande frente à questão dos Direitos Humanos. Ele, quando começou a tomar conhecimento da situação dos índios, passou a se posicionar, a destacar especialmente questões que diz respeito aos Direitos Humanos. Eu devo dizer que nós (CIMI) contamos efetivamente com o apoio forte dele, todo o período. E um apoio incisivo, às vezes surpreendente. Uma vez, o bispo, soube que um índio estava sendo preso e agredido na aldeia de Dourados, na época a polícia indígena do capitão Ramom, pegou o carro e foi lá, e acabou sendo detido pelos próprios índios durante algumas horas. D. Teodardo tinha uma postura muito clara. (BRAND, 2003).

A imagem de D. Teodardo, para os agentes da pastoral, era representação de uma Igreja comprometida com as lutas sociais. Estar com o índio, visitar a aldeia, ou mesmo proporcionar e promover espaço para o trabalho do CIMI na diocese, foram alguns dos arquétipos que construíram um bispo que se identifica com as causas e conflitos do povo. Todavia, as ações *ad intra* na Igreja, no que se refere aos sacramentos, como exigências para batizados, crismas e casamentos, não chamam a atenção dos agentes da pastoral, se são ou não medidas conservadoras. O que interessa é a identificação do bispo com as causas do Conselho Indigenista, ou seja, o apoio e a “liberdade” para os agentes agirem.

A preocupação na formação de lideranças, no intuito destes assumirem as lutas em prol de demarcação de suas terras, é uma constante que revigora o pensamento do órgão. Com a morte do índio Marçal de Souza, em 1983, houve uma revitalização da luta dos índios com a sociedade não-índia. Reuniões de lideranças indígenas bimensalmente promoveram uma ação mais consistente, com objetivos claros de ajudar e despertar nos índios a magnitude de seus problemas, estimular o engajamento nas lutas e apoiar a organização da comunidade indígena para sua autodeterminação.

O Conselho Indigenista Missionário desenvolveu um trabalho de valorização das manifestações culturais, especialmente na formação de professores e na articulação para criação de escolas indígenas. Através do Projeto Kaiowá-Ñandeva (PKÑ), com ajuda de antropólogos, da Universidade de São Paulo, ocorre uma formação com o intuito de resgatar os traços culturais dos povos da terra, promovendo o trabalho de subsistência e de organização.

Na avaliação do próprio CIMI, as ações desencadeadas promoveram: o encontro de lideranças como também de rezadores; o intercâmbio entre os rezadores, desencadeando um reavivamento cultural; uma grande preocupação dos índios com suas expressões culturais, por exemplo, o *Yvyra Marangatu* (as varas usadas pelos rezadores, varas que

para os indígenas ajudavam a sustentar o mundo), a festa do fura-lábio, festa de batismo, mutirões comunitários ou por grupo familiar (CIMI, 1990, mimeo.).

Diante do exposto, a Pastoral Indígena possui como objetivos quatro dimensões fundamentais na estruturação de seu trabalho. Segundo o CIMI, especificadamente o trabalho abarcará:

- a) Apoio e assessoria na luta pela terra, visando à demarcação e à recuperação dos territórios tradicionais;
- b) Agricultura – apoio às roças tradicionais, visando à autonomia econômica dos índios e a sua maior permanência nas áreas;
- c) Organização – valorizar e incentivar suas formas próprias de organização, rezas, reuniões e fomentar articulações com outras instâncias: professores, com outros povos, etc.;
- d) Educação – subsidiar os índios com instrumentos e informações de leitura crítica da história e realidade, visando dar aos índios novas formas de enfrentamento dessa realidade (CIMI, 1990, mimeo.).

Até o término da década de 90, foram organizadas 9 assembleias do CIMI no regional de Mato Grosso do Sul, sendo que as prioridades estavam elencadas na Terra com demarcação e redemarcação das terras indígenas: Comunicação e Participação, com lideranças indígenas, para ter maior proveito nas reuniões; Alianças com lavradores para aumentar a participação de índios da região nas questões de terra, via CPT e CIMI; Conscientizar a população referente à cultura indígena e conseqüentemente manter contato com grupos de apoio, escolas, universidades e outras instituições que estejam interessadas na causa.

1.2.2. A CPT - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NA DIOCESE DE DOURADOS

A partir dos anos de 1970, a Igreja intensifica a sua ação pastoral no meio rural, especialmente quando bispos progressistas perceberam que o Estatuto da Terra, projeto dos governos militares, não favorecia o desenvolvimento social, mas ampliava a expansão

do capitalismo no campo. A Igreja aparece nesse momento muito preocupada com os direitos das pessoas, também com o fato de que existem direitos consagrados na lei, e direitos que não são respeitados na prática. Isso aparece praticamente em todas as discussões, inclusive naquela que diz respeito à propriedade, que era justamente o que justificava a posição da Igreja antes de 1964 na defesa da propriedade. Nessa análise, José de Souza Martins destaca que:

O Estado está defendendo a propriedade capitalista, uma forma de propriedade que é expropriativa, e que é causadora do desenraizamento das populações rurais, do estabelecimento não só da miséria econômica, mas também da miséria moral e social. Enfim, a Igreja começa a denunciar um processo de desumanização do homem (1986, p. 69).

Nesse âmbito político, econômico e social no qual estaria ocorrendo a desumanização do homem, propicia-se nos quadros eclesiais uma tomada de consciência. Num encontro em Itaipaci, em 1974, por ocasião da XIV Assembleia Geral da CNBB, alguns bispos e assessores trataram da possibilidade e viabilidade de um encontro, para mútua informação, análise e clareza de pistas da ação pastoral a respeito dos problemas no uso e posse da terra e fenômenos migratórios, dentro da área da Amazônia Legal.

A Pastoral da Terra foi criada oficialmente em junho de 1975, em Goiânia, Estado de Goiás. “A CPT (Comissão Pastoral da Terra) é organismo ligado à linha Missionária da CNBB. Tem como objetivo “interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em função dos homens sem terra e dos trabalhadores rurais.”¹⁹

Ficou estabelecido neste encontro que em todas as dioceses fosse organizada uma equipe responsável para as articulações, sendo escolhido como presidente da CPT D. Moacir Grechi. Assim, com as equipes espalhadas pela grande maioria das Dioceses, foi realizada a primeira Assembleia Nacional da Pastoral da Terra, em Goiânia, de 25 a 29 de novembro de 1977. A partir desse momento começou a articulação em todo o Brasil.

Na Diocese de Dourados a primeira movimentação de articulação da CPT começou em 1976, na qual a Irmã Olga Manosso, Rosalvo Rocha Rodrigues e mais algumas

¹⁹ Conclusão do primeiro encontro de Goiânia sobre Terra e Migrações na Amazônia Legal, em junho de 1975. In: Relatório da Comissão Pastoral da Terra – Regional Mato Grosso do Sul. Glória de Dourados, 07/04/1980. (mimeografado).

lideranças, não identificadas nos relatórios, participaram de reuniões da Comissão Pastoral da Terra, primeiro em Diamantino e depois em Cuiabá, ambas no Estado de Mato Grosso. No ano de 1977, realizou-se um encontro informal na região de Dourados com agentes de pastoral e líderes sindicais. Consta no relatório que o processo de penetração do capital no campo, durante a década de 70, em especial nos anos de 1975 a 78, causou a expulsão do homem do campo, intensificando a proletarização rural e conseqüentemente o inchaço das cidades (CPT, 1980, mimeo.).

Em artigo publicado no jornal *O Progresso*, em julho de 1979, intitulado: “Extremo sul de Mato Grosso do Sul: Violência, corrupção e milhares de pessoas sem terra”, dois parlamentares, Antônio Carlos de Oliveira e Onevan de Mattos, detectam a facilitação de transações de terras pelo INCRA para os grandes proprietários; a violência contra líderes camponeses; centenas de famílias sem terra na faixa da fronteira e a grave situação dos brasileiros que vivem no Paraguai (*O Progresso*, 24 de jul. de 1979).

Diante desta situação, D. Teodardo se pronuncia, destacando a necessidade de organizar nas paróquias o trabalho de coleta de dados referentes ao problema da terra. D. Teodardo faz um apelo “no sentido de conscientizarem as suas comunidades e sensibilizarem as autoridades locais e os responsáveis, na procura duma solução justa e adequada do problema em questão” (ELO, agosto/1979, n.º 36). O bispo lembra ainda que a Igreja não pode ficar alheia à sorte espiritual e material do Povo de Deus. Diante do quadro de que grande parte do povo que vivia na Diocese, neste período, trabalhava na terra, seja como pequeno proprietário, arrendatário, empregado, peão ou “bóia-fria”, esboça-se um panorama representativo para criação e organização da Pastoral da Terra.

Na implantação desse novo trabalho pastoral na Diocese, o ano de 1978 foi decisivo, através da articulação de dois encontros, de abril e dezembro. O primeiro congregou lavradores e agentes de pastoral de diversos municípios, entre eles: Nova Andradina, Mundo Novo, Deodápolis, Glória de Dourados e Jatei. Neste encontro foram estabelecidas as bases da pastoral, que seriam: dar valor ao homem do campo e o animar para participar de sua própria “libertação”. No segundo encontro, estiveram presentes também o secretário executivo da CPT nacional e o bispo D. Teodardo. Neste encontro, foi delineado o porquê da pastoral, os objetivos e as metas, o que fazer concretamente.

O objetivo geral da Pastoral da Terra é promover a evangelização para a construção um mundo melhor no qual a pessoa possa viver com integridade todas as dimensões em que interage o ser humano. Especificamente a pastoral propõe: integrar o homem do

campo à sociedade para que se comunique com mais facilidade, ajudá-lo defender os seus direitos – a terra para trabalhar, bem como o acesso à justiça e sua aceitabilidade como cidadão; despertar e apoiar a união dos lavradores para que estes descubram e questionem a realidade em que vivem, lutem politicamente e construam com firmeza sua própria união.

Quanto às metas, a pastoral destaca duas dimensões, uma em relação aos lavradores e a outra em relação aos Agentes de Pastoral. Para os lavradores, propõe-se a levantar problemas locais e regionais, descobrir lideranças, promover grupos de estudo para os aspectos que dizem respeito ao seu trabalho. Com relação aos Agentes de Pastoral, a preocupação estava em descobrir mais pessoas preocupadas com a causa, bem como motivar os agentes envolvidos para que se envolvam definitivamente nas camadas mais pobres, estudar continuamente e não perder o sentido primeiro, a Evangelização.

Percebemos que a Igreja diocesana possuía um discurso que se enquadrava nas abordagens institucionais advindas de Medellín. Afirma Pe. Adriano²⁰ que não havia como não acoplar os trabalhos diocesanos às diretrizes assumidas pela Igreja após o Concílio Vaticano II, especialmente Medellín. A autocompreensão da Igreja Latino-Americana naquele momento histórico, ou seja, na década de 70 do século XX, era assumir um projeto de Igreja voltada para a realidade, valorizando as diferenças e as minorias, ou seja aqueles que viviam marginalizados: índios, negros, jovens, pobres etc. Outro ponto importante para essa abordagem institucional é a própria constituição eclesiástica, a formação de padres num ambiente menos clerical, a escolha de bispos mais enraizados na realidade do povo e a própria Nunciatura apostólica, em que João XXIII e o próprio Paulo VI caracterizavam-se por um trabalho voltado essencialmente aos problemas sociais.

Na Diocese de Dourados, as pastorais polêmicas, especialmente o CIMI e CPT, no início sofreram certa resistência, quanto a apoio episcopal. D. Teodardo, rígido nos assuntos da Igreja, teve um processo de adaptação, nos primeiros anos de seu episcopado resguardou-se mais nas pastorais sacramentais, sem muito envolvimento com a realidade

²⁰ Padre Adriano Van Den Ven, natural da Holanda, nasceu em 1940. Filho de pequenos agricultores. Tornou-se padre na Congregação do Verbo Divino. Escolheu o Brasil para trabalhar, chegando em pleno regime militar. Trabalhou durante muitos anos em Medianeira Estado do Paraná. Desenvolveu trabalhos com pequenos agricultores, organizando sindicatos e mobilizando famílias sem-terras, especialmente os atingidos pela Usina de Itaipu. Partidário do Partido dos Trabalhadores, o qual considerava o mais próximo das mensagens evangélicas. No ano de 1982, assumiu a Paróquia de Caarapó. Desde o início trabalhou com a CPT, na organização e mobilização de famílias para o assentamento definitivo. No ano de 1988, Pe. Adriano passou a dedicar-se em tempo integral às Pastorais Especiais de CEBs, Pastoral da Terra e da Juventude.

social. Assim declara Irmã Olga: “quando começou em 78, D. Teodardo não proibia, mas não dava muito apoio. Agora quando se tratou da ocupação da Santa Idalina, ele viu aquela multidão ele mesmo considera que aquele povo o fez mudar, aí depois daquilo ele deu muito apoio.” Quanto à criação mais sistemática das pastorais sociais na Diocese de Dourados, Irmã Olga comenta:

Nós começamos em 1975 quando iniciou a CPT nível de Brasil, nesse período eu estava em Glória de Dourados e, em 1976, a gente recebeu uma visita do Ivo Poleto que era um amigo nosso lá do Rio Grande do Sul e motivou muito para a gente começar a pensar essa questão da terra como Igreja. E, em 1978, nós iniciamos a Comissão Pastoral da Terra no Mato Grosso do Sul com sede em Glória de Dourados, que ficou lá até 1985, depois passou para Campo Grande. Então, desde 1978 nós organizamos a pastoral da terra no Mato Grosso do Sul (Entrevista, 1999).

O envolvimento da Igreja respondeu a uma necessidade histórica do processo político que demarca este período. O setor fundiário de Mato Grosso do Sul passa por profundas mudanças, especialmente pela implantação da mecanização, uso de insumos agrícolas e plantio de monoculturas em grandes extensões de terra, provocando a expulsão de famílias do meio rural.

1.3. CONFLITOS E RESISTÊNCIAS – AS PASTORAIS SOCIAIS NA ADMINISTRAÇÃO DE D. TEODARDO

Ao analisarmos os documentos referentes ao episcopado de D. Teodardo, deparamo-nos com elementos que permitem vê-lo como um bispo de transição. O período histórico no qual se configura seu episcopado é constituído por novos conceitos advindos das grandes transformações que a Igreja Católica propiciara, como, o Concílio Vaticano II, as conferências de Medellín e Puebla e os diversos planos pastorais que os bispos organizaram nos regionais.

Na década de oitenta, aglutinam na diocese de Dourados problemas oriundos de uma realidade social, vinculados a uma concentração latifundiária²¹ e uma conseqüente exclusão dos pequenos proprietários e dos indígenas da posse da terra. Uma líder comunitária destaca que “D. Teodardo desenvolvia bastante a parte social. Com os Índios e com os Sem-Terra.”²²

Esta parece ser uma posição da diocese de Dourados, como bem ficou explicitada na 13ª Assembléia Diocesana de pastoral, realizada em 1981, quando a diocese colocou como prioridade as Comunidades Eclesiais de Base. Assim destaca o documento: “Num processo de conversão interna a Igreja tem dirigido sua preocupação de maneira especial aos pobres. Não é uma anti-igreja e nem uma igreja paralela, mas uma forma determinada de viver a Igreja de Cristo, para esta realidade concreta do povo de MS, oprimido e alienado.”²³ Em entrevista com D. Alberto, este deixa claro que D. Teodardo assumiu com responsabilidade as questões sociais:

O problema da terra começou praticamente com a ocupação da terra Santa Idalina, em Ivinhema em 1984. D. Teodardo assumiu e conseguiu que eles fossem assentados na diocese de Jardim. Bem D. Teodardo entrou basicamente de gaiato. Porque quem planejou a invasão foi o MST. E, como tinha a CPT na diocese ele (D. Teodardo) deu o total apoio. Ele estava na assembléia em Itaici, abandonou e veio dar apoio. E assim ele entrou, simplesmente porque aconteceu. Devido as invasões do MST, começou a ter problemas, porque foi colocado tudo numa só panela (MST, CPT, CIMI). E o problema era exatamente o latifúndio, este viu-se ameaçado por este trabalho, houve rejeição²⁴.

D. Alberto se refere aos problemas sociais e, em especial, à questão da terra, como algo totalmente desvinculado da CPT e de D. Teodardo, destaca que o Movimento dos Sem-Terra é que teria promovido a ocupação da fazenda Santa Idalina. Porém, a CPT estava organizada em vários municípios, com o intuito de desenvolver um diagnóstico da

²¹ Por “latifúndio” entende-se uma grande propriedade rural, cujos recursos são em geral insuficientemente utilizados. Pertence normalmente a um proprietário sistematicamente ausente, que emprega trabalho assalariado e utiliza tecnologias agrícolas muitas vezes atrasadas.

²² Maria Lurdes Mero Gonçalves. Dona Maria, assim como é conhecida, é catequista há mais de vinte anos em Dourados. Hoje é participante do Neocatecumenato. Entrevista concedida dia 20/07/2001.

²³ Relatório final sobre a 13ª Assembléia Diocesana de Dourados realizada de 09 a 12 de dezembro de 1981 (ELO, março/1982, n.º 49).

²⁴ Entrevista concedida por D. Alberto, na qual relatou sua chegada na diocese, momentos fortes de D. Teodardo, seu trabalho pastoral e os desafios e perspectivas na Igreja hoje. D. Alberto, 15/01/2002.

realidade dos trabalhadores desprovidos de terra. Destaca Pe. Adriano que havia um estudo em doze municípios, organizados pela equipe da CPT, que articularam este plano com o conhecimento e liberação dos responsáveis. É o que ele chama de as “doze tribos de Israel”.²⁵

Para D. Alberto, que procura eximir D. Teodoro do apoio à ocupação, quem a organizou foi o MST²⁶, o bispo na época entrou de “gaiato”, e a sociedade colocou todos os órgãos (MST, CPT, CIMI e o bispo) no mesmo patamar. Aqui há uma ambigüidade, pois o Movimento dos Sem-Terra foi organizado com o apoio da CPT e, segundo o agente da Pastoral Rosalvo Rocha Rodrigues, membro da CPT na Diocese de Dourados, os trabalhos com os “sem-terra” no Mato Grosso do Sul começaram em 1979 com as famílias que residiam nas fazendas de Taquaruçu, Jequitibá e Entre-Rios, no município de Naviraí, as quais tinham consciência da necessidade da luta pela terra, e a CPT dava a estrutura necessária para o desenvolvimento dessa luta.

Figura 6. Visita de D. Teodoro Leitz na ocupação de Santa Idalina.



Fonte: o ELO, junho/1984, nº 64.

²⁵ O estudo em doze municípios, refere-se aos anos de 1978 a 1982 quando foram criadas comissões de sem-terra em doze municípios, para análises e estudos da realidade social. Segundo Pe. Adriano, havia colaboração da CPT, mas nada oficial, para não entrar em conflito com a sociedade e governo.

²⁶ O movimento dos trabalhadores rurais sem-terra começou a ser organizado oficialmente a partir de 1984, quando foi realizado o 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, em Curitiba no Estado do Paraná. O primeiro acampamento a alcançar grande repercussão foi o da Encruzilhada Natalino em 1981, à beira da estrada de Passo Fundo a Ronda Alta, no Rio Grande do Sul (VITA, Á. *Sociologia da Sociedade Brasileira*, p. 124).

Na década de 80, os problemas sociais, ligados aos agricultores desprovidos de terra, aos “brasiguaios” e aos indígenas, mantiveram D. Teodardo envolvido com estas questões. O principal acontecimento que vai abarcar grande parte das discussões, ou seja, cartas pastorais, noticiários da diocese e outros escritos, está ligado à luta pela terra. Assim escreveu D. Teodardo:

Esta luta tem a sua origem no desespero de milhares de pessoas que não sabem mais onde ficar e com que viver. De modo especial, na região da Grande Dourados que abrange o extremo Sul do Estado e coincide com o território da Diocese de Dourados, a situação dos “Sem-Terra” é a mais grave possível. São brasileiros que voltam do Paraguai onde não tem futuro, são bóias-frias sem trabalho, são arrendatários com contrato vencido e despejados das Fazendas, são enfim irmãos nossos que não têm, como o “Filho do Homem”, onde reclinar a cabeça (ELO, junho/1984, n.º 64).

D. Teodardo coloca a diocese como organizadora dos sujeitos mais ativos, politizando as lideranças, que muitas vezes agiam independentes, buscando soluções práticas para os problemas de seu meio. Assim, força a hierarquia da Igreja e aqui o próprio D. Teodardo a ter iniciativas que o represente enquanto bispo de transição, pois justifica-se pelas iniciativas tomadas a partir do apelo e necessidade do povo de sua diocese. Como mostra em sua primeira carta aberta:

Eu, como Bispo, em nome da Diocese de Dourados, estou inteiramente solidário com o sofrimento de meu povo. Farei o que estiver ao meu alcance para que se chegue a uma solução pacífica, sem derramamento de sangue, e a contento das necessidades dos mais de 1000 chefes de famílias ocupantes da área.

Já o próprio Estatuto da Terra diz: “É assegurada a todos os trabalhadores a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista em lei”(art. 2º). (ELO, junho/1984, n.º 64).

Percebemos que a adesão de D. Teodardo pelo conflito na gleba Santa Idalina²⁷ crescia, especialmente pela miserabilidade em que esses trabalhadores se encontravam e pela negligência das autoridades competentes para o fato. Assim, D. Teodardo faz um apelo às autoridades, do poder legislativo e executivo, na procura de soluções para o problema no campo.

²⁷ Nos Referimo-nos constantemente a este conflito, pois foi o que teve maior alcance no episcopado de D. Teodardo. O bispo esteve diretamente envolvido e foi o que causou maior repercussão na sociedade neste período.

Faço um apelo às autoridades:

1º Que seja feita uma remedição DE TODAS AS TERRAS DE MATO GROSSO DO SUL E PARTICULARMENTE AS DA ÁREA AGORA EM CONFLITO. (sic) e que os eventuais excessos desta remedição, sejam destinados para assentar os trabalhadores sem-terra.

2. Que haja um MÓDULO MÁXIMO DA PROPRIEDADE DA TERRA, (sic) a fim de que acabe a concentração das terras, nas mãos de poucos, e não haja mais trabalhadores sem terra para plantar.

3. Que na questão em conflito, seja aplicado o Estatuto da Terra no seu artigo acima citado, que assegura a todos os trabalhadores a oportunidade de acesso à propriedade da terra, de preferência na região onde habita, desapropriando uma área de terra suficiente para assentar os trabalhadores sem-terra.

4º. Que seja assegurado o direito de que fala a Constituição, garantindo a liberdade religiosa, de assistência religiosa aos ocupantes da área, pelos agentes de pastoral da diocese.

5º. Que o Estado não se omita de fornecer alimentos, roupas e remédios aos ocupantes, ajuda já prometida.

Invocado o conceito geral da JUSTIÇA, repudio as eventuais acusações, de que, tanto os ocupantes da área, como aqueles que os apoiam estejam na ilegalidade (ELO, junho/1984, n.º 64).

A Igreja, na afirmativa de intervir em prol dos sem-terra e dos índios busca, através de seu poder representativo, uma junção, congruência com setores na sociedade para alcançar o objetivo traçado, ou seja, assentar todas essas famílias que estavam numa situação irregular. O apelo de D. Teodardo às autoridades não foi atendido, sendo que no dia 14 de maio de 1984, o Juiz de Direito da comarca de Ivinhema, através de uma liminar, expulsou todas as famílias que ocupavam a área.

Desalojada e sem ter para onde ir, a multidão ficou à mercê da sociedade. A Igreja assume temporariamente a questão. D. Teodardo propõe que as famílias ocupem uma área na Vila São Pedro, próximo a Dourados, até que o governo faça definitivamente o assentamento dessas famílias. Assim escreveu D. Teodardo:

Para terem onde ir, o Bispo ofereceu uma área de 4 hectares na Vila São Pedro, atrás da Casa de Cursilho, que dá somente para um acampamento dos 'Sem Terras'. São mais ou menos uns 500 chefes de família, que irão buscar suas mulheres e filhos. O número dos acampados subirá, então, para alguns milhares. É um desafio à caridade cristã; a "opção preferencial pelos pobres", assumida pela Igreja, será assim testada. Todos os cristãos são chamados a darem sua colaboração, repartindo o seu pão com aqueles que não o têm (Carta de esclarecimento, maio de 1984, mimeo.).

Figura 7. Assentamento temporário na Vila São Pedro.



Fonte: Cúria diocesana de Dourados.

A adesão pelos problemas agrários e seu posicionamento na conjuntura eclesial fez com que se auto-representasse um sujeito propiciador de mudanças na sociedade. Os acampados viam no bispo um colaborador na busca de solução para o problema da terra como afirma a carta dos acampados:

No dia 14 de maio de 1984, nós fomos despejados violentamente pela polícia militar do Estado. A Igreja nos ajudou e fomos, todos juntos, para a Igreja de Ivinhema. Lá, em assembléia, resolvemos acampar na Vila São Pedro, em Dourados, provisoriamente, num terreno da Diocese. Ficaremos acampados porque queremos continuar na Luta. Queremos nosso pedaço de chão. Aqui em São Pedro estamos livres. Podemos entrar e sair quando quisermos. (...) Emocionados agradecemos a colaboração recebida do nosso Pastor D. Teodardo, de vários Agentes de Pastoral da Diocese, do Deputado Federal Sérgio Cruz, do nosso advogado e amigo Artur Alberto Marwell, e tantos outros que estão nos apoiando.²⁸

Diante da opção de D. Teodardo pelo trabalho social, muitas foram as resistências tanto por parte da sociedade, mídia e associações, como também pela Santa Sé e clérigos descontentes com o trabalho inserido nas lutas do povo.

²⁸ Carta dos acampados da Vila São Pedro, de agradecimento em especial à Igreja de Dourados, por oferecer provisoriamente, até a solução definitiva por parte do governo do Estado, um pedaço de terra e alimentos e outros utensílios necessários à sobrevivência humana. Comissão dos acampados. 15/05/84. In: Cartilha, Conflito de Ivinhema, p. 23.

Em âmbito nacional a Teologia da Libertação teve fortes resistências, provindas pela Santa Sé, que se opunham à concepção de *um novo jeito de ser Igreja*, visíveis nas ações desencadeadas pela própria instituição contra a efervescente Igreja Popular, ou seja, as CEBs. Com o Pontífice João Paulo II, iniciaram-se as retaliações contra Teólogos da Libertação, especialmente os irmãos Boff, transferências de bispos progressistas, nomeações de bispos conservadores não muito “chegados” das CEBs, como também nomeações de bispos estrangeiros com fortes tendências da neo-romanização, com reparoquialização, contribuindo assim para uma centralização maior das decisões nas mãos do clero, tudo isso promoveu um refluxo destes movimentos populares que estavam desencadeando reflexões e uma postura do ser cristão na Igreja e na sociedade.

No âmbito local, percebemos que as resistências são auto-representadas tanto pela mídia quanto pelos próprios membros eclesiais. De acordo com o padre Edson²⁹, na década de oitenta suscitou, na diocese de Dourados, muitas resistências o trabalho empreendido por D. Teodardo.

Foi muito grande (sic) as resistências, inclusive por pessoas da Igreja, padres. Estes, tinham posições contrárias em relação à posição de D. Teodardo. E naquele momento estava na paróquia (de Ivinhema) o padre Volmir, o qual tentava controlar um pouco esta problemática. Mas, aí gerou um grande conflito com a mobilização da comunidade, em relação à terra. Sempre gera polêmica, por mais que as pessoas digam que são cristãs, católicas praticantes, quando mexe naquilo que é a segurança, então há uma reação muito forte. E até mesmo pessoas que nem terra tinham, mas também não tinham conhecimento da caminhada, de novos projetos, eram contra. Então, as reações eram tanto dos grandes, quanto dos pequenos, pouca gente aceitava realmente (Entrevista em 16/01/2002).

A Igreja diocesana passa por um momento de conflitos intra-eclesiais, efetivados pelas divergências de seus membros quanto à opção de trabalho pastoral. Como exemplo, temos uma entrevista feita pelo professor Cláudio Freire de Souza aos padres de Nova Andradina em 1989, quando, na ocupação de um latifúndio no município de Bataiporã, ouviu de um padre: “Não pode. Imagina se isso pega. Daqui a pouco estarão invadindo os supermercados e as lojas das cidades. Isso é um absurdo.” E continuou referindo-se ao bispo: “O bispo D. Teodardo não tem que se meter nestas coisas. Isso não ajuda em nada na missão salvífica da Igreja. Só cria ódio” (SOUZA, 1992, p. 97).

²⁹ Padre Edson Nogueira Lima é padre diocesano. Trabalha com os movimentos e pastorais populares. Padre Edson é coordenador diocesano de Pastoral e pároco da paróquia Santa Terezinha em Dourados.

Muitos eclesiásticos não aceitam o envolvimento da Igreja nos assuntos que, dizem, compete ao Estado. Retraem-se, criam barreiras e se isolam em suas Igrejas, conferindo-se unicamente o papel de religiosos, ou seja, evangelizar o indivíduo a partir de uma leitura sistemática dos textos sagrados.

D. Teodardo enfrenta forte resistência extra-eclesial, ou seja, o confronto com o mundo social, proporcionado pela opção no trabalho junto ao problema da terra. Reação contrária à organização dos sem-terra foi capitaneada pela União Democrática Ruralista – UDR, criada em Goiânia, em maio de 1985, sediada em Brasília e que se estruturava em âmbito nacional, com núcleos regionais e municipais, bem como no Estado, na cidade de Dourados, centro próximo à região de grandes conflitos, e que era composta basicamente por pecuaristas. Seu ataque inicial foi contra a CPT e a Igreja Católica, utilizando-se de diversos meios, como canais de TV, rádio e imprensa escrita, promovendo uma campanha em especial contra as pastorais comprometidas com os conflitos no campo, e contra a Igreja onde estava a base da organização dos sem-terra em Mato Grosso do Sul.

A UDR nasceu de uma reação dos latifundiários diante da ação pacífica dos movimentos e da CPT em favor dos trabalhadores rurais e sem-terra em todo o País. Esses latifundiários apresentam-se como os salvadores da ordem, da prosperidade e dos bons costumes. A organização e o investimento nas eleições levou dezenas de representantes às cadeiras legislativas e executivas. Segundo Délcio Monteiro de Lima, “a UDR é destinada a articular mecanismos de pressão para impedir a implantação da reforma agrária pretendida pelo governo e a formulação de uma nova política rural do País” (1990, p. 154).

A imprensa escrita divulgou uma série de acusações contra a Teologia da Libertação, vinculando os membros da Igreja, bispo, padres e lideranças com discursos marxistas e alertando contra o “perigo” à moral e bons costumes da Igreja. Em vários artigos publicados no jornal *O Progresso*, há uma série de acusações contra Teologia da Libertação e trabalho pastoral desencadeado pelo bispo D. Teodardo na diocese de Dourados. No artigo *Diversas tendências da teologia da libertação*, o autor destaca: “Mas há ainda uma corrente perigosa, a dos que propugnam o aproveitamento do marxismo pelo cristianismo, na mais avançada linha da Teologia da Libertação” (MONTEIRO, 1984, p. 05). Outro artigo destaca que esta teologia ignora as diretrizes da instituição católica. “Os adeptos da Teologia da Libertação ignoram a doutrina social da Igreja e demonstram até uma certa aversão contra Ela (...) alguns padres latino-americanos adotaram o socialismo mistificado como solução seguindo a análise marxista da sociedade” (Editorial de *O*

Progresso, 1984, p. 07). Em outro artigo publicado pelo mesmo jornal, elucida-se que a Teologia da Libertação é um perigo para os católicos e, que estes devem temer os pregadores desse novo cristianismo, pois “há os que desejam que se crie um novo cristianismo, um cristianismo paralelo ao verdadeiro ensinado pela Igreja de Deus, (...) os bons pensamentos foram tragados pela influência marxista, que prega a libertação terrena dos homens, com a “práxis” do marxismo ateu e materialidade, através da luta de classes” (MORAES, 1984, p. 04).

Referente ao caso de Santa Idalina e à ação da Igreja neste conflito, as acusações são de que D. Teodardo e os membros da CPT são coniventes com a “barbárie” provocada no campo. Segundo a reportagem do jornal *O Progresso* “os sem terras, acampados na Vila São Pedro, especificamente em terras da Igreja Católica, estão vivendo precariamente. Alimentam-se razoavelmente, estão passando frio, e as condições de higiene não são nada boas” (Editorial de *O Progresso*, junho/1984). Assim, começam algumas acusações contra a presença da Igreja, especialmente do bispo junto aos acampados. Algumas acusações vêm da Assembléia Legislativa, especialmente dos deputados Ary Rigo e Nelson Trad (Assembléia Legislativa, 1984). Escreveu D. Teodardo: “O bispo foi acusado, de um lado ser conivente com a invasão e, de outro lado, ter ele mesmo colaborado no despejo dos ocupantes” (ELO, junho/1984, n.º 64).

D. Teodardo é enfático ao afirmar que a ação da Igreja surgiu de uma necessidade urgente face aos problemas gerados pela ocupação de Santa Idalina. Em carta aberta responde as acusações de que seria conivente com a “invasão”:

Não planejei, não organizei e não ajudei na invasão da área em questão, mas perante um fato consumado procurei ajudar a irmãos famintos como manda a lei de Deus. No despejo, impetrado pela SOMECO (Sociedade Melhoramento Colonização) e ordenado pelo Juiz da Comarca, me fiz presente, não para colaborar no próprio despejo, mas para evitar violências e derramamento de sangue. E perante a pergunta angustiada dos despejados: “Senhor Bispo, para onde vamos, nós não temos aonde ir”, ofereci a área da Vila São Pedro. A Igreja perderia a credibilidade se não se fizesse o que fiz. Fala-se tanto da opção preferencial pelos pobres: aqui e agora se oferece uma oportunidade de agir em conformidade com um compromisso assumido pela Igreja da América Latina (Documento de Puebla), endossado pela CNBB, pela Diocese de Dourados, por seu bispo e por todos os que lutam por um mundo mais justo e mais fraterno. Que o não-nobre Deputado Ary Rigo, tendo feito na Assembléia Legislativa tais e outras acusações, reflita sobre isso! (ELO, junho/1984, n.º 64).

Esta ação retórica de D. Teodardo acirrou os ânimos do deputado Nelson Trad, como ficou evidenciado num artigo em resposta à D. Teodardo Leitz, na qual destaca que os invasores de Ivinhema foram apoiados por um núcleo operacional no comando das ações, que os remete à Comissão Pastoral da Terra. Ainda no teor dessa discussão, quanto ao termo *não-nobre deputado*, argumenta: “Por um processo esdrúxulo de prene auricular, este prelado ouviu, concedeu e desenvolveu teratologicamente o mostrengo acusatório em suas entranhas, para depois expeli-lo contra as leis naturais pela boca. Assim, o que devia soar como denúncia transformou-se em corpo de delito da injúria, bazófia, muito a gosto da empáfia prussiana do Sr. Bispo de Dourados” (TRAD, *O Progresso*, 30/05/1984).

Diante das acusações por parte do poder latifundiário, na qual D. Teodardo e membros da CPT seriam coniventes com tal situação no campo, uma representação dos acampados da Vila São Pedro faz publicar uma carta nas comunidades da diocese, na qual destacam: “Admiramos profundamente a atitude corajosa e cristã de nosso querido pastor D. Teodardo. Agradecemos-lhe de coração o compromisso assumido conosco, um povo oprimido e sem-terra. REPUDIAMOS (sic) qualquer acusação de que D. Teodardo é ‘mentiroso’ ou ‘venenoso’. É verdade, o veneno que foi despejado contra o nosso bispo não é pouco. Mas nós o admiramos. Nunca nos abandonou. Quem seríamos nós sem ele?”³⁰

A realidade social deflagrada pela questão da terra levou a Igreja diocesana a incorporar estes desafios, de que não poderia omitir-se. Como bispo, tornou-se tutor dos acampados até a solução definitiva para o caso em questão. Como destaca D. Teodardo:

Mais uma vez me dirijo ao nosso Presbitério, aos agentes de Pastoral e às comunidades para chamar sua atenção e pedir sua colaboração no nosso esforço para garantir a sobrevivência dos acampados “Sem terra” na Vila São Pedro. São agora mais de 3 mil pessoas entre homens, mulheres e crianças. Temos que alimentá-las até que possa ser desativado o acampamento, o que será iniciado, conforme promessas do Governo, em agosto com o assentamento das famílias em terras colocadas à sua disposição. Até agora conseguimos a manutenção dos acampados mediante recursos da Diocese, colaboração das comunidades e ajuda do Governo. Os próprios acampados também colaboram com empregos ocasionais nas colheitas da redondeza (...). Assim mesmo devemos intensificar as campanhas nas comunidades, principalmente naquelas que ainda não se

³⁰ Carta dos acampados na Vila São Pedro, conhecida como: *Gleba Idalina “VENCEREMOS”*. Carta mimeografada cujo objetivo seria expor as exigências dos sem-terra e declarar o apoio que receberam de D. Teodardo. 02/06/1984.

movimentaram e naquelas de onde vieram os acampados (Circular 04/84, julho de 1984).

Só após quatro meses de acampamento sob a responsabilidade de D. Teodardo, o Estado de Mato Grosso do Sul, governado pelo Sr. Wilson Barbosa Martins, adquiriu uma área de 2.500 hectares para assentar os acampados da Vila São Pedro. Assim, comentou D. Teodardo:

Afinal, após uma luta renhida de 4 meses por um pedaço de terra, os “sem-terra” podem levantar o acampamento na Vila São Pedro e se transferir para a gleba “Padroeira do Brasil”, sita entre Aquidauana e Nioaque (sic). É uma área de 2.500 hectares, terra boa, adquirida pela “Agrosul”. Em fins de agosto, 45 homens foram para lá a fim de preparar o assentamento das 475 famílias. No dia 30 de agosto dom Teodardo, em audiência com o governador, solicitou a imediata transferência de todos os acampados para a gleba Padroeira. O acampamento da Vila São Pedro, após 3 meses e meio da sua existência, se tinha tornado inviável ultimamente devido ao aperto provocado pelas famílias que trouxeram sua mudança, inclusive pequenos animais (galinhas, porcos, cabras, cachorros nem se fala...). A morte começou a rondar o acampamento, levando um velho e 4 crianças (uma das quais vítima de atropelamento). O desespero tomou conta dos acampados, ludibriados continuamente com falsas promessas de transferência “daqui em pouco”. Perante a negativa do Governo de alimentar as 3 mil pessoas até a primeira colheita, dom Teodardo aceitou mais este desafio, comprometendo-se de fornecer alimentação até 31 de dezembro (ELO, set/out/84, n.º 66).

Apesar do apoio ao sem-terra, o bispo sempre se posicionou contra esta forma de solucionar o problema, apelava para o entendimento e a conciliação. Após a ocupação de Santa Idalina, mesmo oferecendo-se para mediar o conflito, ele não deixa de repreender os trabalhadores ao afirmar: “...se me tivessem pedido conselho, diria para não fazerem isso. A invasão foi um ato perigoso de grande ousadia” (D. TEODARDO, *O Progresso*, 4/05/84, p. 01).

As pastorais sociais, os movimentos, grupos de base e parte do próprio clero identificavam em D. Teodardo uma Igreja que representava uma ação construída a partir da realidade latino-americana, não só enquanto presença de uma autoridade episcopal nos conflitos sociais, mas principalmente de uma Igreja que está reconstruindo sua identidade na alteridade do ser índio, sem-terra, do migrante, ou seja, das minorias.

Quanto à questão indígena, D. Teodardo Leitz procurou conhecer a situação, os problemas e as perspectivas que este povo traz. E diante dos problemas detectados, a Diocese de Dourados, financiou pequenas ajudas para lavouras comunitárias, orientadas pelo CIMI; procurou orientar os índios na legalização das posses que ocupam; incentivou

e apoiou reuniões de lideranças indígenas visando a sua organização autônoma; denunciou as graves omissões do órgão oficial; tem enfim também realizado celebrações em algumas aldeias. Assim destaca o padre Edson quanto ao apoio do bispo para estas pastorais:

Na década de oitenta nós tínhamos um apoio muito grande de D. Teodardo. As pastorais ou os trabalhos de maiores conflitos eram a questão da terra e indígena. Se a questão da terra gerava conflito, imagina a questão indígena. Aí não tivemos muito acesso, pela questão da cultura diferente, precisava de conhecimento, experiência. Muitos diziam que ele (D. Teodardo) era meio duro no relacionamento, assim, meio radical. D. Teodardo se posicionava e levava até as últimas conseqüências (Pe. EDSON, 16/01/2002).

Quanto à pastoral da saúde, esteve presente quase na totalidade das paróquias da diocese, com a formação e treinamento de agentes de saúde, visando ao acompanhamento familiar, visitas aos doentes como também em creches, asilos e hospitais. A pastoral da saúde foi estruturando-se ao longo de toda a década de 80, ganhando espaço considerável nas comunidades carentes, através do atendimento de voluntários na prevenção de doenças.

Para efetivar os trabalhos pastorais na diocese, D. Teodardo incentiva a formação de CEBs, nas quais existia uma equipe de animação constituída por pessoas de cada grupo. Assim, há encontros setoriais, regionais e inter-regionais, nas quais a pessoa inserida na comunidade participa para fora, preparando-se efetivamente para ser uma liderança na comunidade. Na década de 80, a Diocese de Dourados possuía como prioridade as CEBs. As assembléias diocesanas, especialmente de 1981 e 1982, destacaram-se tendo como prioridade única as Comunidades Eclesiais de Base (ELO, dez./1982). Como justificativas, impunha-se de que as CEBs sejam o lugar por excelência de transformação da sociedade, pois são as primeiras experiências que a pessoa possui de partilha e onde fundamentalmente acontece o processo de evangelização.

A Igreja diocesana faz-se representar como defensora dos injustiçados e oprimidos. Como realça D. Teodardo num texto para abertura da Campanha da Fraternidade de 1986:

A Igreja se coloca decididamente ao lado dos injustiçados, ao lado dos oprimidos, ao lado dos fracos: opção preferencial pelos pobres. A “Pastoral da Terra”, o “CIMI”, a “Pastoral Social” e outras tantas organizações se põem em campo para apoiar as lutas dos sem-terra, dos índios, dos brasiguaios, dos posseiros e dos meeiros. Juntemo-nos a estes lutadores: cada um faça o que puder pelos irmãos vítimas da situação,

começando pela própria conversão que nos faz abrir a mão, que nos faz apagar a hipoteca social, que nos faz compartilhar aquilo que temos com os que nada têm: então, e só então, esta terra, 'Terra de Deus' será também 'Terra de Irmãos' (ELO, jan/fev./1986, p. 02).

Diante das críticas, D. Teodardo conclamava todos os fiéis a ter uma postura crítica referente às condutas do católico diocesano contra as injustiças sociais.

Diante desta opção por parte da grande maioria do clero diocesano, ocorreu uma forte resistência e não-aceitabilidade por muitos de fiéis da Igreja. As classes médias das cidades e fazendeiros da região sentem-se traídos diante das atitudes de padres, que possuem uma leitura “politizada” da Bíblia, partidários da Teologia da Libertação. O documento de Puebla deixa claro que a opção pelos pobres poderia levar a Igreja para o centro do conflito inerente à sociedade de classes (cf. Puebla nn. 90, 102). É uma Igreja que suporta a perseguição, calúnias e até mesmo a morte por causa do evangelho.

Segundo Padre Adriano, devemos avaliar a real situação da Igreja naquele período, mas relacionada com o todo, ou seja, o pensamento que norteava as discussões era muito mais aguçado por um apetite de “transformação” coletivo, isto por vários motivos, pelas Conferências Episcopais, pela linha de pensamento assumida pela CNBB e pelo grupo de bispos que possuíam vez e voz dentro desta instituição, pela real configuração existencial na qual a Igreja encontrava-se inserida, num regime militar e num inchaço dos centros urbanos por camponeses desprovidos de terra e, conseqüentemente, o crescimento da miserabilidade na sociedade. Assim destaca Padre Adriano: “Foi impressionante como D. Teodardo assumiu a luta, especialmente a luta da terra. Na ocupação da Santa Idalina, foi incrível, estava do início ao fim a favor deste povo e o povo tratava Dom Teodardo como um pai e um grande amigo, na conquista desta terra para poder sobreviver.”³¹

Esta representação, a que se refere o Pe. Adriano, do povo para com D. Teodardo, comprova-se na aceitação deste líder religioso nos grupos envolvidos com as causas sociais, como ficou destacado pelo nascimento de um menino no acampamento, quando os pais, em homenagem ao bispo D. Teodardo Leitz, batizaram o filho com o nome Teodardo (*O Progresso*, 28/06/1984, p. 03).

Assim, destaca D. Teodardo com relação às Pastorais Sociais:

³¹ Padre ADRIANO, liberado pelo regional. Trabalha na assessoria e, na coordenação das Pastorais Populares. Na década de 1980, Pe. Adriano trabalhava na paróquia de Caarapo e colaborava nas CEBs e CPT. Entrevista concedida em 08/04/2002.

Falando em “Pastoral Social” logo se pensa em obras sociais, assistenciais e promocionais em favor dos pobres. No entanto, a pastoral social é mais abrangente, não visa somente os carentes de bens materiais, nem se dedica só à promoção humana, mas tem por finalidade a “evangelização dos pobres”, pois caso contrário seria um trabalho filantrópico e não trabalho pastoral. A pastoral social se dedica, portanto, ao homem todo, tanto sob o aspecto material, como sob o aspecto espiritual e religioso. “Evangelizar os pobres” quer dizer levar o evangelho aos pobres – e pobre espiritualmente pode ser, e muitas vezes é, também o rico – para torná-los mais gente e mais cristãos. O grande modelo é Jesus Cristo que ensinou a rezar, mas também socorreu aos pobres, aos famintos, aos doentes, aos oprimidos, aos marginalizados. A nossa pastoral seria incompleta se olhasse somente o lado espiritual na pessoa humana, como seria falha também se se preocupasse, quase que exclusivamente, com a situação material do homem, relegando o espiritual a um lugar secundário. As duas coisas devem acontecer, também na pastoral social, pois só assim ela é autêntica e conforme a doutrina da Igreja (ELO, março/abril/1986, n.º 74).

Adaptando-se à realidade da diocese, D. Teodardo busca formar equipes de trabalhos com afinidades em alguns setores específicos na pastoral. Em visita à Alemanha, em 1987, D. Teodardo escreve numa carta para o povo diocesano de Dourados o que havia comentado para os benfeitores na Alemanha: “Funcionam, na Diocese de Dourados, numerosos movimentos tanto no setor espiritual como no social, destacando-se no primeiro – grupos bíblicos e as CEBs; segundo, a promoção humana e o engajamento da Igreja na luta pela Reforma Agrária. Nesta luta tivemos já algum sucesso: dentro da diocese existem atualmente três assentamentos dos “Sem-Terra”, sendo assistidos e assessorados pela equipe da Pastoral da Terra.”³²

Os três assentamentos que D. Teodardo destaca na carta, são: o projeto de assentamento de Novo Horizonte com 757 famílias, através da Resolução nº065 de 10/04/86 no município de Novo Horizonte do Sul; o assentamento Nova Esperança com 113 famílias, através da Portaria n.º 569 de 28/06/1986, no município de Jateí; e o assentamento Casa Verde com 471 famílias, através da Portaria n.º 393 de 22/12/1987, no município de Nova Andradina (INCRA, 2000, mimeo.).

Percebemos, através desta carta e de outros documentos, as prioridades para os trabalhos pastorais na Diocese. Especialmente uma carta expedida pela Santa Sé, referente ao recebimento do Relatório Quinquenal de 1980-1984 na qual se destaca:

³² D. Teodardo em visita à Alemanha, escreveu uma carta ao povo diocesano de Dourados, nela manifestando seu apreço pelo diocese e os contatos com diversas pessoas na Alemanha. D. Teodardo, Friburgo – Alemanha, 06/08/1987. ELO, agos/87. N.º 87.

Tenho a grata satisfação de comunicar-lhe o recebimento do Relatório Quinquenal de sua Diocese. Após cuidadosa leitura, pude verificar o processo espiritual desenvolvido neste lustre, como também a atenção do Pastor para os novos desafios e esperanças do futuro.

As prioridades apresentadas no Plano Pastoral se referem ao problema social, dada a situação de ‘injustiça social gritante’ e de um sistema de ‘semi-escravidão’ que ocorrem em seu território. Tenho acompanhado atentamente tudo o que diz respeito aos problemas relacionados à posse e ao uso da terra, e às situações humanas – muitas vezes dramáticas – que se criaram em torno da mesma. A Igreja não pode se omitir nesse momento histórico. Ela tem a obrigação de pregar a doutrina social, e, ao mesmo tempo, colaborar para uma justa promoção de todos, para que as necessárias reformas se concretizem num clima de paz, atuando dentro dos parâmetros da caridade e da justiça.

Foi um gesto de verdadeira solidariedade cristã o apoio dado pela Diocese aos 3000 camponeses sem terra, proporcionando-lhes abrigo e sustento durante 8 meses, até conseguir-lhes, após intensa atividade, terra para o cultivo e casas para 475 famílias, e é altamente louvável o fato do Pastor imprimir em sua Diocese a orientação para as devidas mudanças, não por violência, mas sim por um paciente trabalho de ‘conscientização dos oprimidos e dos opressores’ (SANTA SÉ, 17/12/1986, prot. n.º 524/85).

Alguns jargões inclusos no texto da Santa Sé dizem representar uma realidade na qual está inserida a Diocese de Dourados, destacando-se as condições dos trabalhadores arrendatários, sobretudo o termo “semi-escravidão” presente no texto. Assim destaca um relatório feito pela CPT: “As condições de alimentação e moradia são sub-humanas, o atendimento escolar é precário. Saúde, não existe. A grande maioria dos adultos é analfabeta, e seus filhos vão crescer nas mesmas condições. Conforme a distância da fazenda até o povoado, o armazém é na sede da fazenda, aí tudo pode ficar bem pior, pois os preços sobem continuamente” (CPT, 1987, mimeo.). Esta realidade detectada pela pastoral da terra foi diagnosticada nos municípios de Naviraí, Itaquiraí, Eldorado, Iguatemi, Jateí, Bataiporã. Isto não significa que esta realidade se restringe somente a estes municípios, mas que há em outras regiões, com outras terminologias, como peão, bóia-fria e até mesmo o pequeno proprietário, ações discriminatórias e violentas contra a dignidade humana.

O termo “injustiça social” é pertinente neste momento histórico em que líderes populares foram e continuam sendo assassinados por defenderem uma causa social. É o caso da morte do advogado dos Trabalhadores Rurais de Naviraí, Mato Grosso do Sul, Sr. Joaquim das Neves Norte, assassinado em 12 de junho de 1981.

Diante deste episódio, Dom Teodardo apresenta-se à sociedade imbuído de ideais de uma Igreja que busca transformações sociais, publicando duas cartas pastorais, denunciando e exigindo justiça para tal:

Católico convicto, Joaquim das Neves Norte defendia os pobres e desamparados, e ultimamente de modo particular e junto com a Comissão da Pastoral da Terra, os arrendatários das fazendas Jequitibá, Entre Rios e Água Doce, ameaçados de despejo pelos proprietários. Por causa deste trabalho recebeu diversas ameaças anônimas, como também foi alvo de tentativas de suborno, rejeitado por ele. Presume-se, e tudo indica, que a vítima fora executada por pistoleiros profissionais, a mando dos interessados em silenciar a voz que defendia os direitos dos injustiçados (Comunicado, 13/06/1981, mimeo.).

O bispo da Diocese de Dourados, Dom Teodardo Leitz, foi pessoalmente ao local do crime, no dia 12 de junho mesmo, para se informar mais detalhadamente e entrar em contato com as autoridades competentes, solicitando e exigindo o máximo empenho para o caso se elucidado o mais depressa possível. (...) Dom Teodardo deixou bem claro que o bárbaro crime perpetrado contra Joaquim das Neves Norte, embora silenciasse a voz de um corajoso defensor dos pobres, não conseguiu e nem conseguirá jamais calar a voz da Igreja que se eleva sempre mais alto para anunciar os abusos, as opressões, as injustiças e os crimes de que são vítimas tantos irmãos nossos – como tem sido o próprio Cristo, seu representante na terra o Santo Padre João Paulo II, o arcebispo de El Salvador Dom Romero, tantos outros e agora o sempre pranteado Dr. Joaquim (Carta pastoral, 1981, mimeo.).

A mudança conjuntural na Igreja acontece gradativamente em âmbito geral. As posturas assumidas pós-concílio, propiciando o enraizamento das CEBs e conseqüentemente a organização de diversas pastorais sociais engajadas num projeto libertador, efetivando-se no protagonismo dos leigos na construção de projetos sociais, os quais visavam à formação integral do ser humano, valorizando o coletivo, são bombardeadas por uma reação conservadora da Igreja, pouco valorizando as questões sociais e rejeitando a participação política nos moldes propostos pela Teologia da Libertação (PRANDI & SOUZA, 1996, p. 88).

Portanto, a Igreja possui um discurso que se enquadra num modelo de autocompreensão visível no período histórico em que se encontra. D. Teodardo, enquanto representação do poder eclesiástico, manteve seu discurso enquadrado dentro dos moldes da Teologia da Libertação, na valorização do “outro” enquanto sujeito histórico, capaz de projetar seu mundo pelas possibilidades que este ser possui de articular, projetar e construir. Proporcionou, assim, que o ser individual, em sua subjetividade, com seus

desejos e angústias, busque na construção social, nas ações coletivas o sentido de sua vida, através da participação em pastorais e movimentos sociais.

2. A REESTRUTURAÇÃO DAS DIRETRIZES PASTORAIS

Nos períodos de transição é que precisamente se produzem as rupturas (HOUTART, 1994, p. 102).

A reestruturação das diretrizes pastorais na diocese de Dourados dá-se paralelamente entre os episcopados de D. Teodoro Leitz e seu sucessor D. Alberto Först. Este momento histórico na Diocese é marcado pela sedimentação e estruturação de novas diretrizes pastorais, que nortearão o trabalho da Igreja diocesana para os próximos anos, ficando, em todos os âmbitos, comunidade, paróquia e diocese, atrelada a esta conjuntura, podendo modelar-se conforme a realidade local, mas não fugindo das diretrizes institucionais aprovadas pela comunidade religiosa.

A Igreja no Brasil, na década de oitenta, passara por um processo de redefinições nos quadros episcopais, como também nas diretrizes pastorais. Tudo indica que, diante dos questionamentos ao modelo de teologia e discurso pastoral advindos da opção que a Igreja Latino-Americana fez pelos pobres, ocorreu um remodelamento às novas tendências pastorais, ou seja, o discurso pastoral mudou o seu vetor do social para o sacramental. Dioceses, paróquias e comunidades católicas são desafiadas a reordenar suas condutas pastorais. Nesse *continuum* institucional da Santa Sé à comunidade de base encontram-se as pastorais sociais, em especial a CPT e o CIMI. Faz-se necessário questionar, como ficaram essas pastorais frente à reestruturação das diretrizes e qual é o papel representativo dessas pastorais na Igreja e na sociedade

Ligada a esta conjuntura eclesial, na qual vigorava uma autocompreensão de Igreja inserida nas ações sociais, encontra-se a encíclica, de João Paulo II, *Sollicitudo rei socialis*, 1987. Nesta encíclica, o pontífice trabalha a necessidade da Igreja proporcionar a execução da Doutrina Social, não como uma terceira via, mas como uma reflexão e um posicionamento da instituição frente ao mercado mundial e aos problemas dele decorrentes, como o aumento da exclusão social, falta de habitação, terra, desemprego e subemprego e, especialmente um problema que assolava as nações subdesenvolvidas, as dívidas externas.

A missão da Igreja, como bem destaca a *Redemptoris Missio* de João Paulo II, em 1990, é proporcionar que a doutrina católica seja levada a todos. Destaca o pontífice que se está afirmando uma nova consciência, que compara a uma “nova primavera”, isto é, a de que a missão compete a todos os cristãos, a todas as dioceses e paróquias, instituições e associações eclesiais (*Redemptoris Missio* 02). Segundo a encíclica não há fronteiras que delimitam o trabalho missionário, mas há vários âmbitos na qual ela se concretiza. Primeiro, no aspecto territorial, o trabalho permanece determinado pelas responsabilidades, competências e limites geográficos, isso com a justificativa de que o trabalho missionário se exerça em territórios e grupos humanos bem delimitados.

Num segundo âmbito, João Paulo II destaca os novos desafios para o trabalho evangelizador, nos quais destaca os novos paradigmas, desafios para uma Igreja diante da urbanização e no maciço aumento das cidades. Começa a ser uma constante a preocupação da presença da Igreja nas cidades. Aqui o pontífice destaca: “Já não bastam os meios tradicionais da pastoral: são necessárias associações e instituições, grupos e centros específicos, iniciativas culturais e sociais para os jovens. Eis um âmbito onde os modernos movimentos eclesiais têm largo campo de ação” (*Redemptoris Missio* 37).

Este novo desafio para os membros da instituição, ou seja, a Igreja na cidade, remete ao que Bourdieu chama de crise da liturgia, a perda do referencial simbólico tradicional redimensiona o leigo outras crenças e representações religiosas, proporcionando um aumento do mercado religioso competitivo: “O que está em jogo na crise da liturgia é todo o sistema das condições a serem preenchidas para que funcione a instituição, que autoriza e controla a utilização dessas condições e que também assegura a uniformidade da liturgia através do tempo e do espaço, garantindo a conformidade daqueles cujo mandato consiste em lograr tal conformidade” (BOURDIEU, 1998, p. 93).

Diante desse quadro, esboça-se a preocupação de D. Teodoro, ao propor a reestruturação das diretrizes pastorais. Ou seja, os novos paradigmas propulsores de mudanças da Igreja na cidade faz com que os membros responsáveis da instituição busquem novos meios, maneiras e estratégias de ação, para assegurar a continuidade e validade da instituição.

O terceiro âmbito destacado na encíclica *Redemptoris Missio* centraliza-se na utilização dos modernos meios de comunicação, como forma de recristianização social. A Igreja Católica fez-se representar na sociedade articuladora e formadora de opiniões, tendo presença efetiva com o Estado, como por exemplo, na manutenção de escolas e universidades, emissoras de rádios e TV. Na atualidade, encontra-se em situação defensiva, diante da disputa pelo mercado de bens simbólicos, deseja provar a todo custo que teve e continua a ter a verdadeira mensagem de “salvação” para a humanidade.

Assim, diante das mudanças dos paradigmas na sociedade, como na própria instituição, e na procura de respostas para as novas situações com que a Igreja se depara, ocorre uma necessidade de reestruturação de suas diretrizes pastorais diante dos novos ideais difundidos pela Santa Sé. João Batista Libânio destaca:

Reforçar-se-ão seus três centros principais: a cúria romana, a diocese e a paróquia. Insistir-se-á na visibilidade institucional, desde as vestes clericais até uma presença expressiva na mídia. Atribuir-se-á maior relevância ao Direito Canônico, à lei, às normas, às regras, aos ritos, às rubricas. Continuará a tradição romana do segundo milênio da Igreja, excluindo o pequeno lapso de tempo em torno do Concílio Vaticano II (1999, p. 15).

O comprometimento da hierarquia eclesiástica com as causas sociais parece ser um jogo de interesses. Vislumbra-se na Igreja, e em especial a do Brasil, um certo dualismo no colegiado dos bispos. Há os que promovem o espaço ao leigo, favorecendo o protagonismo e articulando uma Igreja de base: este é um grupo cada vez menor, devido às aposentadorias, pois ao completar 75 anos de idade é nomeado pelo Vaticano um novo bispo para a diocese, e pela tendência conservadora da Santa Sé. Por outro lado, há um crescimento de bispos com posturas conservadoras. Segundo Floristán: “desde a chegada do cardeal J. Ratzinger ao Santo Ofício em 1981, houve uma mudança no perfil episcopal, no sentido de que não interessam os bispos abertos ao mundo e sim os obedientes à ortodoxia romana e ao sistema eclesiástico vigente” (FLORISTÁN, 2000, p. 258).

No final da década de oitenta, na diocese de Dourados, inicia-se a preparação para o processo de aposentadoria de D. Teodardo Leitz que completaria 75 anos de vida em 08 de maio de 1990. Neste panorama eclesial, foi nomeado para sagração episcopal Frei Alberto Först, da ordem Carmelita. Natural da Alemanha, foi transferido para o Brasil em 1954. No início de 1985, ele foi transferido para a diocese de Dourados, na qual ocupou o cargo de Vigário Geral. No dia 7 de setembro de 1988, foi consagrado Bispo Coadjutor,³³ acompanhando os trabalhos episcopais e preparando-se para ocupar definitivamente o cargo de Bispo Diocesano de Dourados.

Um dos fatos marcantes no processo de transição episcopal está efetivamente enraizado no Sínodo Diocesano³⁴. Este foi um dos acontecimentos que representou uma significativa mudança na administração diocesana. Enquadrando-se na conjuntura nacional e internacional, a Igreja diocesana acolhe as diretrizes institucionais, absorvendo os parâmetros conciliares e rearticulando-os em âmbito diocesano. Como podemos observar na “Oração do sínodo diocesano”: “Pai, querido e bom, inspirastes nossa Igreja Diocesana a celebrar, na Esperança, o nosso primeiro Sínodo. Assim, vamos testemunhar nossa Fé em Jesus Cristo e tentar atualizar a nossa pastoral à luz das diretrizes da ação pastoral da Igreja no Brasil” (ELO, n.º 89, out/87).

Na delimitação e planejamento pastoral, D. Teodardo revigora o processo em andamento, estabelecendo as bases para a implantação da proposta sinodal que foi o marco referencial da Igreja diocesana. O bispo D. Teodardo, trazendo presente toda a conjuntura da Igreja, lança, enquanto desafios, novas rearticulações nos trabalhos pastorais. Promove com a participação de comunidades de base, como também com o clero e religiosos (as), os temas para implementação dessa reestruturação. Os temas de estudos foram sintetizados em três grandes grupos: Evangelização e Catequese; Liturgia da Fé encarnada na vida

³³ O Direito Canônico determina no Cânon 403: “Quando as necessidades pastorais o aconselharem, sejam constituídos um ou vários Bispos auxiliares, a pedido do Bispo Diocesano”; o bispo Coadjutor tem direito à sucessão (ELO, jul/1988, p. 02).

³⁴ A palavra Sínodo tem sua origem na língua grega e quer dizer caminhar juntos, encontrar-se, fazer assembleia. Segundo o Boletim informativo da diocese: “A expressão ‘sínodo’ é usada na linguagem eclesial e significa nela o encontro de Bispos numa Assembleia que trata de assuntos de fé, de pastoral, de administração, de assuntos enfim que se referem à religião. (...) Na Igreja Católica, o Papa Paulo VI, instituiu o Sínodo dos Bispos, uma assembleia de Bispos especialmente convocados, de dois em dois anos normalmente, para tratar de assuntos eclesiais específicos. (...) Nas Dioceses, principalmente a partir do Concílio Vaticano II, também se pode fazer um Sínodo, reunindo este o Bispo com seus Sacerdotes, Religiosos e Leigos agentes da Pastoral e representantes dos diversos segmentos da Comunidade Católica” (ELO, out/87, n.º 89).

concreta; Inserção no Mundo: Compromisso de testemunhar a fé aprendida e celebrada, que compromete com a Comunidade Humana.

Os temas trabalhados correspondem a uma realidade que a Igreja institucional estava passando no findar do século XX. As maneiras de evangelização, os tipos de catequese priorizando a realidade do catecúmeno, a liturgia voltada para o sentimento do povo, uma Igreja que esteja inserida na realidade da comunidade, suscitando e despertando nas famílias a participação do leigo, este engajado na elaboração e execução de normas eclesiais, foram algumas dimensões priorizadas pelo Sínodo Diocesano.

As dimensões propostas para o Sínodo estão amarradas a um conjunto maior de normas, que corresponde ao próprio comportamento da sociedade. Portanto, ao se propor mudanças ou reestruturação das diretrizes, a Igreja, inserida na sociedade e articuladora com as dimensões desta, leva em consideração os meandros de poder de que a sociedade dispõe. Não obstante, o pensamento norteador que molda o sistema estrutural, aqui representado pelo Estado neoliberal, influencia até mesmo a própria Igreja, fazendo com que seus membros participantes, articulem as diretrizes direcionadas pelas idéias vindas desse sistema. Como destacou padre Adriano numa entrevista, referente à inércia que as pastorais sociais polêmicas, CPT e CIMI vêm sofrendo: “Um dos fatores que promoveu esta inércia é que a sociedade mudou seu comportamento, enquadrando-se basicamente na tendência neoliberal, então é uma reciprocidade que na Igreja também ocorra essa moralização” (Entrevista em 03/01/2003).

A fase de transição que estamos abordando, ou seja a reestruturação das diretrizes que fundamentaram o trabalho diocesano, representa uma nova posição, um novo olhar, novo direcionamento na condução pastoral. Questionado sobre as possíveis mudanças e permanências na diocese no processo de transição, D. Alberto, que na época era bispo Coadjutor, argumenta:

Não houve mudança porque eu entrei como vigário geral, e também já estive na coordenação preparando o Sínodo. Ao assumir a diocese eu dei continuidade. Aos poucos houve a nossa reflexão, atuação através da coordenação. O importante é que nós conseguimos implantar os Conselhos Pastorais em todas as paróquias e comunidades. Na diocese o Conselho pastoral reúne-se quatro vezes ao ano. Depois o Conselho presbiteral (só de padres) duas reuniões por ano – antes eram 4 reuniões. A nova renovação que aconteceu a partir do Sínodo foi a organização do CPP – conselho de pastoral paroquial. (Entrevista em 15/01/2002).

D. Alberto destaca o acompanhamento que fez desde os meados dos anos de 1984, como vigário da paróquia Bom Jesus em Dourados, como Vigário Geral da Diocese e como bispo Coadjutor. Seu papel representativo na elaboração e condução dos trabalhos pastorais, enquanto diretrizes institucionais, se fez presente, especialmente por ser ele o elemento de confiança do bispo D. Teodardo, suas experiências adquiridas por mais de 30 anos de trabalhos na diocese de Paranaíba – Paraná. D. Alberto teve os primeiros contatos com a diocese de Dourados em 1983, quando esteve na diocese para implementar um trabalho da ordem dos Carmelitas. Segundo D. Alberto,

Em 1984, eu cheguei aqui, na paróquia Bom Jesus, estava sem padre. Então eu iniciei o trabalho – porque quem estava designado era o Frei Joaquim, mas ele estava em Itapira, diocese de Umuarama PR. Quando Frei Joaquim chegou, eu voltei para minha função, porque eu era pároco em Paranaíba, e um ano depois fui transferido para Dourados ajudar o Frei Joaquim. Não demorou muito e D. Teodardo pediu: ‘olha você tem experiência, ajuda na coordenação pastoral’. Aí, então entrei junto na coordenação com Frei Patrício e Irmão Jaime. Depois veio Irmã Helena, já falecida hoje. E formamos uma equipe de coordenação da pastoral diocesana (Entrevista em 15/01/2002).

Para efetivar esta interatividade, a Diocese de Dourados buscou concretizar através das reflexões suscitadas por ocasião do Sínodo, que foi realizado nos anos de 1987 a 1989, uma determinante apaziguadora que refletisse o real envolvimento dos fiéis com a circularidade eclesial. D. Teodardo, impõe-se, através da realização do Sínodo, como um bispo que promove mudanças, mas direcionadas e controladas pela própria hierarquia. Nesse sentido ficam pendentes alguns questionamentos: o que de fato objetivava-se com o Sínodo? Propiciava-se a abertura efetiva de participação nas decisões para os leigos na Igreja, ou a estes caberia a execução das decisões clericais?

2.1. O SÍNODO DIOCESANO DE DOURADOS

O Sínodo diocesano reestruturou o papel do leigo, redimensionando os trabalhos pastorais. A Comissão Pastoral da Terra e o Conselho Indigenista Missionário perderam o

vetor de atuação diocesano, ficando o trabalho dos leigos direcionado para outros campos pastorais. Porém, por se tratar de um fato preponderante na transição episcopal, faz-se necessário elucidar os fatos ocorridos durante esse processo e os novos rumos dados às diretrizes pastorais.

Um dos marcos fundamentais da ação representativa de D. Teodardo, enquanto bispo da diocese, como o definiu, foi a organização e execução do Sínodo Diocesano. D. Teodardo, deparando-se com as mudanças na sociedade e na Igreja e, diante da proximidade de sua aposentadoria, conclama não só os clérigos, mas toda a comunidade católica para uma organização pastoral eficaz e adaptada à realidade diocesana. Diante deste empenho episcopal, há toda uma efervescência nas bases, buscando uma autocompreensão da nova conjuntura da Igreja, tanto na dimensão regional, quanto na nacional e internacional.

Frente às mudanças, nos mais variados meios da sociedade, no que se refere à questão da família, desemprego, urbanização, juventude, violência etc., e a disputa pelo mercado de bens simbólicos, a Igreja buscou readaptar-se numa reação, ou acabava perdendo espaço.

O Sínodo foi uma grande mobilização da Igreja diocesana, a que, de 1987 a 1989, as comunidades de toda a diocese, por meio de seus representantes, participaram das quatro sessões. Com relação ao surgimento do sínodo na diocese, destaca D. Alberto:

Estava prevista a assembléia diocesana. E um belo dia, não sei o que houve com D. Teodardo, se ele leu sobre sínodos! Ele veio de manhã e disse – ‘olha eu faço uma proposta: vamos realizar um sínodo na Diocese de Dourados. Em vez de assembléias, sínodos.’ Nós ficamos meio surpresos, porque ninguém sabia como fazer, como iniciar tudo isso. O desafio foi lançado, e assim, nós assumimos para preparar o sínodo diocesano. Formamos uma equipe um pouco mais ampliada e preparamos o sínodo. Iniciamos o sínodo, novamente enviamos as propostas para as paróquias e, depois de tudo isso, foi feita a primeira sessão. Quando terminou a primeira sessão, tudo imaturo ainda e não se sabia, exatamente, para onde ir. Então falamos, precisamos mais tempo para preparação. Aí tivemos um ano de preparação, que enviamos as questões para as paróquias e vieram as respostas e assim nós levamos e, no fim do ano mais uma sessão. E ainda não estava bem maduro e precisava prorrogar. Bem, foram quase 3 anos, quando conseguimos concluir o sínodo. E o sínodo marcou, realmente, as deficiências, onde a gente teve de investir mais para formar a Igreja de Dourados (Entrevista em 15/01/2002).

Participaram do Sínodo o Bispo e seu Coadjutor, sacerdotes, religiosos e leigos, agentes de pastoral e representantes dos diversos segmentos da Comunidade Católica desde que eleitos nas Paróquias e Foranias. Os leigos para concorrer deveriam preencher certos pré-requisitos: ter participado da preparação para o evento; ter certa experiência e visão pastoral; ser representante das bases e ter disponibilidade para participação integral. A presença laica contava com 15 participantes para cada uma das seis Foranias da Diocese. A D. Teodardo competia indicar e nomear a comissão coordenadora, bem como comissões de trabalho e autorizar publicações de assuntos concernentes ao Sínodo.

Os representantes escolhidos e nomeados pelo bispo D. Teodardo para a organização do Sínodo foram: D. Alberto, já identificado anteriormente; Irmão Jaime, Marista, natural do Rio Grande do Sul, trabalhou especificamente com atendimentos psicológicos, questão das drogas e menores de rua; Frei Patrício Salmon, nascido em Frankfurt/Alemanha, 1920, ordenado sacerdote em 1951, um ano após é transferido para o Brasil, onde trabalhou nas Missões de Mato Grosso. Em 1967 é nomeado pároco da Paróquia Imaculada Conceição, deixa a Paróquia dois anos após, e volta em 1980 a convite de D. Teodardo para assumir a coordenação da pastoral na Diocese de Dourados. Enfim, D. Teodardo delega para algumas pessoas de sua confiança, mas sob sua responsabilidade, a organização e condução do regulamento do Sínodo. Sua presença faz-se sentir, conforme os relatórios, no próprio andamento do evento, controlando as etapas, os temas e o direcionamento das discussões.

Dom Teodardo, enquanto presidente do Sínodo, escreveu:

Teremos o nosso primeiro Sínodo Diocesano que, justamente por ser Sínodo, foi melhor preparado durante mais tempo. Terá uma maior e melhor representatividade, principalmente por parte dos leigos, e será de maior alcance para a atuação pastoral e para a caminhada da nossa Diocese nos próximos anos. As orientações que nascerem deste Sínodo terão mais peso e serão uma base mais sólida para o nosso trabalho e para a construção do Reino de Deus na nossa Diocese (ELO, out/87, n.º 84).

Para D. Teodardo era necessário que se estabelecessem parâmetros para o bom desempenho das atividades pastorais. Através de uma ação conjunta entre hierarquia e leigos, ocorreu o que chamamos de supra-sumo da Igreja, ou seja, o entendimento entre as partes constitutivas da instituição na “horizontalização” das diretrizes diocesanas. Alguns apontamentos elucidam-se na pretensão de diagnosticar o alcance e a praticidade das

discussões no Sínodo: quem articulou os questionamentos e para quem foram deferidos? Qual a representatividade social das temáticas abordadas? Qual é o teor teórico metodológico empregado nas temáticas?

Durante os quase três anos de discussões do Sínodo, ocorreram quatro etapas específicas de trabalho, sendo que a Comissão Pastoral da Terra e o Conselho Indigenista Missionário foram discutidos e delimitados a partir da discussão do papel do leigo na Igreja. Assim, analisaremos cada uma das quatro etapas, observando a temática e as propostas de trabalho enquanto diretrizes a serem postas em prática na Diocese.

Figura 8. Votação das propostas do Sínodo.



Fonte: Cúria diocesana de Dourados.

A primeira etapa do Sínodo procurou atender às seis Dimensões Pastorais³⁵ da CNBB, e ocorreu entre os dias 23 a 26 de outubro de 1987. Nessa etapa foram trabalhados três temas desafiadores: a inserção da Igreja no mundo; a liturgia inserida na vida; a

³⁵ As seis dimensões são: “dimensão comunitária e participativa (linha 1), dimensão missionária (linha 2), dimensão catequética (linha 3), dimensão litúrgica (linha 4), dimensão ecumênica e do diálogo religioso (linha 5), dimensão profética e transformadora (linha 6)” (CNBB, *Diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil 1991-1994*, p. 43).

transmissão da Fé pela Evangelização e Catequese. Cabia aos sinodais à tarefa de aglutinar a matéria, fazer as observações, apresentar emendas e elaborar as diretrizes que doravante regeriam o trabalho pastoral na Diocese. O que vislumbramos é certa permeabilidade do ser leigo na diocese. Este até discute, analisa, propõe e vota emendas, mas direcionado por uma equipe de coordenação nomeada pelo bispo. Paradoxalmente percebemos que o trabalho dos sinodais era todo direcionado por uma equipe sob coordenação episcopal.

O debate entre o binômio clérigo/leigo vai estar permeando este capítulo. Os novos paradigmas³⁶ concernentes nesta bipolaridade visualizam a participação e a representatividade dos elementos na instituição. A questão do leigo na Igreja é uma constante e promove reflexões em torno da sua participação na instituição. O documento *Lumen Gentium* do Concílio Vaticano II salienta a participação dos leigos na vida eclesial. Destaca o documento que a Igreja é um conjunto de batizados e que a graça, o carisma, a unidade e a comunidade vêm antes da autoridade, do poder, da diferenciação interna e das especificidades.

Insiste-se na participação do leigo, porém ela está voltada para a execução das tarefas e raramente para a tomada de decisões. Sabemos que a “participação dos fiéis” é, em grande parte dirigida pelos rituais, folhetos, cursos etc., que determinam de antemão palavras e gestos que os leigos devem cumprir (ANTONIAZZI, 2000, p. 203).

Procurando atender a essas alocações visivelmente entrelaçadas no *corpus* doutrinário, os sinodais, na primeira sessão, foram divididos em três comissões responsabilizadas em levantar propostas referentes aos temas propostos.

O primeiro tema proposto foi *A inserção da Igreja no Mundo*, no qual foram trabalhadas pela comissão quatro propostas diferenciadas: a atualização da pastoral diocesana; a reestruturação do papel do leigo; a família; e a atuação das pastorais sociais.

A primeira proposta destacou que toda a atividade pastoral seja organizada de tal modo que esteja baseada no objetivo geral, “Atualizar a caminhada pastoral de nossa diocese conforme as diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil, e que atenda as seis linhas ou dimensões pastorais” (CNBB, 1987, doc. 38).

³⁶ João Batista Libânio trabalha as mudanças de paradigmas: “Paradigma é uma constelação de idéias, valores, visões, de distinta natureza, em que se encontram respostas aos problemas levantados no seu campo. Cria um conjunto de sensibilidade, de atitudes que orientam o ser humano nas suas experiências e permitem entender as questões que o assaltam” (LIBANIO, *Bispos para Esperança do mundo*, p. 240).

O atual quadro das dimensões nas Diretrizes Gerais da Ação Pastoral começou a ser definido na 7ª Assembléia Geral Extraordinária da CNBB, realizada em Roma, 1965. O resultado dessa 7ª Assembléia foi o *Plano de Pastoral de Conjunto*, nela se apresentava o Objetivo Geral desdobrado em seis objetivos específicos, a saber: a unidade visível da Igreja, a ação missionária, a catequese, a liturgia, o ecumenismo e a presença da Igreja no mundo (CNBB, 1991-1994. n.º 45, p.41).

O bispo, ao redefinir as diretrizes da Igreja, especifica estas dimensões para a prática pastoral, suscitando e organizando leigos engajados em movimentos e pastorais que, visivelmente articulados com o discurso eclesial, atendam às necessidades sociais. Ou seja, o objetivo é manter a doutrina, a fé católica e algumas ações práticas, intermediadas por algumas pastorais sociais, como bem afirmou D. Alberto, muitas vezes com a função de bombeiros, que só servem para apagar o fogo (Relatório quinquenal, 1990-1994, p. 08).

A eloquência de D. Alberto em afirmar que as pastorais sociais “só servem para apagar o fogo” representa um olhar direcionado por uma voz crítica, segundo a qual o envolvimento dos membros, especialmente os leigos, na missão da Igreja verifica-se antes na execução das tarefas do que propriamente na participação nas decisões. Isto acontece claramente fora dos domínios da Igreja, quando membros de pastorais são chamados para ajudar ou resolver certas situações proporcionadas por iniciativas particulares de grupos ou movimentos, como, por exemplo, nas ocupações de terras. Transparece com mais nitidez o termo “bombeiros” na pastoral, os quais executam uma ação pré-direcionada pela hierarquia, não necessariamente ocorrendo a participação autêntica do leigo nas decisões eclesiais.

Notamos claramente que a questão do leigo está inserida na condução de todos os trabalhos. Mais especificamente a segunda proposta trabalha a organização do *leigo*³⁷ na diocese. Com muita ênfase o leigo é respaldado na condição de sujeito da pastoral. É uma preocupação do bispo o papel representativo do leigo na instituição e na comunidade. O leigo, por não fazer parte da hierarquia, é visto como o sujeito que possui possibilidades de engajar-se em partidos, movimentos, associações e agir em conformidade com os

³⁷ O Concílio Vaticano II representou um grande avanço no que se refere aos leigos. A partir do documento, *Apostolicam Actuositatem* (sobre o Apostolado Leigo) a Igreja entende por Leigos: “todos os cristãos, exceto os membros de ordem sacra e do estado religioso aprovado na Igreja. Estes fiéis, pelo batismo, foram incorporados a Cristo, constituídos no povo de Deus e a seu modo feitos partícipes do múnus sacerdotal, profético e régio de Cristo, pelo que exercem sua parte na missão de todo o povo cristão na Igreja e no mundo” (LUMEN GENTIUM 31. Citado por KEHL, M. *A Igreja uma Ecclesologia Católica*, p.112-113).

princípios da religião católica e promover a mudança na sociedade. Seu campo de ação é o mundo, destaca o documento de Puebla (789). Merece ênfase especial na política (791), especialmente na nossa realidade marcada pelas injustiças. Destaca ainda o documento de Puebla: “Devem ser ‘agentes da justiça’ e não só denunciadores da injustiça.”(703) Em outras palavras, ser agente transformador é ser sujeito participativo.

A expressão participação provoca um embate de idéias referente à representatividade na instituição. Os participantes do Sínodo lembram que é preciso ampliar os espaços de participação dos leigos, porém percebe-se que a participação é controlada pela hierarquia. Assim, frente à estrutura hierárquica institucional, o leigo é determinado a exercer as ações previamente aprovadas pelos clérigos. O bispo sabe que a participação do leigo nas organizações da Igreja pode reforçar a estrutura no sentido de lhe dar mais base na atuação do mundo. Mas teme que essa participação escape do controle da hierarquia, aliás essa é uma preocupação, ao que parece, do colegiado dos bispos. Para evitar este risco, preferem encontrar soluções provisórias, por exemplo: juventude, sindicatos, entre outros, constituindo movimentos de caráter não-religioso, nos quais é permitida a participação ativa dos leigos sem afetar sua participação passiva na estrutura interna da Igreja.

A comissão propõe que o leigo tenha o direito de desenvolver seus carismas através do trabalho ministerial. Carisma como graça de Deus, que obriga o ministro (a pessoa que fez a opção para o trabalho) a uma atitude de humildade, porque recebe de graça e como graça. Assim, o carisma como graça indica um movimento para fora de si em direção à comunidade, e é esta que faz brotar os ministérios (trabalhos) de que necessita e em função de suas necessidades. Dessa forma, não é o poder hierárquico, o ordenado, que constitui a comunidade, mas o contrário (LIBANIO, 2000, p. 246-247).

Por fim, no Sínodo Diocesano, há reivindicação da presença dos leigos nas decisões pastorais, não somente como executores de ações pré-estabelecidas, mas enquanto sujeitos da pastoral, construtores e responsáveis pelo processo na instituição. Contudo a proposta principal da comissão no Sínodo foi a criação do Conselho do Leigos na Diocese, o qual foi efetivamente realizado com a presença de representantes de toda a diocese.

O Conselho Diocesano de Leigos (CDL), na diocese de Dourados, é um órgão representativo de animação e articulação dos fiéis leigos. O critério básico é aceitar as diretrizes diocesanas e é formado por: dois representantes de cada forania, um representante de cada pastoral específica, um representante de cada movimento que atua na

Diocese e representante da Coordenação Diocesana. O CDL possui como objetivos: contribuir para a espiritualidade e atuação dos leigos como agentes de pastoral; representar o laicato organizado e não organizado da Diocese; manter contato e intercâmbio com Conselhos de leigos em nível regional e nacional; participar em reflexões com os demais organismos da Diocese quanto aos campos de ação dos leigos; estimular atividades, como encontros para formação; manter intercâmbio entre os movimentos, associações e agregações na diocese para maior unidade; prestar assessoria na formação integral dos leigos; apoiar e subsidiar os cristãos leigos para desenvolverem uma profunda vivência evangélica e consciência crítica e social; oferecer subsídios, sempre mantendo e garantindo seu engajamento na comunidade eclesial (DP. 225).

O CDL foi considerado pelos leigos engajados um avanço na organização laical. Mas o grande desafio era como mudar a visibilidade do órgão, tornando-o mais vigoroso, co-responsável, para que a Igreja espelhasse melhor a face do leigo comprometido com a causa, tanto na esfera religiosa como nas demais dimensões. Talvez os problemas não sejam tão simples, ainda mais quando nos deparamos com uma Igreja que usa de um poder hierárquico institucional: através de estratégias – questionários, temas propostos e escolha de lideranças – consegue direcionar e controlar a participação dos fiéis na instituição.

O controle exercido pela cúpula da Igreja faz-se sentir *ad intra* na instituição, ou seja, no campo estritamente religioso, no que compete à estrutura da Igreja às decisões são tomadas a sete chaves, o controle faz-se rígido, intocável e se apresenta de uma forma homogênea. Mas cabe ao leigo com liberdade e total responsabilidade agir no mundo, especialmente no campo político. Diante da diversidade que compõe o meio social, o leigo representa a Igreja. O Concílio Vaticano II, através da *Lumen Gentium* destaca que: “Aos fiéis pertence por própria vocação procurar o reino de Deus, tratando e ordenando, segundo Deus, os assuntos temporais. Vivem no mundo, isto é, em todas e cada uma das atividades e profissões, assim como nas condições correntes da vida familiar e social com as que a sua existência forma um único tecido” (Nº 31).

Aos leigos, portanto, corresponde de forma específica a tarefa de ordenar as realidades no mundo profano à luz dos princípios doutrinários enunciados pela cúpula eclesial. Na busca desta homogeneidade, e lutando contra idéias díspares na Igreja, os leigos que participaram do Sínodo diocesano tornaram-se promotores e articuladores desta ação integradora entre movimentos e pastorais. Ao redigir uma carta, cujo destino eram todos os leigos na diocese, apresentam-se como protagonistas da emergente reestruturação

do leigo na Igreja: “Sentimos, porém, que não podemos continuar dispersos como estávamos até agora: Movimentos isolados, sem atualização e dinamização nas diretrizes gerais diocesanas para melhor animação e orientação desta Igreja Particular” (ELO, nov/87, nº 90). Delineia-se uma preocupação na Igreja, que faz parte não só de uma ação laical, mas essencialmente episcopal, de que os membros dos movimentos religiosos devam estar integrados na ação pastoral de conjunto. Busca-se uma homogeneidade na instituição, na aceção de unir, fortalecer e direcionar no mesmo âmbito o discurso da Igreja. Neste conjunto pastoral, procura-se organizar o perfil doutrinário da instituição. Assim, pede-se que o leigo participe de uma ação ou organismo diretamente ligado às diretrizes pastorais diocesanas. Frente a isso, os leigos, ainda na carta, destacam: “Aí surgiu o grande questionamento: o leigo deve ocupar cada vez mais seu espaço na Igreja. Espaço nas decisões e não só na execução” (ELO, nov/87, nº 90). Neste emaranhado de discussões está o início do que D. Alberto coloca como um dos grandes acontecimentos do seu episcopado, a organização dos Conselhos de Pastorais nas Paróquias e comunidades, ficando o leigo, enquanto protagonista das ações pastorais, responsável pela articulação e condução dos trabalhos pastorais, mas sob a condução e vigilância do pároco e do bispo diocesano.

Como terceira proposta, dentro do tema a *Inserção da Igreja no Mundo*, a Família também ganhou destaque nas discussões da primeira etapa do Sínodo Diocesano. Considerando a família como lugar privilegiado da evangelização e da catequese, na qual primordialmente os valores morais devem ser cultivados e vividos, os sinodais destacam essa instituição como campo de ação efetivo nas ações pastorais. E destacando a importância que a Igreja dá à família, especialmente a partir do sínodo dos Bispos de 1980, *Familiaris Consortio*, a qual:

representa um programa operativo completo e orgânico para todos os fiéis que, a qualquer título, estão interessados na promoção dos valores e das exigências da família: um programa cuja realização deve impor-se com tanta maior urgência e decisão quanto mais graves se fazem as ameaças à estabilidade e à fecundidade da família e quanto mais forte e sistemática se tornar a tentativa de marginalizar a família e de esvaziar seu peso social (JOÃO PAULO II, 1981).

Nesse contexto, é reconhecida com ênfase pela comissão a proposta para a organização da pastoral da família na diocese.

Dentre os problemas levantados pelos participantes no Sínodo para a efetivação dessa proposta, encontram-se as transformações bruscas e rápidas na sociedade produzidas pelo emergente mercado mundial. Conseqüentemente novas informações e valores são reproduzidos nas famílias através dos vários meios de comunicação, proporcionando uma nova visão e colocação da pessoa na sociedade. Favorecendo a perda do que a Igreja acredita ser a espinha dorsal na família, o diálogo, o encontro. A Igreja desafiada pelas novas abordagens institucionalizadas pelo sistema, procurou rearticular-se em suas bases, criando a pastoral familiar na diocese de Dourados.

Tradicionalmente a Igreja manteve o controle institucional da família, através dos sacramentos, controle de natalidade e o próprio comportamento dos membros na sociedade. Alguns desafios a Igreja diocesana encontrou na solidificação da Pastoral da Família. Quanto ao primeiro, é oferecer às famílias elementos de reflexão-ação diante dos desafios hodiernos vindos das situações sociais, dos meios de comunicação e crescente urbanização, como também, ajudar a família a encontrar solução para os problemas e pressões da sociedade moderna, que lhes trazem como conseqüência a desagregação religiosa e socioeconômica. Quanto ao segundo, é organizar-se internamente através dos movimentos e pastorais que trabalham em prol da família para que sejam coesos e falem a mesma língua (Diretório Pastoral, 1990, p. 36-37).

A família passa a ser um centro irradiador da homogeneidade da Igreja, pois esta a considera uma célula primordial para a moral e bons costumes na sociedade. A imagem construída nas pessoas, como tutora e guardiã, concede à Igreja o poder de representação das verdadeiras imagens, sendo que cabe a esta cobrar, fiscalizar e normatizar as condutas que regem a família. A escolha e a delegação dos membros que atuarão neste empreendimento é uma tarefa que, paradoxalmente, é vigiada e controlada pelos párocos e pelo bispo. Pois a eficácia do discurso performativo, o qual pretende a homogeneidade católica, é proporcional à autoridade daquele que o enuncia. Assim, o bispo representa o direcionamento dos discursos e práticas pastorais, com a nomeação de coordenadores e lideranças que nortearão todo o trabalho na base.

A quarta proposta efetivada pelo tema, *Inserção no mundo*, tenciona a manter como destaque as pastorais sociais: CPT, CIMI, Saúde. Aqui observamos uma ruptura entre os episcopados de D. Teodardo e D. Alberto, após ser nomeado como bispo da diocese de Dourados. A continuação ou não dos trabalhos pastorais engendrados na Diocese durante as décadas de 70 e 80 agora tornam-se maleáveis, devido às mudanças conjunturais não só

na sociedade como também na Igreja. A percepção do trabalho social, especialmente CPT e CIMI, vistas como pastorais polêmicas, ganha novas redefinições. Continuam tendo o apoio e atenção do bispo D. Alberto, mas o que constatamos é que este trabalho começa a ter um olhar diferenciado. As equipes de trabalho são, aos poucos, enxugadas, e descentralizadas para as paróquias. E estas vão delineando os trabalhos pastorais conforme as pretensões ideológicas apresentadas em cada setor.

Isto acontece, como observou padre Adriano, como consequência de um processo. Primeiro, a crise financeira, fato este comprovado pela marginalização social, recessão econômica, baixos salários, desempregos e conseqüentemente, a não-contribuição do dízimo, bem como a diminuição de ajudas internacionais da *Misereor e Adveniat*, isso tudo afetou diretamente os trabalhos sociais da CPT e CIMI, ocasionando um refluxo desses trabalhos para as Paróquias, que diretamente possuíam necessidades de um trabalho nesses âmbitos. Segundo, o crescente individualismo que produz uma decadência nos ideais de transformação social.

Enfim, nessa fase de transição episcopal, a autocompreensão da Igreja está voltada para a manutenção de seus dogmas e carismas, respaldada pelo processo da neo-romanização, que se explica pela centralização que se implanta na Igreja seguindo paradigmas que antecedem o Vaticano II, trazendo para o presente toda uma visão e valorização de conceitos *intra ecclesiam*. As pastorais polêmicas, entre elas a CPT e o CIMI, justamente por causarem controvérsias, tanto dentro, como fora da Igreja, são remodeladas em sua configuração e perdem espaço para outros movimentos e pastorais que trabalham mais o individual, ou seja, a pretensão é focalizar o homem enquanto indivíduo, que busca na instituição religiosa a “salvação”, e não mais o sujeito, que através da pastoral politizada buscava a organização do coletivo para a realização plena do ser humano.

A segunda e terceira comissões, da primeira etapa do Sínodo, trabalharam os temas *catequese e liturgia*, respectivamente. Por não fazer parte do projeto de estudo proposto, tais dimensões de pastorais sacramentais ficaram fora do objeto pesquisado. Restringimo-nos a salientar as decisões abordadas no Sínodo quanto à catequese e liturgia: a concretização de uma escola de formação para Agentes de Pastoral; que as paróquias promovam Círculos Bíblicos, grupos de reflexão e comunidades de base – como forma de evangelização; e, nas celebrações dos Sacramentos, que se estabeleça uma comissão para elaborar as diretrizes diocesanas. Quanto ao Sacramento da Liturgia, que se formem

equipes litúrgicas em todos os níveis – Diocese, Foranias, Paróquias e comunidades; que aconteçam dois cursos de liturgia por ano.

A Segunda Etapa do Sínodo Diocesano aconteceu entre os dias 13 a 15 de maio de 1988, tendo por objetivo: *Organizar internamente o povo de Deus na Diocese para cumprir sua Missão no Mundo*. Nessa sessão, começa a deflagrar-se explicitamente uma preocupação com a reorganização interna na Igreja, ou seja, como manter o carisma institucional numa conjuntura de centralização episcopal frente a mudanças constantes nas paróquias, ocasionadas pelas trocas consecutivas de padres e agentes de pastoral. Assim, delineia-se uma autocompreensão na Igreja com a institucionalização de normas e regras válidas para todos os segmentos na Diocese. A partir de alguns questionamentos e perguntas desafiadoras elaborados pela comissão, portanto com um olhar direcionado, os sinodais construíram o *corpus* doutrinário que irá compor o Diretório Pastoral da Diocese.

Tendo por pressuposto inicial de que a comunidade deve ser formada a partir da base e que os próprios Sacramentos exigem que quem os quiser receber, deve participar ativamente à comunidade e, ainda, que os Conselhos de Pastoral devem funcionar efetivamente nas comunidades e que as “autoridades”, bispo, forâneo, padre e dirigente, devem levar a sério as resoluções do Conselho, é propagada a execução de normas que venham subsidiar todo trabalho pastoral diocesano.

A primeira questão proposta aos sinodais diz respeito aos sacramentos: “*Vocês estão de acordo que só poderá receber devidamente os Sacramentos quem está querendo participar da Comunidade Eclesial?*” (ELO, abril/1988, nº 95). Todos os participantes foram unânimes. E por duas razões. Primeira, que *a partir dos Sacramentos* se estabelece uma comunidade. Os dogmas³⁸ institucionalizados produzem no sujeito uma ação participativa, buscando no coletivo o sentido e o significado para as interpretações do credo religioso. Aqui, há uma ligação intrínseca entre comunidade eclesial e sacramentos. Sabemos que a instituição necessita “segurar” o fiel. cremos que uma forma arranjada, através de toda a história da Igreja, foi a consagração dos sacramentos, uma forma de investidura que o fiel recebe, oficialmente reconhecido pela comunidade, passando a desempenhar um papel central na vida comunitária. Ou seja, a ação sacramental determina

³⁸ Trabalhando a concepção de Igreja enquanto verdade, fundamentada em princípios rígidos, destaca Leonardo Boff que “Dogma representa algo de verdadeiro e de são para a fé (...). Dogmatismo configura, sem dúvida, uma patologia. Dogmatismo constitui uma atitude rígida na pessoa, impedindo-a de ver as dimensões maiores do mistério divino que transcendem as expressões dogmáticas” (BOFF, *Igreja: Carisma e Poder*, p. 314).

uma conduta aos indivíduos, um poder intrínseco que irá determinar um papel social na instituição. Dessa forma, a participação torna-se o elo vital para o recebimento e permanência dos atos sacramentais. O sacramento representa dessa forma a condição do sujeito, em sua condição real, a uma possibilidade de “salvação”. Segunda, que *a Partir da Comunidade* se instituem os sacramentos. Assim, os sinodais delinearam o modelo de Igreja inspirados na visão Latino-Americana de Igrejas-Comunidades, ou seja, as Comunidades Eclesiais de Base, onde acontece um participar ativo dos fiéis, uma ação responsável em assumir os compromissos e no estabelecimento de normas concretas de participação (ELO, abril/1988, nº 95). Nessa ação da Igreja Diocesana, fortalecem-se e garantem-se as permanências institucionais, diante de mudanças rápidas de um mundo que adentra a pós-modernidade. Assim, conceitos e dogmas institucionalizados permanecem firmemente como uma espinha dorsal que dá flexibilidade e firmeza para o todo.

A segunda pergunta nesta etapa diz respeito às permanências institucionais. É uma preocupação constante de D. Teodardo a continuidade dos trabalhos nas paróquias e comunidades, como forma de garantir a execução dos planos e normas regimentais da Diocese. O teor do questionamento para os representantes das comunidades é: *“Vocês estão de acordo que os Conselhos de Pastoral, em seus vários níveis, sejam os Organismos que coordenam toda a Ação Pastoral da Respectiva Comunidade?”* A eloquência da questão traz presente a preocupação de D. Teodardo, na permanência de um discurso que abarca o todo, contribuindo para uma congruência das diversas comunidades nas discussões e elaboração de normas, seguindo as pistas elaboradas pela coordenação diocesana. Segundo Dom Alberto Först, na época bispo coadjutor e um dos responsáveis pela preparação e organização do Sínodo:

A nossa missão não é elaborar normas, a nossa função, a partir do sínodo, é mostrar pistas para uma Igreja viva e atuante. Então quem deve elaborar as normas é a paróquia ou conselho paroquial e ou a comunidade (...). O marco fundamental a partir do Sínodo e que eu considero um dos pontos altos do meu trabalho é a formação do CPP – Conselho de Pastoral Paroquial, assim, estancando erupções. Porque na diocese nós temos 50 padres religiosos e, cada poucos anos ocorre a troca. Então o CPP foi e é importante para que não mudem as orientações pastorais. O Conselho é responsável, então tem continuidade. Se o padre quer mudar, só com consentimento do Conselho (Entrevista, 15/01/2002).

O Conselho de Pastoral Paroquial – CPP³⁹ foi criado pelo cânone 536 do Código de Direito Canônico – CDC⁴⁰, que estabelece que os leigos devem cumprir as obrigações, bem como exercer os direitos, de todos os fiéis. As justificativas abordadas para esta ação na Igreja Diocesana estão no âmbito de que: os Conselhos propiciam uma homogeneidade e as regularidades da Igreja favorecem, portanto, os ideais de um discurso unitário, “falar a mesma língua”, ou seja, as diretrizes institucionais sendo coordenadas diretamente nas bases, não dando margem para grupos ou movimentos agirem por conta própria, desprovidos de orientação diocesana. Outra justificativa é que promove uma continuidade das diretrizes, caso haja mudanças de párocos ou lideranças de comunidades. (ELO, abril/1988, nº 95).

A terceira pergunta feita aos sinodais nesta etapa diz respeito a preocupação da Igreja quanto à formação cristã na instituição católica: “*Vocês estão de acordo que devem existir Organismos de formação em todos os níveis e que os Conselhos cuidem que se organizem esses organismos de formação?*” As decisões dos sinodais foram justificadas e acatadas pelo bispo D. Teodardo nos seguintes aspectos: a formação deveria ser planejada, organizada na comunidade local, conforme condições particulares, e continuamente avaliada, replanejada, corrigida, estimulada e questionada; que os Conselhos de pastoral garantam a unificação da Igreja local e que mantenham com sua supervisão uma formação que corresponda às necessidades do povo; frente a isso a Diocese deve apoiar os esforços das foranias e paróquias; e que as Equipes da Diocese completem e orientem a organização em outros níveis (ELO, abril/1988, nº 95).

O que percebemos claramente é a ocorrência da reparoquialização na formação pastoral, atribui-se às comunidades a responsabilidade dos encargos decorrentes, bem como a escolha de líderes e o repasse à comunidade das diretrizes da Igreja. Paradoxalmente, a formação e encaminhamento para as pastorais fica a cargo das comunidades, mas sob orientação e direcionamento diocesano. A cúpula da Igreja sabe que essa descentralização pode promover um refluxo na aceção unitária eclesial e desencadear certos aforismos, visões isoladas, concepções particularizadas, interesses próprios e não contribuir para o êxito das diretrizes pastorais. Pois, se há espaço para o

³⁹ O texto de Alberto Antoniazzi destaca que: O CPP é um conselho da paróquia, para que os fiéis nele dialoguem e se confrontem, procurando chegar a um consenso, se possível a uma posição unanimemente aceita” (ANTONIAZZI, Bispos para a Esperança do mundo, p. 214).

⁴⁰ O Código de Direito Canônico foi promulgado pelo Papa João Paulo II, em 1983. Representa um instrumento eficaz no processo de restauração de seu pontificado.

fortalecimento de concepções e maneiras de estabelecer os trabalhos na Igreja isolados, desenvolver-se-ão, nessa compreensão, diferentes tendências e interpretações de movimentos e pastorais. Assim, para não cair em ambigüidades, o CDC promove o bispo e, no caso da paróquia, o pároco, na condição, por razões teológicas, de presidência e como órgão consultivo⁴¹, impedindo que se organizem grupos fechados com interesses particularizados ou que a prática caminhe paralela às diretrizes diocesanas.

A quarta questão proposta a esta segunda sessão do Sínodo diz respeito à eloqüência da própria ação pastoral: “*Vocês estão de acordo que a meta principal da nossa ação pastoral seja: FORMAR O POVO DE DEUS, A COMUNIDADE ECLESIAL?*” Destacar metas é buscar o elo principal que desencadeará nas ações promissoras de todos os trabalhos pastorais na comunidade. Comunidade, vista como *communio*⁴², lugar comum onde leigos e a própria hierarquia compartilham da experiência da ação mística celebrativa dos sagrados “mistérios” da Igreja.

Enquanto justificativa à questão, os participantes do Sínodo destacam que: formar comunidade tem de ser motivo bem claro do serviço pastoral; os serviços de evangelização, catequese e liturgia requerem uma formação adequada; comunidade bem alicerçada caminha em conjunto, povo bem formado torna-se sujeito de sua história, toma consciência de seus direitos e deveres; como comunidade, a Igreja torna-se fermento e luz na caminhada para uma sociedade justa e fraterna e tem influência social e política (ELO, abril/1988, nº 95).

Podemos notar que a compreensão de comunidade para os sinodais passava pelo viés da formação política: consciência, sujeitos, interatividade e unidade eram alguns dos conceitos promulgados como necessários para o bom andamento da comunidade. Mas, faz-se importante questionar como a relação era estabelecida com as pastorais sociais? Como eram trabalhados os problemas regionais, por exemplo, questões étnicas e conflitos no campo?

⁴¹ O caráter consultivo da hierarquia será formar e difundir uma mentalidade eclesial em sintonia com o Vaticano II, de desenvolva nos fiéis o sentido da co-responsabilidade na missão da Igreja e a capacidade de escuta e de discernimento do que o Espírito diz às comunidades eclesiais. Consultar: (ANTONIAZZI, A. *Bispos para a esperança do mundo*, p. 224 ; KEHL, M. *A Igreja, uma ecclesiologia Católica*, p. 233-236).

⁴² A expressão *communio* quer designar o sentido fundamental constitutivo da comunidade. Destaca Medard Hehl que: “O elemento fundante de unidade e integrante da *communio* deve ser expresso com o conceito (todavia não muito apropriado) (sic) de ‘hierarquia’. Sua distinção, porém, não é reduzir a variedade diferenciada da comunidade de maneira uniformizante, mas obviar obrigatoriamente às tendências sempre ameaçadoras do particularismo e preservar a Igreja numa unidade de vida e capacidade de ação” (HEHL, *Igreja, uma ecclesiologia Católica*, p. 99).

A autocompreensão de Igreja permanece na condição de formadora e articuladora de princípios, estigmatizados em conceitos solidamente construídos em propósitos enraizados na compreensão cristã. A comunidade eclesial é construída na busca constante de uma verdade, que se concretiza a partir da base, de interesses comuns. A identidade, ou seja, os traços caracterizadores da comunidade como cultos, festas, imagens religiosas tradicionais são resgatados pela Igreja e cada uma de suas significações, é sustentada pela conexão de sentido religioso, definida pelo conjunto das diretrizes diocesanas, nacionais e internacionais.

A entrada numa comunidade, pelo fiel, se dá através de uma iniciação, a qual se expressa na fé. Crença indiscutivelmente de caráter pessoal, mas que só ganha sentido e força quando compartilhado e vivido na *communio*. Esta, por congregar elementos fundamentais na constituição do seu próprio ser, edifica-se pela busca comum, partilha e participação entre e para os elementos que constituem a comunidade.

Mas há resistências, detectadas pelos sinodais, em formar e participar de uma comunidade. Há muitos católicos só por tradição familiar, outros que só vão à Igreja para receber os sacramentos (batismo, casamento, morte) e há aqueles que estão afastados por problemas pessoais ou sociais (ELO, abril/1988, nº 95). O que vislumbramos nessa análise é que a incorporação em uma comunidade é um processo lento. Exige uma formação integral, pretende-se desenvolver, ao trabalhar, a compreensão de Emmanuel Mounier⁴³, ou seja, quatro dimensões fundamentais da pessoa: o eu, na condição de um ser de vontades que busca concretizar as necessidades fundamentais; o ‘outro’, no aspecto comunicativo, relevando as qualidades e prioridades das relações interpessoais; ser encarnado, na fundamentação de estar no mundo, visivelmente construído e em construção, é um ser de projeto, de representações, alarga os horizontes buscando novas possibilidades; e, por fim é transcendência, busca um sentido, uma verdade e acredita que há maneiras de atingí-la.

Portanto, “formar o povo de Deus” como meta da ação pastoral é, acima de tudo, entender a Igreja como representação da verdade almejada e os membros desta como protagonistas dessa ação, oficialmente reconhecidos pelos fiéis através do ritual de “investidura”. Isto é um processo através do qual se transmite um poder específico para o

⁴³ Emmanuel Mounier trabalha a condição personalista e comunitária e enfatiza a *pessoa* dotada de dimensões. A pessoa está encarnada em um corpo e na história, por sua natureza é comunitária. Podemos dizer que o personalismo constitui o esforço integral para compreender e superar a crise do homem do século XX em sua totalidade (MOUNIER, E., *O Personalismo*, p. 732).

desempenho do ministério. Esta representação possui um significado na comunidade, pois, quando o agente fala, sua autoridade advém do seu lugar social, como ministro. Este poder não vem das palavras, mas vem de fora, lhe é atribuído. Portanto há o reconhecimento no detentor do “cetro” de uma verdade reconhecida pela coletividade, formando-se assim a comunidade eclesial.⁴⁴

A terceira Etapa do Sínodo aconteceu entre os dias 28 a 30 de outubro de 1988, tendo como tema: *A Dimensão profética e transformadora da Pastoral*. O objeto principal de discussão foi o Leigo na Igreja. Toda a preparação da terceira sessão pretendeu-se à representação do leigo no mundo secular e na Igreja.

As resoluções da terceira sessão estão imbricadas numa terminologia já discutida no Sínodo, mas justamente voltam reforçando um contexto que representa uma fase de transição na instituição, ou seja, há um crescimento na diocese de movimentos católicos, que giram em torno da evangelização, do serviço às famílias, aos casais, aos jovens. Mas estes movimentos leigos são vitalizadores da paróquia territorial, têm rosto de leigo e pensamento clerical, assumem serviços advindos de fora, de um esquema previamente definido, e que não se sensibiliza com a realidade dos excluídos. (LIBANIO, *Cenários da Igreja*, p. 22-25).

Diante deste novo quadro, esboçam-se os pontos definidos na terceira etapa do Sínodo: a Pastoral Diocesana apóia e colabora com movimentos populares que estão em consonância com os princípios evangélicos; os princípios gerais da pastoral são ser profética, libertadora e transformadora; o leigo é o agente principal da inserção da Igreja no mundo, ele recebe sua formação dentro da Comunidade Eclesial, pela incorporação e participação na vida sacramental e exerce sua função de testemunho e agente no seu meio profissional, social e político. O leigo, como agente e co-responsável, tem o direito e o dever de participar em todas as etapas do planejamento pastoral: reflexão, decisão, execução e revisão-avaliação (ELO, nov./1988, nº 102).

⁴⁴ A ação pelas palavras é delegada pelo ouvinte ao porta-voz autorizado. Segundo Bourdieu: “O porta-voz autorizado consegue agir com palavras em relação a outros agentes e, por meio de seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida em que sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador” (BOURDIEU, P., *A Economia das trocas simbólicas*, p. 89).

O termo leigo na Igreja faz-se na distinção entre os detentores da verdade revelada ou como diz Bourdieu, os detentores do “cetro”, assim entendidos os padres, bispos, ministros que reconhecidamente exercem um poder distinto na comunidade, e os leigos, que aprioristicamente desempenham um papel substancial na comunidade por representar a Igreja, sem ser a Igreja exclusivamente. Poderão participar de ações que competem ao leigo, efetivamente de seu lugar social, ou seja, o mundo secular, em que, na condição de atores, favorecerão uma desenvoltura de artimanhas favoráveis a uma ação transformativa da realidade humana.

A quarta e última etapa aconteceu entre os dias 27 a 29 de outubro de 1989. O objetivo primordial foi a compilação do Diretório Pastoral: “O Diretório é o resultado da experiência dos 30 anos de Pastoral da Diocese, dos sucessivos planos de Pastoral, sistematizados no Sínodo Diocesano” (DP. 02). Mostra-se claramente que a intenção não é uma ruptura dos trabalhos, mas uma continuidade na qual ocorra uma fundamentação doutrinária pelas novas abordagens institucionais.

As discussões foram determinadas pelo alcance e a representatividade do Sínodo na atual conjuntura da Igreja na diocese. A dificuldade maior está na compreensão das transformações sofridas pela Igreja Católica em entender para onde aponta a direção de seu movimento global, ou seja, o fio condutor de sua evolução recente que é regido pelas forças e tendências sociais do nosso tempo, exigindo posicionamento, novas atitudes, revisão e esclarecimento dos discursos. Por isso, abarcar e valorizar os aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos tornou-se uma necessidade para a prática pastoral, em especial para continuar ou reconstruir princípios norteadores do discurso religioso.

Visando a co-responsabilidade do fiel com Igreja-mundo, ou seja, a Igreja no mundo, o Diretório objetivava: “estimular o espírito de iniciativa e criatividade e o sentimento de corresponsabilidade em vista da unidade da Igreja e de sua missão no mundo, superando assim todo particularismo e paralelismo.” (DP. 03) Tal compreensão exige que se levem em conta a interconexão e as mediações que se colocam entre as diversas instâncias e concepções de Igreja, ou seja, propor a homogeneidade na diocese, em que as diretrizes promulgam o pensamento da Igreja, pode-se dizer, da cúpula da Igreja, mas são representadas como decisões dos fiéis. As pastorais e movimentos e todas as ações *intra ecclesiam*, como os sacramentos, fazem parte de uma unidade, são

interligados pelos mesmos princípios de evangelização e devem, portanto, ser regidos e regulamentados pelas diretrizes promulgadas no Diretório Pastoral.

Na carta de promulgação das decisões do Sínodo Diocesano, D. Teodardo Leitz comenta a importância do documento para a Igreja Diocesana:

O Diretório é um valioso instrumento na mão dos Agentes da Pastoral, é a Carta Magna que indica a maneira de como se deve fazer pela Liturgia e a Administração dos Sacramentos. Fala da missão do Povo de Deus, da sua inserção no mundo e da prática da fé. Cinco anexos trazem os Regimentos que regulam as Organizações Pastorais. Desta maneira conseguimos fixar as linhas gerais que devem orientar o trabalho Pastoral em toda a Diocese. As Paróquias e suas Comunidades o farão em conformidade com sua realidade, em colaboração com seus Conselhos Pastorais, mas observando sempre as diretrizes aqui apresentadas.

O Diretório Diocesano da Pastoral, após votado pelo Sínodo, foi assumido pela Diocese e agora é promulgado com o signo de Autoridade Episcopal sobre a Igreja particular de Dourados. É, portanto, um mandato que deve ser cumprido por todos: Bispo, Párocos, Religiosos, Agentes de Pastoral e todo o povo de Deus (DP., 1990).

Visivelmente entrelaçado por diversos parâmetros conciliares, o Diretório Pastoral torna-se o documento mais importante na condução regimental de todos os trabalhos pastorais e movimentos que conduzem a ação da Igreja. Torna-se paradoxal querer encontrar alguns conceitos ou temas com mais ênfase no documento, tanto que o objetivo é sedimentar uma pastoral de conjunto, ou seja, favorecer para que haja um trabalho contínuo, sem interrupções, e para que não desponham ações desvinculadas das decisões do Sínodo.

2.2. DIRETÓRIO PASTORAL: A SEDIMENTAÇÃO DO TRABALHO

Um dos principais elementos caracterizadores na transição episcopal, de D. Teodardo para D. Alberto, foi sem dúvida a sedimentação do Diretório Pastoral. Este documento é resultado de quatro etapas e representa os diversos olhares, maneiras e estratégias de compreender o trabalho de evangelização no mundo cada vez mais

globalizado. A Igreja busca, através de uma ação pacificadora, congregar os vários aspectos e visões diferenciadas, por exemplo, as questões da terra e dos indígenas, não dando espaço para novas interpretações que venham posicionar-se de maneira nova ou criar conflitos com os princípios doutrinários da instituição. Para explicar a realidade sedimentada no Diretório Pastoral utilizamos o conceito de “ondas”⁴⁵, estas, entendidas como partes, processos e princípios, estão inter-relacionadas e se transformam no ser humano.

A idéia da onda não é apenas um instrumento para organizar vastas infovias de informação altamente variadas, mas nos ajuda a ver sob a superfície agitada os diversos interesses. Uma vez que começamos a pensar em termos de ondas de mudança, colidindo e sobrepondo-se, causando conflito e tensão dentro da própria concepção e organização de Igreja, é mister que se crie um repertório que todos devem seguir, para que não haja rupturas e deslocamentos de idéias para interesses particularizados.

Um dos objetivos do Diretório é superar todo particularismo e paralelismo, dentro da instituição Igreja (DP. 03). Assim, o chavão *Unidade na Pluralidade* é uma constante que permeia toda discussão da Igreja na sociedade. Segundo o diretório, “para cultivar a unidade, em espírito de co-responsabilidade, a Igreja, em todos os seus âmbitos, deve organizar-se e estruturar-se de maneira definitiva e flexível, integrando harmoniosamente seus membros e organismos” (DP. 08).

Estruturado a partir de princípios elementares da organização da Igreja nos vários âmbitos, ou seja, Diocese, Forania, Paróquia e Comunidade, o documento autocompreende uma ligação contínua das diversas instâncias, fazendo com que as resoluções, enquanto medidas disciplinares, sejam efetivadas no todo da Igreja, concretizando, assim, a autocompreensão da Igreja, enquanto permanência de elementos caracterizadores do ser católico numa abrangência universal.

Além desta caracterização, o resultado do Sínodo traz presente normas, princípios e regimentos. O que queremos clarificar é que existem permanências de velhos estereótipos,

⁴⁵ O conceito de “ondas”, no entendimento e interpretação do ser humano na sociedade, é do pensador novaiorquino Alvin Toffler, o qual sustenta que: “uma civilização também faz uso de certos processos e que desenvolve sua própria ‘superiologia’ para explicar a realidade e justificar sua própria existência. Uma vez que compreendemos como estas partes, processos e princípios estão inter-relacionados e como se transformam um no outro, desligando poderosas correntes de mudança, obteremos uma compreensão muito mais clara da onda gigante de mudança que assalta as nossas vidas” (TOFFLER, A. *A Terceira Onda*, p.19). Outro pensador que também trabalhou nessa concepção foi Norbert Elias, em sua obra *O Processo Civilizador*, o qual refere-se a “uma onda de integração em marcha através de vários séculos”.

visões ou modelos de Igreja permanentemente intocadas, mesmo diante de mudanças, tanto de mentalidades como comportamentos dos homens no meio social. Mas há readaptações às novas exigências: com uma nova roupagem, a Igreja consegue estabelecer vínculos e manter-se concentradora do “cetro” sagrado.

Figura 9. Celebração do Lançamento do Diretório. Frei Patrício e Irmão Narciso.



Fonte: Cúria diocesana de Dourados.

O Diretório Pastoral promulgado em novembro de 1989, por D. Teodardo Leitz passou a “ser o signo de Autoridade Episcopal sobre a Igreja particular de Dourados.” (DP., p. 43) Subdividido em 255 incisos, traz 4 capítulos: Comunhão e Missão da Igreja; Formação do Povo de Deus; Missão do Povo de Deus e Organização do Povo de Deus.

Quanto ao primeiro capítulo, a compreensão é que a Igreja forma uma unidade. Neste sentido, pede que todos se envolvam na construção dessa homogeneidade institucional, chama à co-responsabilidade todos os âmbitos, diocese, forania, paróquia e comunidade e estes, ligados às Dimensões propagadas pela CNBB, e seguindo as diretrizes da Santa Sé, concretizam a Comunhão e Missão da Igreja.

No segundo capítulo, é instituído o processo de formação; subdividido em duas partes: Transmissão, através da evangelização e catequese; Celebração, através da liturgia. Cada uma das partes congrega normas e direciona o trabalho de uma forma uniforme em toda a diocese.

O terceiro capítulo normatiza a Prática da Fé, e a Inserção no Mundo, institui os princípios na dimensão profética e transformadora da Igreja, estabelece os setores de atuação, o setor da Comunicação Social e Educação são específicos, e o setor da Pastoral Social abrange vários organismos, como Pastoral da Terra, Pastoral Indigenista, Pastoral Operária e Pastoral da Saúde. Neste capítulo, visa-se congregar o trabalho nas bases, isto é, nas diversas comunidades, instituindo normas que disciplinem e orientem os promotores de tal ação.

O Conselho Indigenista Missionário é abordado no Diretório como articulador e coordenador e idealizador da Pastoral Indigenista: esta pastoral assumiu um trabalho de evangelização com os povos indígenas, incorporando o anúncio eclesial junto aos povos silvícolas, salvaguardando suas tradições e contribuindo para difundir os ideais cristãos.

A Comissão Pastoral da Terra, no Diretório pastoral, permaneceu com um discurso voltado para um trabalho social, porém não mais diretamente ligada às organizações dos trabalhadores, mas voltada para a orientação e assessoria quando for solicitada. Seu vetor é promover um trabalho de caridade libertadora e de assistência no âmbito religioso, político e educacional.

O quarto capítulo promulga os regimentos, estabelece regras para os diversos órgãos, desde as comunidades até a diocese. Trabalha a formação do Conselho Paroquial de Pastoral (CPP), bem como do Conselho Comunitário de Pastoral (CCP); estabelece o Dízimo, destaca referente ao Patrimônio da diocese e esclarece sobre os Documentos; define o Regimento do Conselho Diocesano de Leigos, Regimento do Conselho Presbiteral da diocese, Regimento dos Religiosos na diocese de Dourados, Regimento da Pastoral da Família, Regimento da Pastoral da Juventude e Regimento da Pastoral Vocacional.

Portanto, o Diretório Pastoral institui as normas dos ritos, das celebrações e de todos os trabalhos pastorais, de uma maneira uniforme em toda jurisdição episcopal, estas advindas de uma interpretação das linhas ou dimensões da Igreja em âmbito regional

e nacional – CNBB. Mostra-se claramente um *continuum* institucional, no qual as decisões estão intrinsecamente ligadas, proporcionando uma unidade na Igreja.

Podemos falar em mudanças visualizando o conceito de autocompreensão da Igreja, que nos inícios dos anos 90 se configurava pelo crescimento *intra ecclesiam* de grupos e movimentos de cunho individual e espiritual, e agora passa a ter fortes resistências às pastorais sociais, especialmente as consideradas polêmicas, CPT e CIMI. Conseqüentemente a Igreja institucional adere às novas abordagens advindas desses movimentos como resposta aos novos questionamentos do homem contemporâneo, que buscam nos movimentos espirituais um sentido para suas vidas, deixando a desejar quanto ao lado social, como também enquanto resistência ao crescimento desenfreado de outros credos religiosos, sejam as igrejas evangélicas ou outras religiões.

Na busca de definições entre Pastorais e Movimentos, é no próprio Diretório que encontramos certas diferenças suscitadas pelos Sínodais, ou seja, pelos protagonistas desse documento. Destaca-se no Diretório que “todos somos chamados a assumir a missão de cristãos e estarmos (sic) a serviço do Evangelho e da Pastoral, conforme a espiritualidade e carismas próprios.” Há várias pastorais, como também vários movimentos, o que o Diretório propõe é que, diante das especificidades, todos procurem com orientação e liberação do bispo exercer as diretrizes diocesanas.

As pastorais na diocese estão ligadas à Pastoral de Conjunto, isto sinaliza que todas as pastorais seguem os mesmos princípios instituídos, mas cada pastoral possui seu campo de abrangência. Há uma valorização dos organismos diocesanos, como CEBs, Paróquias, Foranias e Diocese. A metodologia de trabalho das pastorais sociais centraliza-se nas dimensões do ver, julgar, agir, rever e celebrar. Representam uma visão lógica de trabalho e compreendem uma ação de mudança na sociedade. A dimensão do **ver** corresponde a uma tomada de consciência da realidade⁴⁶, trata-se de partir de problemas, conflitos que são sentidos como desafios e exigem solução. O **julgar** é o momento em que se estabelece o confronto da realidade com o Projeto almejado, é a crítica proporcionada pelo grupo. O **agir** é o momento de encaminhar uma ação transformadora da realidade constatada, criticada. É o momento de nova prática, do engajamento e do compromisso. Por ação

⁴⁶ Distinguímos os dois tipos de consciência, a crítica e a ingênua. A consciência crítica é aquela que percebe os fatos interligados entre si formando a conjuntura social do momento, fruto de um sistema pré-estabelecido. Vai às raízes das questões e analisa os mecanismos permanentes, produtores da pobreza e da marginalização. A consciência ingênua é aquela que se impressiona com as situações angustiantes da sociedade, preocupando-se apenas com o momento atual, sem ver as causas mais profundas dessas situações.

transformadora entendemos ser a efetiva participação das pessoas em reuniões, mutirões, manifesto de solidariedade, concentrações etc. O **rever** ou ver novamente consiste em verificar se os objetivos estão sendo alcançados, em cobrar as responsabilidades, avaliar os trabalhos, perguntar pelas conseqüências das ações ou omissões, estabelecer como superar as dificuldades e dar continuidade ao trabalho pastoral. O **celebrar** envolve todos os momentos, é a mística, a espiritualidade entrelaçada com toda a ação pastoral (IPJ., 1991, p. 20-39).

O método não funciona de modo linear, como se cada momento estivesse separado do outro. De acordo com Frei Betto: “O método funciona, na prática, de modo dialético. O ver já traz no seu bojo elementos para o julgar e exigências para o agir” (1985, p. 31). Os dois novos elementos congruentes do método, Rever e Celebrar são para as pastorais sociais os avanços e a mística envolvida ao trabalho. Pois, o rever é avaliar e serve para ver o envolvimento de cada um dos participantes, cada parte do trabalho ou erros cometidos na execução. O Celebrar envolve uma atitude profética, a realidade se torna sacramento; celebrar confrontando a vida com o projeto de Deus; e celebrar colocando-se diante de Deus, celebrar a Paixão de Jesus na paixão do povo que sofre as conseqüências de uma sociedade marcada pela injustiça.

As pastorais têm, em geral, um compromisso sociopolítico em sua ação, visando à transformação da sociedade, baseando-se na leitura libertadora da Palavra de Deus. (DP., p. 41). As pastorais possuem vínculos com as CEBs, cuja estrutura formada por grupos de animação são constituídas por pessoas de cada grupo. As pastorais articulam os grupos semelhantes, de várias comunidades. As pastorais promovem os encontros setoriais, paroquiais ou diocesanos, e as comunidades, através de representantes, buscam concretizar as decisões na prática, na solução dos problemas sociais, como conflitos agrários e indígenas, ou seja, levam-se as teorias para a realidade local, porém, o enfoque é espiritual. A articulação é para fora, busca-se fundamentação e respaldo político para os problemas nos quais as pessoas estão envolvidas.

Os Movimentos de leigos “devem ser meios e instrumentos para fundamentar e alimentar a espiritualidade e carismas dos leigos” (DP., p. 41). Os movimentos reforçam a instituição na medida em que estão a serviço com todo seu poder e organização internacionais. Segundo Libânio “eles têm a vantagem de visão mais ampla da realidade eclesial, da problemática religiosa e social do mundo. Responderão melhor ao processo de globalização e centralização” (1999, p. 23). O autor coloca-se numa perspectiva para o

futuro da Igreja, mas na diocese os movimentos prestam serviços e ajudam a Pastoral, especialmente as sacramentais, como batismo, liturgia, canto, dízimo, a tomar iniciativas. Os movimentos visam à mudança individual das pessoas, mais que à transformação da sociedade. Insistem na dimensão espiritualista, deixando na maioria das vezes o compromisso sociopolítico (DP., p.41).

Na diocese de Dourados, os Movimentos Leigos mais conhecidos são: Os *Cursilhos de Cristandade*: de origem espanhola, entraram no Brasil no início da década de 70 do século XX; a *Renovação Carismática Católica – RCC*: nasceu nos Estados Unidos no ano de 1967. Os encontros têm por base a oração, sob várias formas: louvor, ação de graças, orações contemplativas, orações em línguas, petições de graça e cura, cânticos, o silêncio, o exercício dos dons carismáticos, as leituras da Bíblia, os testemunhos e as partilhas (PIERUCCI & PRANDI, 1996, p.66); o *Movimento Catecumenal*: nascido na Espanha, fundamenta-se na leitura da Bíblia como conversão para os católicos.

A Diocese de Dourados vislumbra um real crescimento dos movimentos leigos com atuação em todas as paróquias e um refluxo das pastorais sociais. As CEBs, que no passado protagonizaram muitos movimentos por moradia e por terra, pelos indígenas e outras conquistas, começam a voltar-se para suas próprias questões, redefinição de motivações e redesenho da ação pastoral. Ainda que permaneça o “compromisso” com a justiça social, manifestado, sobretudo, na prática dos grupos de pastoral da saúde, do menor e outros, as reuniões têm sido motivadas muito mais pelas questões internas de preservação da Igreja local que pela “ação transformadora na sociedade”. Neste novo contexto, que prioriza a centralização paroquial, o controle pela hierarquia e a conseqüente presença tuteladora dos padres sobre os leigos caracteriza a estrutura tradicional da Igreja. Este modelo parece ter reconquistado a hegemonia, pois a praticidade dos movimentos mais conservadores promoveram uma reviravolta nas comunidades de base, ao incorporar os cânticos e louvações carismáticas deixaram de cantar o *Cristo Trabalhador, Javé o Deus dos Pobres* etc.; não que haja um desligamento da realidade em que vivem, mas o vetor está voltado para outras direções. Política é para o leigo sim, mas fora dos muros da Igreja.

Na década de 90, no momento em que todo trabalho evangelizador na diocese passa por esse novo preâmbulo doutrinário, vislumbra-se um cenário de uma Igreja preocupada em manter-se na situação de mantenedora do maior número de fiéis, bem como, em angariar novas fórmulas e métodos para que permaneçam e voltem aqueles dissidentes.

Assim, crescem em todas as comunidades e paróquias os movimentos, em especial a Renovação Carismática Católica.

Segundo dados do Censo IBGE, de meados da década de 90, a população da Diocese de Dourados estava na casa dos 655.545 habitantes. Numa pesquisa realizada pela Diocese – Projeto Rumo ao Novo Milênio, com o objetivo de detectar o número de católicos e de participantes, como também em que pastoral e ou movimento participavam, há alguns destaques que chamam atenção. Quanto à situação religiosa: 81% declaram-se católicos, destes 39% participam sempre; 17% às vezes; 24% quase nunca. Dos 39% que participam sempre, 84% só freqüentam a missa; 8% são engajados em movimentos; 7% engajados em pastorais sacramentais e 1% em pastorais sociais. Tais dados mostram a pouca participação ativa dos fiéis, mas também a crescente participação em movimentos, com real decréscimo nas pastorais sociais.

Outro questionamento que se deflagra nos inícios dos anos 90 é a crise teológica em que se encontra a população brasileira. O aumento no número de igrejas evangélicas e a perda de fiéis católicos para estes grupos gerou uma contra-reação na Instituição, utilizando-se, muitas vezes, do mesmo antídoto. Ou seja, o aumento de canais de TV, como Rede Vida e Canção Nova, e diversas emissoras e programas de rádios, bem como a sedimentação da Renovação Carismática para revigorar os aspectos místicos e milagrosos da fé. Segundo o censo demográfico de 2001, na década de 90 do século XX, dobrou o percentual de brasileiros evangélicos, chegando à casa dos 26 milhões de brasileiros.

A situação social da religião parece colocar em questão conceitos e teorias assentados, obrigando a nos voltarmos para imagens e metáforas – o caleidoscópio como mutação contínua de formas e cores, sem um ponto central de referência. Dentro desse prisma parece que na diocese há uma busca constante desse ponto. Ou seja, na promulgação das diretrizes, o que se tenciona é a homogeneização do trabalho pastoral, congregando numa só dimensão, a evangelização, todos os caminhos percorridos pelos movimentos e pastorais.

O que analisaremos no próximo capítulo é o trabalho de D. Alberto na condução desse quadro que se deflagra na diocese. O discurso de D. Alberto e a atuação das pastorais sociais na realidade diocesana, inter-relacionado com as diretrizes nacionais e internacionais.

3. O EPISCOPADO DE DOM ALBERTO

O Concílio Vaticano II abriu a possibilidade de diversificar as formas de culto adaptando a liturgia católica às diversas culturas, mas o movimento de restauração que vem se produzindo no catolicismo contemporâneo está retendo essa tendência (HOUTART. 1994, p. 107).

3.1. A IGREJA CATÓLICA E O MOVIMENTO DE RESTAURAÇÃO

Figura 10. D. Alberto e o Papa João Paulo II. Visita à Santa Sé.



Reprodução do encarte dos 70 anos de vida.

A eleição de João Paulo II, em 1978, representou para a Igreja Católica um novo período para a instituição. O novo Papa tinha uma interpretação minimalista do Vaticano

II: em praticamente todos os seus documentos cita o Concílio, mas enfatiza os textos que reproduziam uma teologia anterior ao Vaticano II. A “restauração”⁴⁷ promovida pelo alto controle institucional da Igreja é a volta do clericalismo, ou seja, os padres tendem a se firmar sobre o que lhes é próprio: o poder sacerdotal; a reparoquialização, isto é, a divisão das paróquias para efeito de maior controle, como também a formação de mais dioceses e um aumento nas nomeações de novos bispos. Nos primeiros sete anos, João Paulo II, nomeou 90 bispos, nenhum deles se afina com a Igreja progressista, ou seja, com a Igreja que trabalha com o social, junto às comunidades pobres. Todos são conservadores ou ultraconservadores (CEOC, p. 33). Transferência e aposentadoria de bispos progressistas, por exemplo, de D. Ivo Lorscheiter, que esteve dezesseis anos à frente da CNBB, de 1971 a 1987, foi designado para governar a diocese de Santa Maria, no interior do Rio Grande do Sul. Outro exemplo, dentre vários, a divisão da arquidiocese de São Paulo, em 1988, dirigida pelo cardeal D. Paulo Evaristo Arns, responsável pela denúncia de torturas contra os presos políticos do Brasil no início dos anos 70, fortemente rejeitado pela burguesia paulistana, por causa de seu trabalho social e críticas ao modelo sócio-político-econômico: diante do crescimento das comunidades eclesiais de base, o Vaticano colocou quatro novos bispos com a função de vigiar, criticar e deslegitimar D. Paulo.

Esta “operação-desmonte” ou “restauração” encontrou respaldo no megalomaniaco *Projeto Lumen 2000*, de origem e com investimentos de empresários dos Estados Unidos e Holanda e com o apoio da Ordem *Opus Dei* e do movimento Comunhão e Libertação, ambos ultraconservadores. O Papa aprovou o plano e autorizou a instalação do seu escritório central no próprio Vaticano. Segundo Délcio Monteiro de Lima, “o projeto visava a criação de uma super-rede de televisão para cobrir todo o mundo, com a utilização de três satélites” (1990, p. 102). A Santa Sé, em tempo, entendeu que se tratava de interesses de grupos capitalistas e os enxotou do Vaticano.

Com mais vigor, embora confundido com o *Lumen 2000*, entrou em ação o Projeto *Evangelização 2000*, idealizado pelo movimento Comunhão e Libertação e assumido definitivamente pela Renovação Carismática Católica. Bem visto e com apoio de empresários e da própria Casa Branca, o Projeto visava à formação de novos padres

⁴⁷ A “restauração” iniciou-se com o pontificado de João Paulo II, em que a Igreja buscou fechar-se para a sociedade, valorizando os conceitos e dogmas institucionalizados e centralizados nos membros da hierarquia (COMBLIN, *Um novo amanhecer da Igreja*, p. 70).

voltados para a *Teologia da Salvação*⁴⁸, obras de assistencialismo e cursos de Teologia nos países da Europa, Itália, França e Alemanha, onde se concentrava em maior número o clero conservador. Assim, ao iniciar o século XXI, teólogos e bispos formados dentro da Teologia da Salvação seriam os mais habilitados negociadores entre os governos e a população. O objetivo principal desse projeto é evitar que a Igreja progressista comece a trilhar os caminhos do “comunismo”.

A autocompreensão da Igreja firmada pela tendência da restauração efetiva-se no projeto da *Nova evangelização*, isto é, o discurso pregado por João Paulo II na reelaboração dos trabalhos pastorais, cuja ênfase principal é a dimensão evangélica. Restabelecer a homogeneidade e a “disciplina eclesial” parece ser a grande meta desencadeada pela Igreja Católica. Percebemos que o papel da Igreja faz-se importante num processo em que o mercado se torna global e neoliberal. A restauração desencadeada pela Santa Sé coincide com o triunfo do reajuste, da globalização e do neoliberalismo que, na década dos 90, se torna pensamento único e obrigatório em toda América Latina. Assim, a nova política econômica imposta especialmente pelos Estados Unidos não pode tolerar movimentos populares fortes, menos ainda movimentos conduzidos pela Igreja. O sistema político-econômico predominante precisa de uma religião que ao mesmo tempo legitime o sistema e ofereça remédios e consolo às vítimas inevitáveis do processo.

João Paulo II, por meio de punições, procurou calar aqueles que se diferenciavam do Vaticano. O teólogo Leonardo Boff foi proibido de falar em público, ministrar aulas na universidade ou celebrar, em 1985. Contra o bispo D. Pedro Casaldáliga de São Félix do Araguaia, município do Estado de Mato Grosso, foi imposto o “silêncio obsequioso” no início dos anos 80. Contra o Frei Clodovis Boff, o cardeal de Rio de Janeiro D. Eugênio Salles, expoente do conservadorismo no Brasil, proibiu-o de se manifestar na arquidiocese e de ministrar aulas na PUC. Outro fato aconteceu nas eleições de 1988, em Recife, no qual o arcebispo D. José Cardoso Sobrinho, representante dessa ala restauradora, expulsou quatro agentes de pastoral que manifestaram suas preferências partidárias.

⁴⁸ A Teologia da Salvação (das almas) possui uma identificação com a Teologia neo-escolástica. Segundo Leonardo Boff, a predominância dessa teologia é colocar os acentos no céu, o qual é a Grande Realidade. A terra é mediação para o céu e todas as realidades deste mundo devem ser orientadas para a dimensão do céu. Assim, a Igreja começa a reduplicar aqueles serviços que o mundo já faz. Cria a imprensa católica, escolas e universidades, etc.. Esta teologia prega o transcendente, enfatiza-se demasiadamente a oração, contemplação e uma vida especificamente religiosa. O trabalho que a Igreja faz é para dentro: auto-edificação (sacramentos, devoções, pureza de doutrina) (BOFF, L. *Modelos de Teologia – Modelos de Igreja*, p. 07).

A tendência marcante na Igreja Latino-Americana no último decênio do século XX está primordialmente voltada para a dimensão evangelizadora, como ficou evidenciado em Santo Domingo, durante a IV Conferência do Episcopado Latino-americano⁴⁹: “A nova evangelização tem como ponto de partida a certeza de que em Cristo há uma ‘riqueza insondável’, que nenhuma cultura, de qualquer época, extingue e à qual nós homens sempre poderemos recorrer para enriquecer-nos” (S.D. 24).

Há uma intenção generalizada, na hierarquia da Igreja, de combater outras maneiras de entender a evangelização, especialmente a Teologia da Libertação que ganhou terreno na América Latina com Medellín e Puebla. As conclusões de Santo Domingo estabelecem, de forma bastante didática, que o *sujeito* da nova evangelização é toda a comunidade eclesial. Em discurso inaugural da IV Conferência do Episcopado Latino-Americano, João Paulo II destaca: “Em torno do Bispo e em perfeita comunhão com ele, devem florescer as paróquias e as comunidades cristãs, como células vivas pujantes de vida eclesial” (S.D. 25). A Nova Evangelização diz atender às exigências propostas pelas mudanças sociais e culturais da modernidade (S.D. 26). É profícuo analisar a quem é destinada a Nova Evangelização: “Os *destinatários* são também as classes médias, os grupos, as populações, os ambientes de vida e de trabalho, marcados pela ciência, pela técnica e pelos meios de comunicação social” (S.D. 26). É sem dúvida uma ação corretiva para as duas Conferências anteriores, nas quais a opção prioritária era pelos pobres e jovens. A Nova Evangelização tem a *tarefa* “de suscitar a adesão pessoal a Jesus Cristo e à Igreja de tantos homens e mulheres batizados que vivem sem energia o cristianismo”(S.D. 26).

Retratar um período da história da Igreja que, pelo olhar sócio-transformador, é uma volta às velhas doutrinas que antecedem até mesmo o próprio Concílio Vaticano II, é sem dúvida um desafio. Ainda mais quando esta está dominando a Instituição. O grande mérito, como destaca José Comblin, era a Igreja dos Pobres, uma instituição que favoreceu a Igreja Popular, com suas Comunidades de Base, inspiradas na Teologia da Libertação. Mas o que sucedeu, especialmente nos anos de 90, foi um “fechamento” a este tipo de Igreja. Todos os bispos aprovados pela Santa Sé são da linha conservadora. (BENEDETTI, 1999, p. 119).

⁴⁹ A IV Conferência Episcopal Latino-Americana, de Santo Domingo, aconteceu na capital da República Dominicana, de 12 a 28 de outubro de 1992, além de celebrar os quinhentos anos da descoberta da América, se propôs, de acordo com a orientação de João Paulo II, a reorientar a ação pastoral da Igreja, à luz do que o Papa chamou de nova evangelização.

A autocompreensão da Igreja neste período em que D. Alberto assume o trabalho episcopal na Diocese é marcada por uma série de acontecimentos que caracterizam o perfil dos novos bispos nomeados pela Santa Sé. José Oscar Beozzo destaca que a escolha dos novos bispos é um aspecto fundamental do processo de restauração em curso na Igreja (1996, p.279). Como já vimos, a Igreja Católica incorporou um novo discurso nos anos 80, marcado pelo predomínio de idéias conservadoras, advindas de um grupo minoritário de bispos que no pós-concílio ganham fôlego e prosperidade frente a um mercado mundial exigente. Faz-se representar, e aqui podemos ilustrar algumas autoridades eclesiais como, D. Luciano Cabral Duarte e D. José Freire Falcão, nomeados pelo Vaticano para representar a Igreja do Brasil no Sínodo em Roma em 1983, o cardeal Eugênio Salles, entre outros. O teólogo e escritor David Regan destaca que D. Luciano Cabral Duarte, igualmente como outros bispos não viam com bons olhos o envolvimento da Igreja nas questões sociais, politizadas. Durante a Assembléia da CNBB de 1983, ao ser designado para atender à imprensa, afirmou D. Luciano Cabral Duarte publicamente, diante das câmaras de televisão:

Que a Igreja no Brasil estava em estado tão grave que podia ser pedida a intervenção papal; que o marxismo estava fazendo incursões entre o clero e os teólogos; que uma 'igreja popular', independente dos bispos, tal como fora condenada pelo Papa, em sua última homilia em Manágua, estava aparecendo no Brasil; e que muitos bispos se opunham ao Papa" (REGAN, 1986, p. 21).

A tendência do Vaticano é proporcionar na instituição uma unidade, tendo uma uniformidade nos discursos e ações. O projeto monocêntrico, tendo a figura do Papa o centro da gravitação, é a marca indelével da Igreja. Dentre os homens de confiança do Papa, o cardeal J. Ratzinger faz duras críticas às conferências episcopais, as quais, segundo ele, carecem de base teológica e ataca a Teologia da Libertação, que seria um pensamento elaborado fora do centro. Dentre os aliados que irradiam esse princípio de autoridade estão os movimentos como *Opus Dei*, *Neocatecumenato* e outros, que representam e fortalecem a homogeneidade eclesial.

É visível a opção que a Igreja faz na sociedade, a quem fala e serve e aquilo por que luta. Devemos olhar o desencadeamento pastoral, a postura política e o discurso engendrado pela instituição católica neste período. O discurso institucional toma corpo distante da real circunstância do povo – este entendido como o pobre – o índio, o sem-

terra, o migrante e outros, desprovidos de bens materiais. Os trabalhos pastorais afunilam-se na dimensão espiritual, crescendo imensuravelmente grupos e movimentos com ações individualizadas, despolitizadas e totalmente clericais. Volta-se novamente às concepções de Igreja centralizada nas mãos de alguns “iluminados” e precursores de uma moral “sadia” e cristã.

O último decênio do século XX foi de grande desafio para a Igreja Católica, especialmente na luta para manter-se no pólio de maior Igreja no Ocidente. Segundo dados do CERIS-ISER, na década de 90, 75% das pessoas que viviam no Brasil se declaravam católicas e que esses números estariam diminuindo⁵⁰. Os dados sugerem que a maior parte dos que abandonam o catolicismo está ingressando em igrejas pentecostais. O protestantismo pentecostal, a segunda maior opção religiosa no Brasil, cresce rapidamente e ganha novas feições⁵¹. Frente a uma enxurrada de seitas e novas igrejas que pipocaram em diversas partes, especialmente no Brasil, que representava e ainda representa a nação com maior densidade católica, a instituição (re)modela-se, com o mesmo antídoto que as concorrentes. Buscou, assim, nos show-missas padres cantores e, na própria mídia, os elementos favoráveis para atrair aqueles fiéis descontentes, ou seja, todos aqueles que não aceitavam um modelo de Igreja Popular, irradiando-se basicamente sobre a classe média.

A reação da classe dominante frente às situações de violência nas cidades e campo e a sensação de insegurança frente aos grupos e movimentos que lutam em prol da sobrevivência por exemplo, os movimentos dos sem-teto, dos sem-terra, das causas indígenas etc., promoveu um cerceamento exclusivista na sociedade. O discurso e ações na Igreja institucional mudaram. Emissoras de TV são utilizadas para propagar a Nova Evangelização, com decréscimo expressivo da Igreja popular. A Igreja-grande-instituição preocupada com sua própria permanência, enquanto *corpus* dogmático, retira-se das questões sociais. Vigoraram com mais intensidade e, ainda persistem, trabalhos sociais nas dioceses onde os bispos são da antiga geração⁵². Mas, no geral, o que se expandia era uma

⁵⁰ Ver dados do Censo Geral do Brasil de 1991; (PIERUCCI & PRANDI. *A Realidade Social das Religiões no Brasil*, p. 215-216).

⁵¹ Sobre o crescimento e a diversidade do Pentecostalismo no Brasil ver o *Censo Institucional Evangélico*. FERNANDES, Rubem. Instituto Superior de Estudos da Religião – ISER, 1992 e também a pesquisa de FERNANDES, Rubem et al. *Novo Nascimento – Os Evangélicos em Casa, na Igreja e na Política*, 1998, ambos realizados pelo Núcleo de Pesquisa do ISER sob a coordenação de Rubem César Fernandes.

⁵² Os bispos da antiga geração são aqueles que foram sagrados bispos por João XXIII e Paulo VI e que seguiam a linha definida pelo Concílio Vaticano II e Medellín.

Igreja preocupada consigo mesma, com seus dogmas e diretrizes institucionalizadas. Em suma, uma Igreja que, no findar o século XX, estava no presente, mas com ações e discurso ainda do passado.

3.2. A GESTÃO EPISCOPAL DE DOM ALBERTO FÖRST

FIGURA 11. Celebração da Posse de D. Alberto.



Fonte: Cúria diocesana de Dourados.

Queremos trazer presente uma reflexão sobre o papel representativo que o bispo D. Alberto Först teve na Diocese de Dourados. Da Ordem dos Carmelitas, chegou na Diocese definitivamente em 1985, assumindo a paróquia Bom Jesus em Dourados, em 1986 foi nomeado Vigário Geral da Diocese, e, em 6 de julho de 1988, recebeu a nomeação de Bispo Coadjutor de Dourados, assumindo definitivamente a diocese em 1990, por ocasião da aposentadoria de D. Teodardo Leitz, que passou a ser bispo emérito da diocese de Dourados.

No início do episcopado de D. Alberto, em 1990, a realidade dos habitantes da Diocese revelava que 68% eram migrantes, na grande maioria de outros Estados da Federação, além de contar com uma numerosa colônia japonesa. As populações indígenas somavam aproximadamente 20 mil, da tribo Guarani (Relatório quinqüenal, 1990-1994).

A Diocese era e é predominantemente marcada pela produção agrícola e pecuária. Faziam parte, em 1990, 35 municípios, sendo atendidos no trabalho pastoral e de evangelização por 33 paróquias. A população diocesana era de aproximadamente 650 mil habitantes, 78% moravam nas cidades e 22% na área rural. Deste total, dados da Diocese, calcula-se que 530 mil eram católicos. Para desenvolver o trabalho pastoral, D. Alberto contava com 13 padres diocesanos e 61 padres religiosos, pertencentes a congregações e ordens religiosas. Nas Congregações Femininas havia um total 91 Irmãs, totalizando 15 Congregações que desenvolvem trabalhos na Diocese, seja em hospitais, escolas ou nas pastorais. O número de paróquias no final de seu episcopado, em 2000, chegou a 38, sendo que cada paróquia trabalha com uma população média de 13.950 fiéis. A média é de dois padres por paróquia (Relatórios quinqüenais de 1990-1994 e 1995-1999).

D. Alberto, durante todo o decênio que compreende o período em que esteve no poder episcopal, resguardou-se em seguir as linhas ou diretrizes da Igreja de âmbito nacional, como transparece com muita naturalidade nas diversas reuniões do Conselho de Pastoral Diocesano – CPD. “D. Alberto falou sobre as Diretrizes Gerais da Ação Pastoral no Brasil, entregando a cada participante uma cópia do documento n.º 45” (CPD, Ata, 29/08/1995). O documento oferecido pelo bispo e estudado, diz respeito às Diretrizes da Igreja de âmbito nacional e autocompreende a sintonia com o projeto da Nova Evangelização proposto pela Santa Sé. Nestas reuniões, o bispo coloca em pauta o estudo e exige a aplicação, por parte dos dirigentes nas paróquias, das decisões da Santa Sé e de outros órgãos da hierarquia eclesial. O CPD é um órgão diocesano formado por padres e agentes de pastorais que têm por objetivo auxiliar e contribuir com o bispo nas bases,

colocando em prática as diretrizes episcopais. Segundo os participantes do CPD, em maio de 1995, a função do conselho é:

Ser o elo de ligação entre a base e a Coordenação; refletir em conjunto, ser um grupo pensante; animar as pastorais, movimentos, foranias; aconselhar o bispo na tomada de decisões; ver a realidade, os sinais e depois discernir afim de poder dar pistas de ação; assumir a pastoral orgânica; fomentar a comunhão diocesana; preparar mais os leigos que vão participar do conselho; planejar e agilizar as decisões; conhecer a realidade da diocese; animar e incentivar a mística; ajudar os conselhos paroquiais e comunitários: CCP e CPP (CPD, Ata, 24/05/1995).

Assim, o bispo D. Alberto possuía uma sustentação no desempenho dos trabalhos pastorais nas diversas paróquias e comunidades. Através das assembléias diocesanas, as prioridades eram revistas e reencaminhadas para as comunidades. As assembléias eram previstas para acontecer a cada dois anos, mas nem sempre seguiam este cronograma, e eram convocados pelo bispo todos os representantes de pastorais, agentes, irmãs e padres.

As primeiras assembléias, após a promulgação do Diretório de Pastoral efetivado pela realização do Sínodo, analisado nas páginas precedentes, foram mais no âmbito de encaminhamento das diretrizes e avaliação dos trabalhos nas paróquias. Em dezembro de 1990 foi realizada a XVII assembléia, com objetivo de avaliar, eleger e planejar, no intuito de congregar e encaminhar o trabalho nas bases. O tema que norteou todas as discussões foi: Mundo do trabalho. Em 1991, a Coordenação Diocesana de Pastoral promoveu a XVIII Assembléia Diocesana. Enquanto DESTAQUE⁵³ (sic) para as atividades pastorais para os próximos anos foram: Formação, Família-Juventude e Comunicação.

A dimensão da formação é uma constante que vem permeando as discussões em todos os âmbitos na Igreja. Foi considerado fundamental, indispensável para uma ação pastoral eficiente na qual se deve encaixar a proposta da *Nova Evangelização*. Sendo que a família e, em especial a juventude, devem merecer atenção especial, especialmente pelo bombardeio de imagens e novas idéias que são propagadas pelos diversos meios de comunicação e grupos interessados. Diante desse panorama, a Igreja diocesana busca investir nos vários meios de comunicação, fazendo-se presente e atuante em todos os âmbitos, para concretizar a homogeneidade institucional.

⁵³ Destacamos a palavra DESTAQUE, em letra maiúscula, como aparece no relatório da Assembléia. A denominação DESTAQUE substitui o termo PRIORIDADE, dos anos passados (ELO, junho/1992, n.º 141).

A XIX Assembléia Diocesana de Pastoral foi realizada em julho de 1993. O tema que norteou as discussões foi Migração. Na Diocese de Dourados existem diversas Usinas de Álcool e, na época de corte da cana, são trazidos trabalhadores de várias partes de Mato Grosso do Sul e de outros Estados. Na Diocese também há a questão dos Brasiguaios, brasileiros que foram para o vizinho país em busca de trabalho nas décadas de 70 e 80 do século XX e agora voltam desempregados e sem-terra, ocasionando conflitos no campo, com ocupações de terras devolutas, liderados por movimentos de cunho social e acompanhados pela Comissão Pastoral da Terra. Ficou claro que este tema era relevante justamente pela diocese de Dourados localizar-se numa região fronteiriça, assim abrigava uma diversidade de elementos culturais, como as multinacionalidades, multietnicidade, multilingüismo, multidialetos e o pluralismo religioso.

Em junho 1994 foi realizada a XX Assembléia Diocesana, o tema *Migrantes* voltou a ser central, juntamente com a temática *Família*. Foi destacado que a Pastoral do Migrante não aconteceu de forma concisa na Diocese. Segundo o relatório da Assembléia, a pastoral do Migrante não aconteceu como era esperado na diocese por uma série de motivos, entre os quais a falta de recursos humanos, bem como não houve uma preparação efetiva com formação direcionada para o problema das migrações.

Trabalhar uma realidade viva e dinâmica, onde as trocas são constantes, exigiu investimentos como: formação de líderes para a pastoral do migrante; criar uma equipe diocesana centralizada e coordenadora; proporcionar levantamentos da realidade em equipes específicas nas paróquias e foranias, mas tudo isso num trabalho de conjunto na diocese, não fugindo da unicidade pastoral. Um fator de destaque no processo de implementação do trabalho pastoral, por parte do bispo ou equipe responsável, é a percepção da diversidade de elementos culturais existentes na Diocese. Segundo D. Alberto, “para conhecer a realidade, eu peguei com o presidente (sic) da Igreja e fiz uma visita. Comunidade por comunidade, aí eu cheguei conhecer a realidade, as fazendas que eu não conhecia. Ali tem fazendas que da estrada até a sede têm mais de 10 km. Então como é que eu vou exigir dessa gente um curso de pais e padrinhos, e vir não sei quantas vezes para poder batizar uma criança” (Entrevista em 15/01/2002). A compreensão da relação Igreja-mundo é feita a partir de alguns elementos que impedem o fiel a participar de uma comunidade religiosa, e não são mencionados os trabalhos sociais nestes espaços, as relações entre grupos, exploração e/ou outras situações que envolvam os fiéis na sociedade.

O segundo tema que ganhou maior espaço na XX Assembléia foi a *Família*. Segundo o relatório da Assembléia, há diversas causas que geram problemas à família. Os novos valores e paradigmas agregados pelas teorias da pós-modernidade e do neoliberalismo preocuparam e preocupam a Igreja, pois estes quebram a unidade provedora do poder institucional. Entre as problemáticas agregadas estão: excesso de liberdade propagada pelos MCS; sincretismo religioso; emancipação da mulher; falta de organização familiar, entre outros. Diante de uma multiplicidade de situações que desagregam a família, a diocese reafirma novamente em todos os âmbitos que a Pastoral Familiar deve acontecer autenticamente. Ou seja, a atuação dessa pastoral “deve começar com a preparação dos jovens para o matrimônio” (D. ALBERTO, 1997, n.º 196). A resposta que a Igreja oferece às diversas causas que proporcionam a desestruturação da família é trabalhar a pessoa, com cursos de noivos e acompanhamento do casal, com diversos movimentos como o Movimento Familiar Cristão, Encontro de Casais com Cristo e Equipe de Nossa Senhora (D. ALBERTO, 1997, n.º 196).

Na XXI Assembléia Diocesana de Pastoral, realizada em maio de 1996, teve como destaque uma grande avaliação dos trabalhos pastorais. Os objetivos propostos foram de animar e dinamizar as várias pastorais existentes, bem como definir os destaques a serem assumidos pela Diocese de Dourados até o ano 2000. Seguindo as diretrizes da Santa Sé e da Igreja de âmbito nacional *Projeto rumo ao novo milênio*, foram destacados e priorizados quatro grandes temas com dimensões específicas de trabalho para cada ano. Em 1997, *Jesus Cristo*, sendo o serviço a desencadear “Fé e Batismo”, tendo como especificidades a promoção dos direitos civis, sendo que a vida, integridade, liberdade e igualdade perante a lei eram os conceitos que abarcariam todos os trabalhos pastorais da Igreja. Em 1998, *Espírito Santo*, tendo como direcionamento “Esperança e Crisma”, as ações específicas foram direcionadas para a educação, saúde, informação, cultura, meio ambiente e direitos sociais. Em 1999, *Deus Pai*, sendo direcionado à “Caridade e Reconciliação” e como serviço de ação a Promoção dos direitos econômicos como terra, alimentos, trabalho e moradia. No ano 2000, *Glorificação da Santíssima Trindade*, tendo como dimensão “Eucaristia, Celebração do Jubileu”, trabalhada em quatro áreas: Testemunho, dos 500 anos de Evangelização na comunidade eclesial; Serviço, na propagação do perdão da dívida internacional e resgate da dívida social no Brasil; Diálogo, no esforço de promover encontro Ecumênico e Inter-Religiosos; Anúncio, na verdade um Pedido de perdão em especial aos nativos da terra.

De acordo com o relatório da Assembléia, o método utilizado foi Ver-Julgar-Agir-Celebrar (sic), aliás o método é uma versão simples do processo usado por grupos de Ação Católica: ver, julgar, agir. Com a renovação na Igreja, foram incorporadas duas novas dimensões, o rever e celebrar, já comentadas no 2º capítulo. Justamente nesta Assembléia, a dimensão do Rever foi suprimida. Em todo caso, o rever é uma prática constante na diocese, pode-se dizer que as próprias assembléias possuem tal dimensão. Mas o que se evidencia é uma volta constante dos mesmos temas. Assim, o rever perde sua validade, especialmente se não há uma mudança da problemática levantada na dimensão do ver. Na Assembléia foi constatado que se fazem muitas ações sociais isoladas, mas falta maior entrosamento ou integração; bem como, a falta de clareza do que é Pastoral Social, ou seja, como trabalhar com uma sociedade que apresenta uma multiplicidade de elementos culturais e sociais diferenciados, com uma realidade fronteiriça que traz em seu bojo uma série de problemas originados pela migração, heterogeneidade cultural e pluralismo religioso. Os destaques aprovados pela Assembléia, seguindo as diretrizes aprovadas no regional, foram: evangelizar, preferencialmente os excluídos e organizar a pastoral social, buscando integração e sintonia entre Comunidades, Pastorais, Movimentos e Associações, efetivando-se a Pastoral de Conjunto (21ª ADP., 03 a 05/05/1996, mimeo).

Percebe-se que o esforço propagado é de efetivar uma homogeneização nas pastorais: congregar a evangelização, tomando como ponto de partida os desprovidos de bens materiais. Faz-se mister destacar que os representantes dessa ação são todos os movimentos e pastorais, concretizando as *exigências da Nova Evangelização* como Serviço, Diálogo, Anúncio e Testemunho. Portanto, o papel representativo das pastorais CPT e CIMI são dissolvidos, enxugados e direcionados para outras especificidades da Igreja. Aliás, há uma insistência na concretização da Pastoral de Conjunto, promovendo uma verdadeira integração e sintonia entre comunidades, pastorais, movimentos e associações.

Em junho de 1998, o IPAD foi o centro das atenções para a Igreja diocesana. Com o tema: *Protagonismo dos leigos e leigas Cristãos Católicos à luz do Projeto Rumo ao Novo Milênio*, foi realizada a XXII Assembléia Diocesana de Pastoral. O tema desencadeou uma reflexão voltada na participação do leigo *Ad Intra* (voltada para si mesma) e nas relações com a sociedade. Volta novamente a discussão da última assembléia, ou seja, a Evangelização e a Pastoral Social, só que o discurso é

redimensionado para as pastorais e movimentos de âmbito litúrgico e espiritual (22ª ADP., 12 a 14/06/1998, mimeo).

A última Assembléia a ser avaliada no episcopado de D. Alberto é a XXIII, que aconteceu em dezembro de 1999. Voltada para a chegada do ano 2000, a Igreja se prepara para o evento, articulando na Assembléia 10 pontos de discussão: Evangelizar preferencialmente os pobres (excluídos); Organização da Pastoral Social; Formação; Missões populares; Política; Conselho de Leigos; Liturgia; Catequese; Pastoral da Juventude e Finanças (23ª ADP., 03 a 05/12/1999, mimeo).

Tomando como objeto de estudo as Pastorais Sociais, verificamos que o conceito de entendimento do que sejam estas pastorais muda conforme as realizações das Assembléias. A compreensão e o alcance do CIMI e CPT são rearticulados e redimensionados para abarcar as propostas ou diretrizes promulgadas pela Igreja em determinado período histórico. Visivelmente o discurso do bispo busca nas dimensões dessas pastorais a evangelização da pessoa na comunidade. Eis que o vetor ou o direcionamento é outro, não é mais a articulação com a subsistência e a luta pela terra, no âmbito coletivo, mas a reconciliação, a evangelização da pessoa, o individual. Como afirmou D. Alberto: “O importante é a evangelização, pois, se não muda a pessoa não muda nada” (Entrevista, 15/ 01/2002). Destaca o bispo que as pastorais devem evangelizar, levar a Boa-Nova e não se envolver em assuntos (questões sociais, como a luta pela terra) que outras pessoas e grupos podem fazer.

Nestas assembléias eram elencadas algumas prioridades para os trabalhos pastorais, estas ligadas com as diretrizes nacionais e com o regional, que com representantes de todas as dioceses abordavam temas elementares para a realidade da região.

Diante dessa configuração da Igreja na região, analisaremos os trabalhos pastorais, as abordagens propiciadas pelo discurso do bispo, bem como a práxis das pastorais sociais e o florescimento dos movimentos religiosos que tiveram suas articulações advindos de uma situação de contestação de um modelo de Igreja dos últimos decênios do século XX.

3.3. OS TRABALHOS PASTORAIS NA DIOCESE DE DOURADOS

O modelo de pastoral empregado na gestão de D. Alberto é revestido por uma nova “roupagem”, que se enquadra nas diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil. Assim, ocorre uma ruptura dos trabalhos pastorais, essencialmente da pastoral popular centralizada na dimensão da Teologia da Libertação, vigorando um discurso enraizado no Projeto da Nova Evangelização.

D. Alberto considera que o mal na sociedade está nos indivíduos, referindo-se àqueles propagadores da Teologia da Libertação que, “embarcando em certas idéias socialistas, optaram pelo combate das conseqüências e não da raiz da verdadeira escravidão” (Entrevista em 15/01/2002).

Ao propor a efetivação das diretrizes advindas do Sínodo Diocesano, D. Alberto realça a preocupação em garantir um *continuum* institucional em todas as comunidades, construindo uma Igreja una, e não “igrejinhas” com suas particularidades. Em vários momentos do seu episcopado, D. Alberto remete a uma preocupação de que toda a Diocese deve estar unida, caminhar junta, falar a mesma língua. O termo “igrejinhas” refere-se às comunidades, paróquias, movimentos ou pastorais que se isolam, procurando fazer seus trabalhos independentemente das diretrizes diocesanas. D. Alberto destaca a necessidade da “união” na Igreja Diocesana, comenta: “Essa união das nossas comunidades expressa-se de muitas maneiras. Uma delas é o sentir-mo-nos (sic) parte da Igreja Universal e não um grupo isolado ou, como já expressei muitas vezes, como ‘igrejinhas’. Elas se manifestam sob as mais diversas formas: grupos, movimentos e até paróquias que se isolam e não participam, não formam a Igreja Universal, que expressa a presença de Deus em nosso meio” (ELO, abril/1993, nº 150).

Ao trabalhar o aspecto da unidade, propõe-se constituir uma instituição que possua prioridade para a pessoa na sociedade, salvaguardando o indivíduo diante da pluralidade de acontecimentos. No intuito de congregar os trabalhos pastorais numa unidade, D. Alberto incentivou a inter-relação entre as pastorais, aqui tratando-se da CPT e CIMI, no propósito de efetivar os trabalhos assumidos no Diretório Pastoral, redefinir os objetivos dessas pastorais e promover uma aproximação maior com a cúpula da Igreja, sendo controladas e direcionadas, colaboram com diversos trabalhos de âmbito sacramental, como a catequese e a liturgia (ELO, jan/fev., 1992, nº 137).

D. Alberto destaca que a Igreja Católica atinge com os trabalhos pastorais, um número reduzido de cristãos e que justamente a dimensão sócio-transformadora, na qual se encaixa as Pastorais Sociais, deixa a desejar na sua implantação e concretização. Neste reenquadramento, visualizando a pessoa e não mais o coletivo, é que está todo o bojo desta Nova Evangelização, que se apodera dos quadros eclesiais, direcionando os trabalhos pastorais. As temáticas família, juventude e evangelização são destacados com ênfase nos mais diversos documentos pesquisados na concepção de “reação” às mudanças constantes na sociedade. Não se deixam de concretizar também, neste período, vários acontecimentos de âmbito social, como romarias da terra, debates e cursos referente à exclusão social e propostas elencadas nas diversas assembleias diocesanas sobre os desafios e perspectivas que o mundo atual promove para a instituição.

Para congregar o trabalho de evangelização na diocese de uma forma eficaz e ampla e na possibilidade de detectar e promover líderes, bem como a co-responsabilidade de todos os fiéis para uma cultura da reconciliação e da solidariedade, D. Alberto promoveu a iniciação do Diaconado Permanente⁵⁴(sic). Na vacância de sacerdotes em algumas paróquias, nas grandes extensões de áreas rurais e no meio urbano, o diácono exerce os serviços religiosos em nome do bispo e do pároco. Representa a hierarquia, pois são pessoas consagradas, falam em nome da Igreja e vivem com suas famílias, bem como atuam profissionalmente no mundo leigo.

Há um “vazio” documental e conseqüentemente empírico na questão do Ecumenismo na diocese de Dourados. O documento de Santo Domingo destaca que “O ecumenismo é uma prioridade na pastoral da Igreja do nosso tempo” (SD., 135). O apelo e insistência na construção dessa ponte com as Igrejas dissidentes faz-se nos programas e iniciativas de cooperação conjunta no campo social e na promoção dos valores comuns. Mas, na diocese, essa ligação ou entendimento com outros credos quase não aconteceu. Destacou D. Alberto:

Existem iniciativas esporádicas, mas é muito difícil, porque não existe um diálogo com os nossos irmãos separados. Tivemos um

⁵⁴ O documento *Lumen Gentium*, 29 do Concílio Vaticano II, restaurou o diaconato como grau próprio e permanente da hierarquia e estabeleceu condições teológico-pastorais favoráveis para que esse ministério pudesse desenvolver-se plenamente, entre as quais ressaltam-se: a eclesiologia de comunhão e participação; a teologia da diversidade dos carismas e ministérios; o poder como serviço; além da própria necessidade pastoral (CNBB, *Diretrizes para o Diaconado Permanente*, p. 02).

bom relacionamento com um Pastor luterano, mas ele foi transferido e com seu sucessor não tem jeito, porque simplesmente se fechou. Com um e outro conversamos, mas eles têm medo dos seus colegas e não assumem nada. Na Semana da Unidade foram feitas diversas tentativas, mas nem rezar juntos conseguimos (Relatório quinquenal, 1995-1999, p. 23).

Seguindo este raciocínio, na qual os elementos não convergem espontaneamente, mas por interesses, muitas vezes ideológicos, a concretização das diretrizes instituídas, referentes a esta dimensão, se distanciam da realidade. Podemos dizer que “no discurso é uma coisa, na prática é outra”. É mister destacar que o elemento decisivo na formação do movimento ecumênico passa por ações cujo reconhecimento é silencioso. Assim, as relações ecumênicas são muitas, variadas, flexíveis e mais ou menos abrangentes, de acordo com as circunstâncias.

Ainda na perspectiva de retratar os aspectos marcantes do trabalho pastoral no período do episcopado de D. Alberto, devemos elucidar as prioridades, que em âmbito nacional foram evidenciadas pelas campanhas da fraternidade, que deveras significaram na diocese um novo olhar referente aos trabalhos pastorais, promovendo uma visão diferenciada do período anterior, em que as questões da terra e indígena foram o palco de interesses e conflitos na Instituição. Entretanto, nesse episcopado, novas tendências no âmbito pastoral ganharam destaque, como: os aspectos de comunicação, formação, família, juventude e migração, configurando-se, portanto, uma Igreja que, diante das mudanças circunstanciais do mundo atual, busca enquadrar-se nestes desafios, tendo-as como metas prioritárias nas ações pastorais.

Na questão da terra, a Igreja Diocesana, através da CPT, acompanhou em certos momentos mais de perto, com assistência na saúde, na área educacional, no campo espiritual e, até mesmo em certos casos, na ocupação de terras devolutas. É o caso de Itaquiraí, 1989, onde um agente da CPT acompanhou o grupo até dentro da área (REGINA, 1994, p. 34).

De 1989 a 1993, a Diocese de Dourados teve seis ocupações de terras, sendo que a participação da CPT foi pouco expressiva. Estas ocupações foram: na fazenda Urtigão município de Tucuru, em 1989, onde aproximadamente 400 famílias, na maioria Brasiguaios ocuparam uma área e, na qual a CPT não teve nenhuma participação na ocupação nem no acampamento. Na ocupação da fazenda Santa Lúcia, Município de Jateí, em fins de 1989, aproximadamente 350 famílias de vários municípios: Novo Horizonte,

Itaquiraí, Mundo Novo, Iguatemi, Paranhos e Amambai foram despejados e novamente acampados em Bataiporã e Nova Andradina. A CPT, participou de todo o processo de preparação da ocupação, dos despejos e acompanhou os dois grupos (CPT, relatório, 1990).

Em 1989, no município de Itaquiraí, houve a ocupação da fazenda Itaçu. Mais ou menos 700 famílias, provenientes de Mundo Novo, Iguatemi, Itaquiraí, Eldorado, além de muitos Brasiguaios. A imprensa acusou a Igreja Católica de colaboração ativa e direta mediante sua Comissão de Pastoral da Terra. Em nota de esclarecimento, D. Teodoro, bispo na época, esclarece que a CPT não teve nenhum envolvimento e destaca:

Se no decorrer da ocupação fôr solicitada a **caridade** da Igreja, esta será concedida na medida do possível, não dispensando-se, porém, os serviços assistenciais por parte das autoridades civis, aliás já solicitados pelos acampados. A Igreja não pode e não quer assumir obrigações que competem ao poder público, mas está disposta a colaborar com o mesmo para solucionar mais este problema provocado pelo fato de não se dar a devida atenção à Reforma Agrária, tão falada e tão pouco executada (ELO, março/1989, nº 105).

Incentivada por políticos da região, em 1991, novamente ocorreu a ocupação. Nem a CPT nem o MST tiveram participação nesta organização. O professor Jesus Eurico Miranda Regina destaca que: “Era um grupo totalmente desarticulado. Algumas pessoas que tinham uma liderança natural lideravam o grupo...” (1994, 1.25.4.).

Em Amambai, em 1992, segundo depoimento do Agente da CPT, Paulo Lotário Junges, a CPT acompanhou com assistência, mas não organizou ocupação, um grupo formado totalmente por Brasiguaios, no total de 450 famílias ficaram acampadas em Amambai e Tucuru.

A CPT acompanhou os casos de Bataiporã e Amandina, nos anos de 1991 a 1993. O primeiro caso é de 60 famílias que trabalharam em terras arrendadas, com proposta de trabalhar 03 anos, plantando algodão, e o fazendeiro financiava inclusive a alimentação até a colheita. No final dos três anos, as famílias foram despejadas e acabaram na periferia de Bataiporã. No caso de Amandina, a CPT acompanhou e apoiou a luta dos trabalhadores para regularizar os lotes de terras. Essa área sempre foi requerida pela SOMECO (Sociedade de Melhoramento e Colonização).

Em 1994, a CPT de Dourados, atendendo solicitação dos grupos, planejou e priorizou acompanhar três acampamentos: fazenda São Sebastião, fazenda Destilaria Rio

Brilhante e no Acampamento de Amambai. Nos assentamentos, a equipe de Dourados ajudou a conquistar 5 associações, duas cooperativas, 18 sindicatos, 59 grupos de jovens, 5 grupos de professores de assentamentos, 13 grupos coletivos de produção e 2 grupos de mulheres. Conquistaram pequena infra-estrutura em assentamentos, melhoria econômica das famílias através dos grupos de produção coletiva, comercialização através de cooperativas e capacitação de professores (CPT, relatório, 1994).

Segundo avaliação da CPT regional, a equipe de Dourados adotou como prioridades, no ano de 1995, a luta pela terra, pelo sindicalismo autêntico e educação. Tomando os dados dos relatórios da CPT, a equipe de Dourados revelou uma inconstância perturbadora, pois, em 1987 afastou-se do acompanhamento das lutas pela terra; retorna a atuar em 1989 e afasta-se novamente em 1990, para retornar em 1993, já em 1995 a equipe esforçou-se para implementar e desenvolver projetos de alfabetização de adultos, miniprojetos de comercialização através de cooperativas e assessoria jurídica sindical (sic) (CPT, relatório, 1995).

No ano de 1996 e 1997, a equipe da CPT – Dourados acompanhou e assessorou diversos grupos de miniprojetos, com assistência aos assentados. Através do acompanhamento, apoio, orientações e visitas aos acampamentos, a CPT retomou a luta pela terra, pois esta estava nas mãos dos movimentos MST, FETAGRI, CUT e Sindicato. No ano de 1997, a CPT trabalhou em assessoria aos encontros e cursos sobre geração de renda (CPT, relatório, 1997).

Prioritariamente a CPT – Dourados, em 1998, trabalhou na organização das mulheres trabalhadoras rurais, como também na capacitação dos trabalhadores, através de: curso de associativismo e lideranças comunitárias nos assentamentos: acompanhamento nas bases com reuniões e encontros locais, através de palestras, vídeos e cursos rápidos. Outras atividades de que a CPT participou foram a “Marcha pelo Brasil”, com a coluna de Naviraí; a organização da *Romaria da Terra*; e ainda participou e organizou o Grito dos Excluídos (CPT, relatório, 1998). Portanto, fazia-se representar como uma pastoral dinâmica e atuante, com participação ativa e organizada em vários âmbitos sociais. Porém, a equipe de ação contava com apenas um agente liberado pela diocese, Vanilton Camacho da Costa, e outros voluntários, que deveriam seguir as diretrizes diocesanas. Mas, a CPT possui um secretariado regional, que está em Campo Grande desde 1985, e segue a filosofia instituída pela CPT de âmbito nacional com as devidas adaptações regionais.

O “olhar” de D. Alberto quanto à questão da terra era de redimensionar para as paróquias o trabalho. Conforme as necessidades, as comunidades criariam a Pastoral da Terra. Assim, a diocese não arcava com as despesas provenientes desses trabalhos. Aos poucos, a CPT em Dourados foi sendo desestruturada, até que, no ano de 1999, o próprio bispo D. Alberto Först “acabou” com a equipe da CPT ligada à Diocese. Tal atitude foi considerada um retrocesso da Igreja quanto às questões sociais.

A questão financeira foi um dos principais elementos da desestruturação, especialmente, em agosto de 1998, quando a ajuda da entidade religiosa *Misereor* foi encerrada, elevando os custos para a Cúria Diocesana. Outros aspectos também considerados foram: a política neoliberal adotada pelo governo, causando um grande empobrecimento dos pequenos agricultores; a expansão das relações capitalistas e as sucessivas expropriações, além da baixa fertilidade do solo, em muitos assentamentos, dificultaram a vida dos agricultores que, com a falta de dinheiro passaram a buscar trabalho fora dos assentamentos. Todos esses aspectos prejudicavam o trabalho de base da CPT, pois impedia a realização de várias atividades que foram programadas pelo regional (CPT, Relatório, 1999).

Enquanto resistência às ações propagadas pela autoridade episcopal e diante das questões econômicas, alguns agentes utilizaram de estratégias e táticas para manter-se atuantes, mesmo que paralelamente ao poder instituído. Assim, Pe. Adriano, sentindo que era necessário continuar existindo e atuando pelo menos um agente liberado, solicitou e conseguiu uma ajuda financeira da Holanda. Durante três anos, de 1999 a 2001, esta ajuda contribuiu para a manutenção do trabalho da CPT, ainda que de modo precário, na diocese.

Quanto à questão da terra, D. Alberto é enfático ao afirmar que há uma ruptura entre os movimentos que lutam por este ideal e a Igreja. Destaca D. Alberto:

Nós (Igreja) nos retiramos destes movimentos. Eles continuaram o movimento deles, e nós também, não que nós abandonamos, mas deixamos o pessoal a vontade, eles podiam se decidir. Os assentamentos, os acampamentos (em Amambai) ficaram anos lá, trouxeram o pessoal do Paraguai, com a promessa de dentro de um mês ter terras. Não posso concordar com essa política, porque usaram praticamente as pessoas de boa fé, para fins políticos. A Igreja não deixa-se usar nesse sentido. Então ocorreu um afastamento, tentamos ajudar na medida do possível. Veja as dificuldades, devido às invasões do MST, porque foi colocado numa panela só (CPT, CIMI e MST). E o problema, exatamente, o latifúndio, viu-se ameaçado por este trabalho, houve rejeição. Então precisava conciliar as duas coisas, foi motivos (sic) também que, eu especialmente, não

concordei com estes métodos de invadir. Porque reforma agrária deste jeito não leva a nada. Se não tiver um planejamento não funciona (Entrevista, em 15/01/2002).

O discurso do bispo remete a uma diacronia quanto à questão política. O fato de a autoridade episcopal olhar que o problema das ocupações se dá por interesses políticos confronta-se com a própria estrutura como foi criada a CPT.

A outra pastoral aqui analisada, o CIMI, viveu conflitos semelhantes aos da CPT, justamente por trabalhar as dimensões da terra, educação e subsistência. A luta pela terra parece ser o eixo principal de todo o trabalho desenvolvido. Diante da situação de miséria absoluta em muitas áreas indígenas, o fator subsistência tem sido uma constante no sentido de garantir o mínimo de condições para que permaneçam dentro das aldeias. E o CIMI trabalhou na assistência às lideranças para reanimá-las a continuarem na luta.

Na região compreendida pela Diocese estima-se a presença de 25 mil indígenas, segundo relatório quinquenal de 1999. Para o trabalho com estes povos, a diocese consta com o CIMI – Conselho Indigenista Missionário, organismo anexo à CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Diante de todas as questões de conflitos com que este órgão se deparou, permaneceu na Diocese uma equipe de missionários com poucos recursos, especialmente financeiros, mas de presença marcante. Segundo José Oscar Libânio: “A mais bela flor da atividade do CIMI, a par de sua incansável luta pela terra e pela sobrevivência do índio, foi a promoção das Assembléias dos chefes indígenas, ‘como meio indispensável de o índio se tornar sujeito e ator de sua própria libertação’” (1996, p. 127).

As prioridades do CIMI no último decênio do século XX foram organizadas em duas frentes. Uma em relação aos povos indígenas e a outra ao CIMI. Quanto à primeira, um trabalho de assessoria às lutas pela terra e pela subsistência, à organização interna e à educação.

As dificuldades que o CIMI constatou no trabalho pastoral, na década de 90, empiricamente destacadas nas Assembléias Diocesanas e nos relatórios internos do organismo, se resumem em: falta de terra para as práticas tradicionais e para a subsistência, com a fome e a desagregação cultural como consequência; terra depauperada (sic); aumento do trabalho fora da aldeia; desagregação familiar; alcoolismo, doenças e prostituição; atendimento precário à saúde e abandono das práticas tradicionais de controle das doenças; manutenção da ideologia integracionista pela FUNAI e missões evangélicas

nas comunidades, por meio da cooptação do assistencialismo; aumento dos suicídios; exploração direta pelos comerciantes, contratadores de mão-de-obra e taxistas, sobretudo nos arrendamentos; e acima de tudo o preconceito que persiste na sociedade⁵⁵.

O desencadeamento do trabalho do CIMI na região de Dourados fez-se através de estratégias, tendo como mediador o CIMI: promoveu intercâmbio de idéias, convidando os índios para participar das Assembléias diocesanas e outros acontecimentos, como Romarias da Terra e Grito dos Excluídos. “Procurar estabelecer uma relação direta, seria a melhor forma para as pessoas se darem conta dos preconceitos”, afirmou Antônio Brand.

Diante desse quadro, o CIMI manteve presença constante nas áreas, com visitas às aldeias, tendo como uma das prioridades instrumentalizar as organizações e lideranças Guarani com informações e conhecimentos necessários para análise da realidade em que vivem, possibilitando-lhes condições para que encontrem o próprio caminho para sua autonomia.

No Mato Grosso do Sul existem organizações indígenas formadas por etnias, como o Comitê Terena e o Aty Guasu Guarani. Como o nosso objeto de trabalho é a Diocese de Dourados, é a organização Aty Guasu que analisaremos. Em português, “Aty Guasu” quer dizer: reunião grande/ assembléia do povo Guarani (MANGOLIM, 1993, p. 87). O nome Aty Guasu começou a ser empregado em 1990, mas já é de longa data que as reuniões de lideranças e encontros de rezadores aconteciam. De acordo com Mangolim, “a partir desta data a FUNAI tem marcado presença nas reuniões, o que desmobilizou e desqualificou fortemente a organização” (1993, p.88). Segundo depoimento do assessor do CIMI, Maurício Souza Vilalba, a Funai “utilizava-se das lideranças, cooptando-as (sic) para se legitimar frente às comunidades, e a Funai já impediu diversas vezes que o Aty Guasu se realizasse” (VILALBA, 1996, mimeo.).

Frente a estes problemas e para que a organização não deixasse de funcionar, o CIMI trabalhou com visitas às lideranças para reanimá-los a continuarem nas organizações. Na luta pela Terra, o CIMI esteve presente na formação e informação; com assessoria técnica e apoio logístico para ocupações; apoio com alimentos e produtos para roças; visitas e articulações; encaminhamento de abaixo-assinados; viagens aos tribunais da Justiça Federal e pesquisa, como também, mapeamento das aldeias tradicionais perdidas. Enquanto resultados qualitativos, segundo relatório do CIMI de 1997, na região que

⁵⁵ Cf.: XXI Assembléia Diocesana de Pastoral, 1996; XXII Assembléia Diocesana de Pastoral, 1998; Conselho Indigenista Missionário. *O Regional MS no contexto dos 25 anos do CIMI*, 1997.

compreende a Diocese de Dourados havia 22 áreas ocupadas, sendo 8 homologadas, 7 demarcadas e 7 identificadas ou sem providência no momento⁵⁶. E nos resultados quantitativos ocorreu um aumento considerável das terras, mas criou-se um paradoxo, o aumento da terra não diminuiu a pressão sobre as áreas, pois constatou-se um aumento da violência, suicídios, fome, saída dos pais de família para as *changas* (trabalho fora da aldeia) e proliferação de seitas (CIMI, 1997, p. 57).

Na luta pela subsistência, o CIMI tem atuado mais no sentido de garantir aos indígenas o mínimo de condições para que permaneçam dentro das aldeias. Esse trabalho foi viabilizado por meio de projetos emergenciais. O acompanhamento a estes projetos dura até que a situação jurídica se resolva ou as comunidades tenham condições de se autoconduzirem. Um dos problemas nesse âmbito é a questão das *changas*, isto é, o trabalho do indígena temporário nas usinas de álcool e fazendas. O CIMI tem apoiado as iniciativas e vem discutindo critérios sobre agricultura alternativa ou qualquer outra iniciativa de desenvolvimento sustentável.

Na questão da educação, o CIMI tem dado apoio, colaboração e assessoria quando solicitado pelos índios. Segundo Mangolim, “a relação se dá através da presença dos missionários nas áreas, da assessoria solicitada pelos índios para momentos específicos da Aty Guassu” (1993, p. 92). Ainda nessa questão, o CIMI trabalha na capacitação e acompanhamento aos professores indígenas, o que está relacionado diretamente com os órgãos públicos. Trabalha ainda na divulgação de subsídios, promove palestras e seminários, tem participação na Semana Social Brasileira, em Romarias, nos Conselhos Municipais, e no Comitê de Defesa Popular, articula-se com outras organizações indígenas, inclusive de outros locais do País, com movimentos ambientalistas, imprensa, partidos políticos, poder legislativo, entre outros (CIMI, 1997, p. 58).

⁵⁶ Olívio MANGOLIM destaca o processo demarcatório de acordo com o Decreto 22 de 04/02/1991, que dispõe sobre as várias etapas. Primeiro a Identificação por parte do órgão indigenista oficial; segundo, a Delimitação, na qual o Ministério da Justiça declarará, mediante portaria, os limites da terra indígena; terceiro, a Demarcação, na qual o órgão fundiário federal procederá ao reassentamento de ocupantes não-índios; quarta etapa a Homologação, o processo é submetido ao presidente da República para homologação; e, por fim, a Regularização Fundiária, que estabelece que o órgão indigenista oficial promoverá o seu registro no Cartório de Imóveis da Comarca correspondente e no Departamento de Patrimônio da União (MANGOLIM, *Os Povos indígenas no Mato Grosso do Sul*, p. 62).

Durante a década de 90 havia uma ajuda de agências de Cooperação Internacional⁵⁷, para manter a remuneração da equipe e mais todos os projetos em andamento. Com relação a este aspecto, um dado da pesquisa chama atenção:

As agências contribuem, mas a necessidade e a demanda é muito maior do que a contribuição da cooperação internacional possibilita. Para trabalhar necessitamos de maior autonomia e agilidade. Do ponto de vista profissional não há remuneração condizente, com a função exigente (sic). Não se valoriza o profissional do CIMI formando-o, com exceção do curso básico. Não temos condições econômicas nem oportunidades oferecidas pelo CIMI ou pelas entidades de Cooperação para maior aperfeiçoamento ou crescimento profissional. Os únicos profissionais valorizados são os advogados e os ‘assessores’ (CIMI, 1997, p. 61).

As ajudas internacionais continuaram até 1999. A solução para os impasses, provenientes da falta de recursos, foi gradativamente o trabalho voluntário. Os recursos enviados pelo CIMI nacional eram destinados a garantir a infra-estrutura (carro, transporte e escritório) e projetos específicos das comunidades indígenas, como cursos, medicamentos etc. Diante desta situação, a proposta de descentralização dessa pastoral para as paróquias ganha fôlego, mas permanece (até o período em estudo) uma representação do CIMI como condutores e articuladores das diretrizes do organismo de âmbito regional e nacional com as comunidades indígenas.

Outras pastorais sociais que tiveram respaldo no episcopado de D. Alberto são as pastorais da Saúde e da Criança, que apesar de terem especificidades ímpares, trabalharam em conjunto desde meados da década de noventa. Não nos deteremos a abordar suas dimensões, porque a intenção não é abarcar todos os trabalhos desenvolvidos na Diocese, mas as consideradas polêmicas, CIMI e CPT. Porém, torna-se necessário evidenciá-las quando buscamos compreender a atuação da pastoral de conjunto que busca, através de ações místicas e espirituais, como Semanas Sociais, Grito dos Excluídos, Romarias da Terra, uma reflexão social e religiosa da real condição existencial dos indivíduos.

⁵⁷ A *Misereor* e a *Adveniat* são organizações alemãs, foram criadas logo após a Segunda Guerra Mundial para ajudar os pobres atingidos pela tragédia, aos poucos expandem-se e chegam ao Brasil por intermédio dos padres alemães que aqui trabalhavam nas missões. Delcio Monteiro de Lima destaca que: “A *Misereor*, na luta contra a fome e a doença, já transferiu para o Brasil, em 30 anos, cerca de 230 milhões de dólares, apoiando a execução de 7.080 projetos de promoção e desenvolvimento social. Essa ajuda corresponde a 9% do apoio financeiro prestado em todo o mundo e a 29% dos recursos empregados na América Latina” (LIMA, D. *Enquanto o diabo cochila*, p. 65).

Na busca desta afirmação de identidade, as pastorais sociais tiveram que rearticular e reafirmar certas ações diante do conjunto doutrinário da instituição. Assim buscaram através da mística e espiritualidade, da formação continuada e da própria mobilização nacional, condições para permanecer atuantes nos diversos segmentos institucionais, com ação representativa nos movimentos e nas assembleias diocesanas.

Diante de uma realidade de exclusão do homem dos meios sociais, causada pela fome, miséria, corrupção, criminalidade e o tráfico de drogas, muito frequente na região que compõe a Diocese, D. Alberto traz presente uma discussão que remete à questão da ética: “Ética trata da coerência da pessoa com a sua dignidade e do respeito à dignidade dos outros. Todos são chamados a respeitar o outro. Para o cristão, não basta respeitar o outro, é preciso ir além e imitar o Cristo”.

Tais conflitos na sociedade, oriundos de diversos fatores, fazem com que sem amedrontar-se, no episcopado de D. Alberto, a Diocese de Dourados passe a aderir ao clamor das *Semanas Sociais*, que tinham por objetivo ajudar o cidadão a descobrir o valor dos princípios éticos em sua vida. Na década de 90, a Igreja em âmbito nacional estrutura a Semana Social, ficando para cada Regional organizar e conclamar os fiéis a participar. Segundo D. Alberto: “As semanas sociais têm como objetivo ser um grande laboratório de idéias e possibilidades de projetos capazes de enfrentar os problemas sociais, econômicos e políticos do Brasil, e de superar a exclusão social, econômica e cultural, a nível nacional e regional” (ELO, set./1993, nº 155).

Com o intuito de abordar amplamente toda a base para uma discussão referente à situação complexa do País e de procurar caminhos cabíveis que possam levar à solução dos problemas que atingem a maior parte do povo, a Diocese de Dourados promoveu uma ampla discussão com a sociedade efetivadas nas *Semanas Sociais*.

Outro destaque de âmbito nacional, mas ganhando pouca atenção na diocese de Dourados, é o *Grito dos Excluídos*. É marcado para o dia 07 de setembro a data de manifestação, por ser um dia representativo para a Nação brasileira. Nesta data, retoma-se o tema da Campanha da Fraternidade do ano em curso. A data, já estrategicamente escolhida, serve para chamar a atenção, para a situação sócio-política-econômica que as pessoas enfrentam na sociedade, seja dos representantes políticos, seja especialmente da população. D. Alberto sugere outras datas, como destacou: “Como o dia 7 de setembro, devido às solenidades alusivas ao Dia da Pátria, é uma data imprópria para outras manifestações, sugere-se a escolha de uma data mais apropriada. Por isso, na cidade de

Dourados o *Grito dos Excluídos* vai acontecer no dia 06 de setembro às 18 horas” (ELO, set/1997, nº 198).

A argumentação do bispo para a realização do evento em outra data, encontrou resistência daqueles que realmente queriam manifestar a real situação para a sociedade. As pastorais sociais reagiram a esta sugestão, com argumentos de que se esvaziaria o sentido da manifestação: e chamar a atenção da sociedade para os fatos nefastos, como dívidas interna e externa, desemprego, violência, entre outros, é um dos objetivos do evento. Muito apropriado é o dia 7 de setembro por representar à Nação brasileira uma conquista, a “independência”. Promover uma reflexão nesta data como grito de alerta é mais que simplesmente manifestar-se, é inserir-se na conjuntura, ou pelo menos mostrar que esses milhões estão vivos e pretendem adentrar, conquistar seu espaço.

O fato de trocar a data do evento prende-se a uma posição ideológica, como se pode deduzir dos objetivos elencados por D. Alberto para este evento, o qual destaca:

O que se pretende com esta manifestação? Alertar em nível nacional e até internacional os governantes e responsáveis políticos sobre a situação intolerável em que se encontra uma grande parte do nosso povo. São os desempregados, os que passam fome, os que vivem na miséria. A política reinante que valoriza muito mais o dinheiro do que o homem é o principal causador desta situação. Progresso virou palavra mágica hoje. Mas o que adianta o melhor progresso se o mesmo é privilégio de uma minoria, enquanto a maioria do povo fica economicamente excluído, marginalizado?! (ELO, set./1997, nº 198).

A tendência é de apaziguar os conflitos, ou seja, estar em ambos os lados sem tomar partido. Percebemos no discurso que D. Alberto denuncia as injustiças, conclama a sociedade e em especial os membros da instituição católica a uma postura crítica. Mas suas ações, enquanto efetivo trabalho na prática, era centralizado em seu poder episcopal, como destaca uma liderança ligada aos trabalhos da CPT:

Em relação ao bispo D. Alberto é uma relação totalmente contrária, uma pessoa que controla, não exerceu a democracia, uma pessoa que tentou dirigir e dizer o que era melhor para os trabalhadores, o que a pastoral deveria fazer, a pastoral com anos de luta junto aos trabalhadores já deveria saber o que fazer. Os trabalhadores que deveria saber o que ser feito. E a partir de Dom Alberto ele é que queria definir o que deveria ser feito e eu acho que a prova que realmente é um bispo autoritário é o fato dele mesmo

ter acabado com a pastoral da terra na diocese, então eu acho isso prova (ROSALVO, entrevista).

Parece ser notório que as ações centralizadoras de D. Alberto representavam o pensamento da instituição neste período histórico, ou seja, a Igreja voltando-se mais para si mesma, centraliza na hierarquia institucional o poder de decisão. Segundo padre Adriano, liberado para as pastorais sociais no Regional, a CPT em 1999 foi descentralizada no âmbito diocesano de Dourados para as paróquias que possuem problemas com ocupações e assentamentos. Afirma o padre que a CPT como também o CIMI tiveram, a partir de meados da década de 90, uma contínua queda, por vários fatores, como o crescente individualismo, a competição acirrada e a falta de recursos, já analisadas anteriormente (ADRIANO, entrevista em 03/01/2003).

Outro espaço de atuação das Pastorais Sociais, após a reestruturação das diretrizes pastorais na diocese, são as *Romarias da Terra*. Promovidas a partir de 1993 na diocese de Dourados, representam a presença e atuação da CPT no conjunto das pastorais. Este movimento de rearticulação, frente ao cerceamento da pastoral em âmbito regional e nacional, demonstra uma adaptação, estratégias e novas maneiras de estar atuando nas questões sociais. A primeira Romaria da Terra na diocese aconteceu em 25 de julho de 93, em Novo Horizonte do Sul, com o tema: *Terra: Dom de Deus, semente de libertação*. A segunda aconteceu em Nova Andradina, em 31 de julho de 1994, com o tema: *Terra repartida – Vida Garantida*. A terceira foi realizada em Itaquiraí, em 23 de julho de 1995, com o tema: *Terra: nossa casa nossa mãe*. A quarta foi realizada em Ivinhema, em 03 de agosto de 1997, com o tema: *Agricultura: Alternativa Rumo ao ano 2000*. A quinta aconteceu em Fátima do Sul, em 26 de julho de 1998 cujo tema: *Terra, Mãe da Vida*. A sexta romaria diocesana e primeira binacional foi realizada em Ponta Porã com a presença da paróquia de Pedro Juan Caballero Paraguai, em 25 de julho de 1999, o tema era: *Terra, Pão: Necessidade de todos – Terra: bandeira de todos*.

Mas as temáticas que compreende os trabalhos pastorais desencadeados no episcopado de D. Alberto são entrelaçados pela questão da formação. A diocese promoveu uma formação continuada para agentes de pastoral, com atenção prioritária para Ministros Extraordinários da Eucaristia, Catequistas e Juventude. Destaca Dom Alberto: “As mudanças constantes devido às migrações, como também as que ocorrem no campo humano e ideológico, exigem um contínuo acompanhamento para lhes dar condições de enfrentar as novas situações criadas por essas mudanças” (ELO, junho/1992, nº 141). Para

tal chama atenção ao comprometimento das paróquias nas coletas, para que sejam melhor organizadas e maiores, por exemplo as Campanhas da Fraternidade. Isso para que a instituição possa investir em cursos de capacitação de lideranças. Insistentemente D. Alberto cobra a participação das Paróquias nos cursos e encontros para a formação dos agentes de pastoral (Carta Pastoral de 08/01/1991 e 20/06/1996).

Diante das mudanças rápidas no mundo, os meios de comunicação têm um papel fundamental na sociedade, por serem um elo entre o fato e o ouvinte, proporcionando, até mesmo, a construção e transformação de mentalidade. D. Alberto, sabendo que o grande desafio em atingir as comunidades, especialmente os jovens, é a comunicação, destaca: “investir na comunicação, assumindo, melhorando o que já temos nesse sentido, procurando formar pessoas que possam atuar nos Meios de Comunicação Social e também valorizar os que, através desses meios, prestam serviço à sociedade. Trabalhar na formação da consciência crítica de nosso povo, para que saiba discernir a verdade nos fatos apresentados e não continue deixando-se enganar tão facilmente” (ELO, agos./1992, nº 143).

Com relação à juventude, frente a um número expressivo de jovens que são crismados, aproximadamente 5 mil anualmente, não há uma permanência direta destes na Instituição, como por exemplo na Pastoral da Juventude. Diante da tendência da secularização na sociedade, os jovens, por facilidades propagadas pelos meios diversos do capital, adentram um mundo de competição, consumismo e contestação. Aqui explicitamente a Igreja Institucional, com seus quadros dogmáticos, afere-se pelas novas abordagens juvenis de liberdade, seja no prazer como também na oposição aos conceitos institucionais. Como quadro ilustrativo desse “conflito”, em carta pastoral, D. Alberto destaca:

Nos dias 8 a 10 de dezembro de 1995 realizou-se a Assembléia Diocesana da PJ. No início da Assembléia apresentei as minhas preocupações a respeito do andamento da PJ na nossa Diocese. Como se tratava de uma Assembléia eletiva coloquei também a minha opinião a respeito da escolha do novo coordenador (a) diocesano. Até o momento esta escolha foi sempre feita sem a participação do Bispo que, afinal, é o responsável último de toda ação pastoral. Por isso sugeri que esta Assembléia apresentasse 3 pessoas como candidatas a coordenador e o Bispo teria o direito de escolher entre os 3 apresentados o coordenador diocesano. Infelizmente a minha sugestão não foi acatada pela Assembléia, isto é, me foi apresentado somente um nome. Parece que a Assembléia queria obrigar

o Bispo a aceitar a sua indicação. Em consequência desta situação eu me sinto livre na escolha do coordenador” (Carta pastoral, 20/12/1995).

Esta situação tem mostrado que a Igreja centraliza as decisões no intuito de manter uma continuidade. Isso não quer dizer que a sociedade hodierna, e aqui enquadra-se o jovem nesse meio, não busque uma continuidade. Ambas buscam, mas valoram de forma diferente a mudança. Para as sociedades modernas, a inovação é a mola do desenvolvimento. Para as sociedades tradicionais, e aqui enquadra-se a Igreja, a continuidade do grupo está garantida pela permanência: de instituições, normas, crenças etc., especialmente para o caso do poder episcopal, cujo objetivo é conservar fielmente as tradições de origem, no caso citado de o bispo escolher o coordenador da PJ.

Buscando uma efetivação nesta representação da Igreja na dimensão da formação, parece ser no tripé família-comunicação-juventude que a diocese de Dourados direciona o trabalho pastoral. Destaca D. Alberto que:

O primeiro lugar onde essa comunicação cristã se dá é na Família, para que todos os seus componentes possam sentir-se amados e desenvolver-se como pessoas, sem se fecharem sobre si mesmos, mas na abertura ao mundo, dando sua contribuição à sociedade. Sem atingir a base, que é a Família, é praticamente impossível a transformação da sociedade. Por outro lado, se conseguirmos realizar esta comunicação que parte ‘de casa’, tem-se condição de concretizar a comunicação mais global (Carta pastoral de 20/06/1996).

O que percebemos diante desse quadro, entre os representantes das Pastorais Sociais e as ações desencadeadas pela maioria dos clérigos e bispo, é uma ação ambígua no enfoque pastoral. As resistências impostas para uma fundamentação e gerenciamento das Pastorais Sociais se fazem sentir em diversas lideranças que trabalhavam na articulação destas pastorais na diocese. Discursos direcionados por um viés conservador ganham espaço e dificultam o enraizamento nas comunidades de ações voltadas para o âmbito social. Uma liderança da pastoral da terra argumentou: “Alguém me disse que sou uma daquelas que revolta o povo, isto é chato, antes de chegar e fazer o trabalho, alguém faz a nossa cama, estamos queimados” (DIVA, ata PS., 1995, nº 05). Ainda se mantêm velhos conceitos de que falar em transformação social é coisa de “comunista”. D. Alberto complementou dizendo que: “Eu já disse isto em outras oportunidades, que a porta de

entrada nas paróquias é a Pastoral da Saúde, Crianças...porquê a CPT e CIMI é bandeira vermelha para alguns” (D. ALBERTO, Ata PS, 27/03/1995, nº 05).

É perceptível uma certa continuidade na instituição religiosa de modelos plausíveis. O propósito fundamental de toda discussão do ser Igreja numa realidade de conflitos, por ser carregada de pessoas desprovidas de terras e da exploração do índio, torna-se aleatório frente à enxurrada de novos movimentos que emergem na Igreja no findar da década de 90. A preocupação constante, ainda por alguns elementos que trabalham nessas pastorais, é de se levar à base a 6ª dimensão das Diretrizes Pastorais⁵⁸. Afirma o padre Edson: “A 6ª Dimensão é totalmente esquecida. É preciso que alguém tenha convicção, e ao mesmo tempo muito diplomacia”. A Irmã Olga complementa: “temos que se preocupar com a 6ª Dimensão, e o padre, que é o animador, deve apoiar” (Ir. OLGA, Ata PS., 27/01/1995, nº 05).

A contínua insistência por parte de alguns líderes de efetivar o trabalho pastoral no âmbito diocesano traz uma preocupação para a Cúria Diocesana. Manter equipes de trabalho é dispendioso para a Diocese, especialmente num momento em que não ocorrem contribuições necessárias para sustentação desses projetos. Diante dessa situação, D. Alberto insiste com os padres a respeito da necessidade de uma equipe por paróquia de Pastoral Social. Comenta D. Alberto: “É preciso voltar às origens, para o homem do campo. A Igreja da América Latina optou pelo pobre, então vamos fazer um trabalho a nível de paróquia ou de foranias” (D. ALBERTO, Ata PS., 27/03/1995, nº 05). Um dos pontos defendidos pelo bispo é o trabalho voluntário nas pastorais sociais, especialmente no que se refere à CPT e CIMI. Assim justifica-se a insistência dessa descentralização para as paróquias no que concerne à formação, acompanhamento e assistência aos grupos carentes.

Fica claro que, ao descentralizar o trabalho para as paróquias e comunidades, enquanto Comissão politizada na luta pela terra, a CPT perde estas dimensões, pois o

⁵⁸ A 6ª Dimensão da Evangelização é a Sociotransformadora. Segundo os documentos da CNBB : “A Igreja por estar presente no mundo(...) coloca-se a serviço da causa dos direitos e da promoção da pessoa humana, especialmente dos mais pobres, denunciando as injustiças e violências, para que possa surgir uma sociedade verdadeiramente justa e solidária (101). (...)A Igreja como um todo(...) vai tomando consciência da missão que lhe cabe de contribuir para a transformação da sociedade. (102) Essa dimensão na Igreja do Brasil desenvolve-se sobretudo, em três áreas de capital importância para a presença do Evangelho na sociedade: nas áreas da educação, da comunicação social e da pastoral social. Na atuação dessa dimensão, a comunidade cristã situa-se e age profeticamente em áreas de fronteira do mundo das comunicações sociais, da educação formal e informal, e sobretudo, no amplo espectro da realidade social do país.”(104) (CNBB, *Diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil*, 1991-1994, p. 54-55).

direcionamento passa a ser controlado por diferentes olhares, mesmo seguindo as diretrizes instituídas na Pastoral de Conjunto. O mesmo vale para o trabalho com as comunidades indígenas. Diferentes maneiras e estratégias são utilizadas para com o trabalho de remanescentes indígenas. Assim sugere padre Adriano: “O CIMI deve fazer uma visita às paróquias e ver quem está trabalhando com os índios” (Pe. ADRIANO, Ata PS., 27/03/1995, nº 05). Percebem-se claramente diferentes olhares e interpretações na própria equipe representativa das pastorais sociais. Isso promoveu um embate de idéias entre o grupo que defendia uma equipe diocesana e o grupo que apoiava o bispo. Havia uma nítida separação de pensamento de como agir pastoralmente. Seguir as diretrizes da CPT e CIMI de âmbito nacional, portanto com equipes preparadas para acompanhar o trabalho nas bases, era o que pensavam alguns agentes das pastorais, como Pe. Adriano, Rosalvo, entre outros. Ou, como propunha D. Alberto, transformar a CPT em Pastoral da Terra e o CIMI em Pastoral Indígena, assim, conforme a realidade e necessidades locais, haveria pastorais responsáveis pelo trabalho.

Cria-se um paradoxo, pois D. Alberto propõe uma homogeneidade de trabalho na diocese e, conforme o relatório quinquenal de 1995-99, os sacerdotes que trabalham na diocese são 61 religiosos para 13 diocesanos, o que justificava uma troca constante de padres nas paróquias, isto podia representar novas maneiras de trabalho, mas, como já vimos, D. Alberto já se precaveu, criando os CPP. Diante de um quadro, no qual o bispo se preocupava com a manutenção da unidade pastoral, os agentes fortificam-se em lutar por equipes diocesanas, no sentido de orientar e promover a evangelização ligada estritamente às lutas sociais. Mas o que predominou realmente na diocese foi a tendência que se vinha implantando em âmbito internacional, ou seja, uma Igreja mais voltada para si mesma, predominando a reparoquialização e o clericalismo.

Outro ponto importante nesta análise de implementação de projetos e ações pastorais nas bases é a mística⁵⁹. D. Alberto alerta “que todo trabalho da pastoral social precisa de uma interiorização, sair da miopia (sic), sem ideal, cansados, desanimados” (CPD, 27/03/2001). A Igreja diocesana, através do Conselho de Pastoral Diocesano, propõe um “Olhar de Esperança”, que se concretiza nas pequenas comunidades, tendo como objetivos renovar a identidade da formação da Igreja, resgatar a partilha, a oração, a

⁵⁹ Referente à mística, Leonardo Boff destaca que “é uma dimensão da vida humana à qual todos têm acesso quando descem a um nível mais profundo de si mesmos; quando captam o outro lado das coisas e quando se sensibilizam diante do outro e da grandiosidade, complexidade e harmonia do Universo” (BOFF, L., *Mística e Espiritualidade*, p. 17).

comunhão fraterna e a unidade. Ainda de acordo com o relatório do CPD, “o trabalho com a massa é importante, mas para um momento. O que realmente é duradouro é a formação de pequenas comunidades.”

Há que salientar que estas “pequenas comunidades”, que os relatórios do Conselho de Pastoral Diocesano realçam, não se referem às Comunidades Eclesiais de Base, politizadas e voltadas para o social, portanto para a massa. As pequenas comunidades têm a marca da espiritualidade, dedica-se à interiorização, estão voltadas primordialmente para o projeto da Nova Evangelização, já salientado nas páginas precedentes.

Nesta busca de sentido para sua existência, o ser humano constrói caminhos, burla regras, busca estratégias para edificar o sentido axiológico de ser ator num determinado espaço. Segundo Leonardo Boff: “As idéias por si mesmas não mudam a realidade concreta. Nem a história se faz por si mesma. A história é conservada, reformada ou transformada na medida em que existam atores sociais empenhados em mantê-las como místicas que galvanizam os movimentos sociais” (1994, p.26).

Ao findar o século XX, novos conceitos sobrepõem-se na sociedade. Digamos que antigos paradigmas voltam à cena, como já elucidamos neste trabalho, a Igreja perde o dinamismo e a centralidade de articuladora e promotora de um mundo viável para todos. Ficando na base do discurso profícuo, na qual são elencados modelos de sociedade, mas sem envolvimento eficaz para a construção destes.

Com certeza o empenho da Igreja Institucional faz-se representar tanto pelas Pastorais como pelos Movimentos na Diocese. É mister detectar que a tendência da Igreja no início do século XXI é fundamentar e congregar a Nova Evangelização. Como destaca Santo Domingo, “nova em seu ardor, em seus métodos e em sua expressão” (SD. 28). Na Diocese de Dourados, há um esforço em efetivar este projeto com as realizações das “Missões Populares” nas Paróquias, com o intuito de atingir todos os católicos que, embora tendo recebido os Sacramentos de Iniciação, nunca aprenderam em profundidade, viver segundo o Evangelho (D. ALBERTO, carta pastoral, 1999).

Cabe ressaltar que a Pastoral Social detectada na Diocese de Dourados no findar do mandato de D. Alberto se diferencia das pastorais sociais dos anos anteriores: CIMI e CPT com seus trabalhos politizados e efervescentes às causas sociais. Não que não existam mais estas pastorais, existem, mas com uma atuação mais moderada, com assistência e acompanhamento sem envolvimento na causa.

É comum ouvirmos que os movimentos sociais e as pastorais sociais estão em crise, que há uma apatia junto a grupos sociais até então organizados, que a descrença e a desmobilização predominam, que a era da luta pela participação das pessoas em movimentos, organizações, pastorais sociais, acabou. A moda seria a da privacidade, do individualismo. O coletivo, como solução para problemas que afligem as pessoas, estaria em descrédito.

As CEBs continuam, não com o vigor dos anos de 70 e 80, mas com perspectivas de estar na instituição e ser o diferente. O Novo Modo de Ser Igreja, projeto no qual as CEBs foram articuladas e implantadas não teve o respaldo desejado por seus articuladores, mas continuam, talvez com uma nova roupagem, camufladas, esperando o momento para aparecer e colocar-se. Essa crise, na qual se congregavam-se a CPT e o CIMI, se avolumou porque as lideranças e o clero latino-americano passou a receber, tanto de Roma como do mercado mundial, pressões diante da opção que vinha tendo com as causas sociais, especialmente no campo da Terra, do Índio e com as causas Operárias. Vimos que na década de 90 a ala progressista da Igreja retrocedeu. A evangelização retomou progressivamente o lugar da política nas comunidades e movimentos sociais.

Parece lugar comum separar coisas sagradas das profanas. Aquilo que é aspecto estritamente religioso, salvação das almas ou ao espiritual, cabe à Igreja; e tudo aquilo que mexe com o político ou econômico, às forças do Estado. Esse também era o princípio das décadas passadas, mas havia indicadores favoráveis à opção e envolvimento da Igreja institucional nestas áreas.

A Igreja, por estar envolvida com todas as dimensões da sociedade, recebe influências dos comportamentos e das aspirações dos sujeitos envolvidos. A globalização, com seus jargões de individualidade e competição acirrada, promoveu tal processo na Igreja, vindo a manter em seus quadros episcopais nomes aceitáveis à política vigente.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tratarmos das práticas religiosas propostas pelas Pastorais Sociais, em que abordamos a atuação do CIMI e da CPT, compreendemos que foi a partir dos anos 60, em especial com o pontífice João XXIII, que se revigorou na Igreja uma nova postura institucional, com a adesão e estruturação de uma “Igreja Popular”. O Concílio Vaticano II propiciou uma grande movimentação de idéias, tendências pastorais e teológicas e promoveu na América Latina, com a II Conferência Episcopal de Medellín, uma Igreja que procurava inserir-se na realidade do povo, representada pelas Comunidades Eclesiais de Base e inspirada pelas idéias da Teologia da Libertação. Tudo isso motivou D. Teodoro a criar as pastorais sociais, dentre elas o CIMI e a CPT na diocese, como meios de efetivar as diretrizes instituídas. Estritamente dogmático nas concepções religiosas, fazia-se representar profundo conhecedor da realidade regional, pois trabalhou nessas “terras de missões”, desde o ano de 1952. Essas pastorais tiveram uma participação significativa no resgate da soberania de camponeses e indígenas, que foram reprimidos pelo crescimento do latifúndio na região e pela ocupação das terras indígenas.

A concepção de uma pastoral politizada e fortemente marcada pela resistência ao regime Militar norteou os trabalhos da Comissão Pastoral da Terra e do Conselho Indigenista Missionário, tanto no âmbito nacional como na diocese de Dourados. Durante as décadas em que a sociedade foi controlada pelos militares, a Igreja diocesana, com suas pastorais sociais, propiciou resistências ao jugo do poder, com organizações e mobilizações tanto no aspecto sociopolítico como no religioso.

O apelo à participação política visava mobilizar e organizar a sociedade civil frente a um Estado autoritário, repressor e excludente. Percebeu-se, portanto, com o episcopado de D. Teodoro, um crescimento significativo de uma Igreja Popular com adesão aos problemas que afligiam a diocese, em especial à questão da terra, com atuação da CPT e com a questão indígena, com atuação do CIMI.

A autocompreensão da Igreja neste período histórico, deflagrada pela propagação das Comunidades Eclesiais de Base e pela ação politizada, garantiu ao bispo D. Teodardo resistências tanto por grupos econômicos e políticos propagados pela mídia, como também por membros da própria Igreja que se diferenciavam quanto ao modo de pensar e agir na pastoral.

É provável que a opção de D. Teodardo de envolver-se diretamente se deu porque não podia omitir-se diante dos problemas sociais da diocese e, também, por uma iniciativa humanista, em salvaguardar os Direitos Humanos em momentos de conflitos.

No segundo momento, colocamos nossa hipótese de que os termos estruturais das diretrizes são vinculados a um conjunto maior de normas, em que se estabelece uma formação unitária, propagando uma homogeneidade nas diversas manifestações religiosas tanto de pastorais quanto de movimentos.

A redemocratização, com o fim da ditadura militar e com o processo do pluripartidarismo, promoveu uma ampliação dos espaços democráticos. Esses fatos dispensaram o papel intermediador assumido pela Igreja, pelo trabalho das CEBs. Colaborou, também, um nítido desgaste das Pastorais Sociais devido ao crescente conservadorismo nos âmbitos mais elevados da Igreja Católica, sob pressão do Vaticano. A *Nova Evangelização*, proposta pelo pontífice João Paulo II, se propaga incomensurável entre os bispos e paróquias, vigorando o processo de restauração promovido pelas diretrizes conservadoras, redefinindo o papel das Pastorais Sociais e rearticulando a atuação do leigo e sua inserção na política, proporcionando a desarticulação da CPT e CIMI. Vimos que esse processo aconteceu em meados da década de 80, quando D. Teodardo promove o Sínodo Diocesano, reestruturando as diretrizes pastorais, enquadrando-se no conjunto das demais dimensões da Igreja, regional, nacional e internacional.

Percebemos que o Sínodo reestruturou o papel do leigo, redimensionando os trabalhos pastorais. A atuação da Comissão Pastoral da Terra e do Conselho Indigenista Missionário ficou restrita, numa abrangência secularizada.

Num terceiro momento, visualizamos na gestão de D. Alberto uma continuidade ao projeto de seu antecessor, no que se refere ao cumprimento das diretrizes institucionais, resguardadas e compiladas no Diretório Pastoral, mas também uma ruptura quanto ao

trabalho da Comissão Pastoral da Terra e do Conselho Indigenista Missionário. Ficam elucidadas nas várias reuniões da pastoral social as determinantes nas escolhas de líderes e até mesmo nos objetivos que nortearam as conduções desses trabalhos. Com tendência conservadora, desestruturou atividades pastorais desencadeadas pela CPT, que continua juntamente com o CIMI atuando mais no âmbito de pastorais de evangelização do que propriamente na luta pela terra e subsistência.

Este estudo não é conclusivo, não procura ser totalizante, pois há muitos olhares e muitas vozes que, de uma forma ou outra, traduzem novas interpretações e questionamentos sobre o fato histórico. Numa realidade heterogênea, traduzida nas multinacionalidades, no multilingüismo, na multietnicidade e, por ser uma região fronteiriça, proporciona sempre e novos objetos de estudo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

5.1. Documentos diversos citados

CADERNOS CERIS. *Pentecostalismo, Renovação Carismática Católica e Comunidades Eclesiais de Base*. Org. pela CNBB. Rio de Janeiro : Loyola, ano I – n. 2, Outubro de 2001.

CARTILHAS de Pastoral Social – CNBB. *O que é Pastoral Social?* São Paulo : Loyola, 2001. 74p.

CELAM. Medellín: Conclusões – II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano de Medellín – A Igreja na Atual Transformação da América Latina. Petrópolis : Vozes, 1969.

CELAM. Puebla: Conclusões - III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano de Puebla – Evangelização no Presente e no Futuro da América Latina. São Paulo : Paulinas, 1979.

CELAM. Santo Domingo: Conclusões – IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (12-28 de outubro de 1992): Nova Evangelização, Promoção Humana e Cultura Cristã – Jesus Cristo Ontem, Hoje e Sempre. São Paulo : Loyola, 1992.

CIMI. O Regional MS no contexto dos 25 anos do CIMI. *Relatório dos 25 anos*, s.n., 62p.

CNBB. *Diretrizes para o Diaconado Permanente*. 1992.

CNBB. Diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil. *Documentos da CNBB, 1991 – 1994*. n.º 45, 1991, 121p.

CNBB. Diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil. *Documentos da CNBB, 1987 – 1990*. N.º 38, 1987, 126p.

_____. *Comunidades eclesiais de base no Brasil*. n.º 23. São Paulo : Paulinas, 1981.

_____. *Pastoral familiar no Brasil*. n.º 65. São Paulo : Paulinas, 1993.

_____. *Leigos e participação na Igreja*. Estudos n.º 45. São Paulo: Paulinas, 1986. 157p.

_____. *Pastoral da Terra*. Estudos n.º 11. São Paulo : Paulinas, 1976. 137p.

CÓDIGO de Direito Canônico, promulgado por João Paulo II, papa. Trad. Oficial: CNBB. Notas e comentários: Jesús S. Hortal, sj. São Paulo : Loyola, 1993.

CPD. Conselho de Pastoral Diocesano. *Ata de 24/05/1995*.

CPT. Um pouco da história da CPT. *Relatório da CPT*. Glória de Dourados MS, 1980 (mimeografado).

DIOCESE de Dourados 25 anos 1957 – 1982. Dourados: s. n., 1982. 143p.

DIRETÓRIO Pastoral da Diocese de Dourados. 1990.

ENCÍCLICA. *Populorum Progressio*. São Paulo : Paulinas, 12. ed. 1990.

ENCÍCLICAS de João Paulo II (1978 -) . *Documentos da Igreja*. Org. por Lourenço Costa. São Paulo : Paulus, 1997.

ESTUDOS DA CNBB. *Leigos e participação na igreja*. n.º45. São Paulo : Paulinas, 1986.

JOÃO XXIII, Papa. Mater et Magistra. In: *Documentos da Igreja*. São Paulo : Paulus, 1999.

_____. Pacem in Terris. In: *Documentos da Igreja*. São Paulo : Paulus, 1999.

JOÃO PAULO II, Exortação Apostólica “*Familiaris Consortio*”, de 22 de novembro de 1981.

JOÃO PAULO II. *Palavra do Santo Padre no Brasil*. São Paulo : Paulinas, 1991.

RELATÓRIO, Quinquenal, 1990 – 1994. p. 26 (ADD).

RELATÓRIO, Quinquenal, 1995 – 1999. p. 28 (ADD).

VATICANO II, Compêndio. Org. por. Frei Frederico Vier. Petrópolis : Vozes, 1968. 743p.

5.2. Artigos/Relatórios/Atas.

ADRIANO, padre. Ata da Pastoral Social, nº 05, 27/03/1995.

ANRADE, William César de. CEBs – A Leitura bíblica popular durante o regime militar. *Memória e Caminhada*, Brasília : UCB, n.1, p.13-20, dez.2001.

ASSEMBLÉIA Legislativa. *Cartilha do Conflito de Ivinhema*, s.n., 1984, 28p.

ASSIS, D. Raumundo Damasceno. Responsabilidade na transformação social. *Revista Família Cristã*, São Paulo, p. 19, jun. 2001.

BENEDETTI, Luiz Roberto. O “Novo Clero”: Arcaico ou Moderno. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Fasc. 233. p. 88-126, mar. 1999.

BOFF, Clodovis. *Revista CEOC*, s.n., p. 25, 1989.

BRAND, Antônio. Relatório referente a realidade indígena no MS, 1979, mimeo.

CARTA aos leigos da diocese de Dourados. *ELO – boletim informativo da diocese de Dourados*. n.º 90, nov. 1987.

CARTA do Movimento dos Sem Terras : área Santa Idalina. *O Progresso*, Dourados, p. 04, 5 maio 1984.

CARTA Repúdio. Dos acampados da Vila São Pedro às acusações contra D. Teodardo. 02/06/1984. (CPT).

CARVALHO, Ieda M. O CIMI e sua assessoria aos movimentos indígenas. *Tellus*, Campo Grande : UCDB, n. 2, p. 137-151, abr. 2002.

CEBs, Pequeno histórico. *ELO – Boletim informativo da diocese de Dourados*, s.n., dez. 1982.

CIMI. *Avaliação e planejamento de atividades*. 1990. Mimeo.

CIMI. *Avaliação Geral do trabalho da Equipe de Dourados*. 1989. Mimeo.

CIMI. *Breve informe sobre o início do regional CIMI/MS*. Brasília, 1990. Mimeo.

CIMI. *Origens e caracterização inicial da experiência*. 1976 – 1988. Mimeo.

CIMI. *Relatório do encontro de agentes junto a comunidades Guarani*. 1986. Mimeo.

CPT. Relatório das atividades, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999. mimeo.

CPT. Relatório Interno, 1990, mimeo.

CPT. *Situação Fundiária do MS – Região grande Dourados*, 1987 (mimeografado) (CPT).

D. ALBERTO. A palavra do pastor, *ELO*, n.º 147, dez. 1992.

_____. *ELO*, n.º 141, jun. 1992.

_____. *ELO*, n.º 143, agos. 1992.

_____. *ELO*, n.º 150, abr. 1993.

_____. *ELO*, n.º 155, set. 1993.

_____. *ELO*, n.º 196, jul. 1997.

_____. *ELO*, n.º 198, set. 1997.

D. ALBERTO. Ata da Pastoral Social, n.º 05, 27/03/1995.

D. ALBERTO. Carta aberta à população do Mato Grosso do Sul e aos deputados da Assembleia Legislativa. 09/nov./1991. (ADD).

D. ALBERTO. Carta Pastoral, nov.1999. (ADD).

D. TEODARDO. O Problema da Terra no extremo sul de Mato Grosso do Sul. *ELO*, agost./1979, n.º 36).

D. TEODARDO. *Advogado da Pastoral da Terra assassinado*, (texto mimeografado) (ADD).

D. TEODARDO. Carta Pastoral de Esclarecimento. 18 maio. 1984. (ADD).

D. TEODARDO. *Circular 04/84*. Dourados, 12 jul. 1984. (ADD).

D. TEODARDO. Desfecho vitorioso na luta dos “Sem Terra”. Relatório. (ADD).

D. TEODARDO. O Caso Santa Idalina. *ELO*, n.º 64, jun. 1984.

D. TEODARDO. Palavra do pastor. *ELO*, n.º 70, maio/junho. 1985.

D. TEODARDO. *Pastoral da Terra*. Carta às paróquias. Dourados, 13 jun. 1981. (ADD).

D. TEODARDO. Pastoral Social. *ELO*, n.º 74, mar/abril. 1986, p. 01-02.

D. TEODARDO. As Pastorais Sociais. *ELO*, n.º 73, Jan/fev. 1986, p. 01-02.

D. TEODARDO. Carta ao povo diocesano de Dourados, Friburgo-Alemanha. *ELO – Boletim informativo da diocese de Dourados*, n.º 87, agos. 1987.

D. TEODARDO. Promulgação das decisões do Sínodo Diocesano. *ELO – Boletim informativo da diocese de Dourados*, s.n., 1990. (ADD).

DIVA, religiosa. Ata da Pastoral Social, n.º 05, 27/03/1995.

DOMÉZI, Maria Cecília. A Comunhão na diversidade de Ministérios na Igreja. *Memória e Caminhada*, Brasília : UCB, n.º 2, p. 32, abr. 2002.

EDITORIAL. A Teologia da Libertação – Desvio total do Cristianismo. *O Progresso*, Dourados, p. 07, 07 agosto. 1984.

EDWAR José. A força do Senhor. *Veja*, São Paulo, p.88-95, edição 1758, 3 jun. 2002.

FERNANDES, Rubem. Censo Institucional Evangélico. *Cadernos CERIS*, Rio de Janeiro : Loyola, 2001, p. 12.

HOMENAGEM dos acampados a D. Teodardo, *O Progresso*. 28/06/19984.

INCRA. Projetos de Assentamento no Estado de MS. *Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul*, s.n., 2001. (mimeografado) (CPT).

JOÃO PAULO II, Papa. Uno más uno. In: Enrique D. DUSSEL. *Caminhos de Libertação Latino-Americana*. São Paulo : Paulinas, 1985, p. 125.

LEÃO XIII. Encíclica Rerum Novarum, 15 maio 1891. In: Nestor A. ECKERT. *Pensamento Social da Igreja* (mimeografado).

MANOEL, Ivan A. A esquerdização do catolicismo brasileiro (1960-1980): notas prévias para uma pesquisa. *Estudos de História. Religiões e Religiosidades*. Franca : Unesp, v.7, n.1, p.135-148, 2000.

_____. *Ecos do Passado, Catolicismo e Política. Perspectivas*. São Paulo : UFSCar, n. 6, p. 49-56, 1983.

MARCHI, Euclides. A Igreja do Brasil e o plano de emergência – 1952/1962. *Humanas*, Florianópolis : EDUPSC, n. 30, p. 81-108, outubro de 2001.

MARIN, Jérri Roberto. História e historiografia da romanização : reflexões provisórias. *Humanas*, Florianópolis : EDUPSC, n. 30, p. 149-169, outubro de 2001.

MONTEIRO, Pe. Eymard. Diversas tendências da teologia da libertação. *O Progresso*, Dourados, p. 05, 08 jun. 1984.

MORAES, Ayres. Teologia da Salvação. *O Progresso*, Dourados, p. 04, 12 out. 1984.

MANOSSO, Ir. Olga. Ata da Pastoral Social, nº 05, 27/03/1995.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. Perfil social e político das lideranças de CEBs no Brasil. *Memória e Caminhada*, Brasília : UCB, n.1, p. 4-13, dez. 2001.

PARLAMENTARES. Extremo sul de Mato Grosso do Sul: Violência, corrupção e milhares de pessoas sem terra. *O Progresso*, 24/07/1979.

POSSEIROS resistem ao frio, e afirmam : “só temos a força dos braços para o trabalho”. *O Progresso*, Dourados, p. 02-03, 28 jun. 1984.

REGINA, Jesus Eurico Miranda, e outros. *Lutas dos Trabalhadores Rurais em Mato Grosso do Sul (1978-1992) : A participação da CPT*. Campo Grande : UFMS, 1994.

RELATÓRIO da 13ª Assembléia diocesana de pastoral. *ELO – Boletim informativo da diocese de Dourados*. N.º 49, março. 1982.

RELATÓRIO da 21ª Assembléia diocesana de pastoral, mimeo. 03/05/1996.

RELATÓRIO da 22ª Assembléia diocesana de pastoral, mimeo. 12 a 14/06/1998.

RELATÓRIO da 23ª Assembléia diocesana de pastoral, mimeo. 03 a 05/12/1999.

SANTA SÉ. *Congragatio pro Episcopis*, Roma, Prot. n.º 524/85, 17 dez. 1986. (ADD).

SÍNODO decisões. 2ª Sessão. *ELO extraordinário*, n.º 95. (ADD).

SÍNODO relatório. *ELO*, abril/1988, n.º 95).

SÍNODO resoluções da terceira sessão. Dourados, nov. 1988. (ADD).

SÍNODO. *ELO – Boletim informativo da Diocese de Dourados*, n.º 89, out. 1987

TETILA, Zonir Freitas. *Síntese da 1ª Semana Social Brasileira na Diocese de Dourados*, 1977 (ADD).

TRAD, Nelson. Resposta à D. Teodardo. *O Progresso*, Dourados, p. 05, 30 maio 1984.

VILALBA, Maurício S. Depoimento/ CIMI. Mímeo.

5.3. Fontes orais

ENTREVISTA D. Alberto Först (fita cassete). Produção: Giovani Luiz Romani. Dourados, 2002. 70mim (aprox.).

ENTREVISTA Padre Edson N. Lima (fita cassete). Produção: Giovani Luiz Romani. Dourados, 2002. 70mim (aprox.).

ENTREVISTA Padre Adriano Van Ven (fita cassete). Produção: Giovani Luiz Romani. Vila São Pedro, 2002. 90mim (aprox.).

ENTREVISTA Maria Lurdes Mero Gonçalves (fita cassete). Produção: Giovani Luiz Romani. Dourados, 2001. 90 mim (aprox.).

ENTREVISTA Irmã Olga (mimeografado). Produção: Meire Adriana da Silva. Dourados, 1999.(Igreja Católica: Família e Terra).

ENTREVISTA Rosalvo (mimeografado). Produção; Meire Adriana da Silva, Dourados, 1999. (Igreja Católica: Família e Terra).

ENTREVISTA Antônio Brand (fita cassete). Produção: Giovani Luiz Romani. Campo Grande, 2003. 90 mim. (aprox.).

5.4. Bibliografia e fontes de caráter bibliográfico

ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo : Brasiliense, 1979. 268p.

ALVES, Rubem. *O que é religião?* São Paulo : Loyola, 1999. 126p.

ANTONIAZZI, Alberto. Estrutura de participação nas Igrejas locais. BISPOS para a esperança do mundo. Org. por Márcio Fabri dos Anjos. São Paulo : Paulinas, 2000. p. 195-236.

AZZI, Riolando. *O Altar unido ao trono : um projeto conservador*. São Paulo : Paulinas, 1992. 195p.

BARAGLIA, Mariano. *O Poder na Igreja e as Comunidades Eclesiais de Base*. São Paulo, 1991. 438p. Tese (Doutorado em Sociologia) – FFLCH/USP.

BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil : De João XXIII a João Paulo II de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis : Vozes, 1996. 341p.

BERGER, Peter L. *O Dossel Sagrado*. São Paulo : Paulus, 1985. 194p.

BETIATO, Mário Antônio. *Da Ação Católica à pastoral de Juventude*. Petrópolis : Vozes, 1985. 122p.

BETTO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. São Paulo : Brasiliense, 1985. 115p.

BETTO, Frei., BOFF, Leonardo. *Mística e Espiritualidade*. Rio de Janeiro : Rocco, 1994. 161p.

BITTAR, Marisa. *Mato grosso do Sul: do Estado sonhado ao Estado construído (1892-1997)*. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

BOFF, Leonardo. *O Caminhar da Igreja com os Oprimidos*. Petrópolis : Vozes, 1988. 351p.

_____. *Igreja Carisma e Poder*. São Paulo : Ática, 1994. 367p.

_____. *Modelos de Teologia – Modelos de Igreja*. Porto Alegre : IPJ, 1988. 27p.

BORAN, Jorge. *O Senso Crítico e o Método Ver-Julgar-Agir*. São Paulo : Loyola, 1987. 188p.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das trocas lingüísticas*. Trad. Sérgio Miceli. São Paulo : Edusp, 1998. 188p.

_____. *O Poder simbólico*. Trad. de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1989. 314p.

_____. *A Economia das trocas simbólicas*. Trad. Sérgio Miceli. São Paulo : Perspectiva, 1974. 361p.

BUCKER, Bárbara Pataro. *O Feminino da Igreja e o Conflito*. Petrópolis : Vozes, 1996. 379p.

BURDICK, John. *Procurando Deus no Brasil*. Trad. Renato Luiz D. Machado. Rio de Janeiro : Mauad, 1998. 215.

CATÃO, Francisco. *Santo Domingo : Significação e silêncios*. São Paulo : Paulinas, 1993. 101p.

CERTAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad. de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro : Zahar, 1980. 345p.

_____. *A invenção do Cotidiano : 1 artes de fazer*. 6ª ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis : Vozes, 2001. 351p.

CHARTIER, Roger. *A história cultural : entre práticas e representações*. Trad. de Maria M. Galhardo. Rio de Janeiro : Bertrand do Brasil, 1988.

CIFUENTES, Rafael Llano. *Relações entre a Igreja e o Estado*. Rio de Janeiro : José Olympio Editora, 1989. 371p.

COMBLIN, José. *Um novo amanhecer da Igreja?* Petrópolis : Vozes, 2002. 75p.

DAVID, Solange Ramos de Andrade. *O Catolicismo Popular na Revista Eclesiástica Brasileira (1963 –1980)*. Assis, 2000. 422p. Tese (Doutorado em História) – FCL/UNESP.

DUSSEL, Enrique D. *Caminhos de Libertação Latino-Americana*. Trad. José Carlos Barcellos e Hugo Toschi. São Paulo : Paulinas, 1984. 150p.

ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano*. Trad. Rogério Fernandes. Lisboa : Edição Livros do Brasil, 235p.

ENSINO SOCIAL DA IGREJA E A GLOBALIZAÇÃO. Org. por Cecília Osowski e José L. Bica de Mélo. São Leopoldo : Ed. Unisinos, 2002. 133p.

FABRINI, João Edmilson. *A posse da Terra e o sem terra no sul de Mato Grosso do Sul*. Corumbá : Ed. Agb, 1996. 174p.

FARIAS, Damião Duque de. *Crise e Renovação Católica na Cidade de São paulo: Impasses do progressismo e permanências do conservadorismo (1945-1975)*. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em História) – FFLCH/USP.

_____. *Em Defesa da Ordem*. São Paulo : Hucitec, 1998. 267p.

FISCHER-WOLLPERT, Rudolf. *Os papas : de Pedro a João Paulo II*. Petrópolis: Vozes, 1998. 381p.

FLORISTÁN, Casiano. A Escolha dos Bispos. In: BISPOS para a Esperança do Mundo. Org. Márcio Fabri dos Anjos. São Paulo : Paulinas, 2000. P.257-271.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. Lígia M. Pondé Vassallo. Rio de Janeiro : Graal, 1979. 295p.

FORTE, Bruno. *A Igreja Ícone da Trindade : Breve Eclesiologia*. São Paulo : Loyola, 1987. 75p.

GALETTI, Lilian. S. G. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. São Paulo, 2000. 520p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

GINZBURG, Carlo. *Mitos Emblemas Sinais*. 4ª ed. Trad. Federico Carotti. São Paulo : Companhia das Letras, 2001. 281p.

GIROTTO, Renata Lourenço. *Conselho Indigenista Missionário – A equipe de Dourados e a ação não governamental na educação escolar indígena*. Dourados, 1998. 69p. Monografia (Especialização em História do Brasil) – UFMS/Dourados.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e Educação*. São Paulo : Cortez, 1994. 117p.

GRESSLER, Lori Alice; SWENSSON, Lauro Joppert. *Aspectos Históricos do povoamento e da Colonização do Estado de Mato Grosso do Sul : Destaque especial ao município de Dourados*. São Paulo : Câmara Brasileira do Livro, 1988. 163p.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 5ª ed. Rio de Janeiro : DP&A, 2001. 102p.

HEHL, Medard. *A Igreja : uma ecclesiologia católica*. Trad. João Rezende Costa. São Paulo : Loyola, 1997. 415p.

HORTAL, Jesús. *O Código de direito canônico e o ecumenismo*. São Paulo : Loyola, 1990. 105.

HOUTART, François. *Sociologia da Religião*. Trad. de Mustafa Yasbek. São Paulo: Ática, 1994. 143p.

ISAIA, Artur Cesar. *Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre : EDIPUCRS, 1998. 225p.

JOANONI NETO, Vitale. *Estudo sobre a Comunidade Católica da Imaculada Conceição : uma experiência de organização popular em Bauru*. Franca, 1996. 146p. Dissertação (Mestrado em História) – FHDSS/UNESP.

KNOB, Pedro, Frei. *A Missão Franciscana do Mato Grosso*. São Paulo : Loyola, 1988. 442p.

LE GOFF, Jacques. *A história nova*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo : Martins Fontes, 1993. 318p.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. Campinas : Papyrus, 1989. 213p.

LEPARGNEUR, Hubert. *Os leigos na Igreja particular*. Petrópolis : Vozes, 1976. 113p.

LIBANIO, João Batista. *Cenários da Igreja*. São Paulo : Loyola, 1999. 133p.

_____. Leigos e Leigas nos ministérios de governar a Igreja. In: BISPOS para a esperança do mundo. Org. por Márcio Fabri dos Anjos. São Paulo: Paulinas, 2000. p. 237-256.

LIMA, Delcio Monteiro. *Enquanto o diabo cochila*. Rio de Janeiro : Francisco Alves Editora, 1990. 199p.

LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. *Evolução política dos Católicos e da Igreja no Brasil*. Petrópolis : Vozes, 1979. 266p.

LÖWY, Michael. *Marxismo e Teologia da Libertação*. Trad. Por Myrian Veras Baptista. São Paulo : Cortez, 1991.

LUSTOSA, Oscar F. *A Igreja Católica no Brasil República : cem anos de compromisso 1889-1989*. São Paulo : Paulinas, 1991. 178p.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. Trad. Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo : Brasiliense, 1989. 300p.

MANGOLIM, Olívio. *Povos indígenas no Mato Grosso do Sul : Vivemos por mais 500 anos*. Campo Grande : Graphos, 1993. 119p.

MANOEL, Ivan A. *O Pêndulo da História : A Filosofia da História do Catolicismo Conservador (1800 –1960)*. Franca, 1998. 136p. Tese (Livro Docência em História) – FHDSS/UNESP.

MARIN, Jéri Roberto. *O Acontecer e “Desacontecer” da romanização na fronteira do Brasil com o Paraguai e Bolívia*. 2 vol. Assis, 2000. 833p. Tese (Doutorado em História) – FHL/UNESP.

_____. *Ora et Labora : O projeto de restauração católica na Ex-Colônia Silveira Martins*. Porto Alegre, 1993. 212p. Dissertação (Mestrado em História) – IFCH/UFRGS.

MARTINS, José de Souza. *A Reforma Agrária e os limites da Democracia na Nova República*. São Paulo : Hucitec, 1986.

MEDEIROS, Joana Prado. *O Eldorado de Dourados : A Colônia dos baianos e a Colônia Café Porã – 1950 a 1960*. Dourados, 2001. Dissertação (Mestrado em História) – UFMS.

MENDES, Gilda Cristina Falleiros. *Conhecendo o Mato Grosso do Sul*. São Paulo : Ática, 1997. 103p.

MORAIS, J. Regis de. *Os Bispos e a Política no Brasil*. São Paulo : Cortez, 1982. 184p.

MOUNIER, Emanuel. O Personalismo. In: HISTÓRIA da Filosofia. Org. Giovanni Reale, v.3, p.732-750.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. *A Política de Colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937 –1945)*. Assis, 1999. 255p. Dissertação (Mestrado em História) – FCL/UNESP.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. *Religião e dominação de classe : gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil*. Petropolis : Vozes, 1985. 357p.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *A Linguagem e seu Funcionamento : As formas do discurso*. 4 ed. Campinas : Pontes, 1996. 276p.

PIERUCCI, A. F. de Oliveira. Igreja Católica: 1945 –1970 In: FAUSTO Boris. *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1997. V. 04. P. 345 –380.

PIERUCCI, Antônio Flávio & PRANDI, Reginaldo. *A Realidade Social das Religiões no Brasil*. São Paulo : Hicitec, 1996. 293p.

REGAN, David. *Igreja para a libertação*. Trad. José W. de Andrade. São Paulo: Paulinas, 1986. 326p.

RELIGIÃO A. Org. por Jacques Derrida e Gianni Vattimo. Trad. de Guilherme J. de Freitas Teixeira. São Paulo : Estação Liberdade, 2000. 231p.

RIBEIRO, Darcy. *Os Índios e a civilização : a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. São Paulo : Companhia das Letras, 1996. 559p.

ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado : Crítica ao Populismo Católico*. São Paulo : Kairós Livraria e ed., 1979. 270p.

SILVA, Maria da Conceição. *Política e hegemonia na Igreja Católica : um estudo sobre a Renovação Carismática*. Goiânia : editora Kelps, 2001. 121p.

SILVA, Meire Adriana da. *Igreja Católica : Família e terra*. Dourados, 1999. 58p. (Trabalho apresentado a PROPP como parte do relatório do PIBIC/CNPq/UFMS.).

SOUZA, Cláudio Freire de. *A Terra e o Homem : A luta dos sem-terra e a educação nos assentamentos do sul de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, 1992. 176p. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFMS.

SOUZA, Luís Alberto de. In.: *Comunidade, ecumenismo e libertação*. São Paulo : Paulinas, 1983. 76p.

SPRANDEL, Marcia Anita. *Brasiguaios : Conflito e Identidade em Fronteiras Internacionais*. Rio de Janeiro, 1992. 140p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – UFRJ/RJ.

TÉTARD, A. Chaveau Ph., e outros. *Questões para a história do presente*. Trad. Ilka Stern Cohen. Bauru : Edusc, 1999. 130p.

TOFFLER, Alvin. *A terceira onda*. 21^a ed. Trad. João Távora. Rio de Janeiro : Record, 1995. 491p.

TOLENTINO, Terezinha Lima. *Ocupação do Sul de Mato Grosso : Antes e depois da Guerra da Tríplice Aliança*. São Paulo, 1986. 250p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – USP/SP.

VALLA, Victor Vincent, e outros. *Religião e cultura popular*. Rio de Janeiro : DP&A, 2001. 139p.

VITA, Álvaro de. *Sociologia da sociedade brasileira*. São Paulo : Ática, 1994. 278p.

WERNET, Augustin. *A Igreja Paulista no século XIX*. São Paulo : Ática, 1987. 217p.

6. ANEXOS

1. BULA PAPAL DA CRIAÇÃO DA DIOCESE DE DOURADOS



DIOCESE DE DOURADOS
Cúria Diocesana - Fone: 421-5953
Av. João C. Câmara. 400 - Cx. Postal 493
79.800 - DOURADOS - MS.

BULA PAPAL DA CRIAÇÃO DA DIOCESE DE DOURADOS

PIO PONTIFEX, SERVO DOS SERVOS DE DEUS, EM PERPÉTUA MEMÓRIA.

Entre as obrigações mais graves do Sumo Pontificado que temos recebido de Deus, se salienta a justa e conveniente organização da Igreja. Por esta razão é de Nosso dever preocupar-Nos com a salvação das almas e com a mais frutuosa pastoral em todo orbe terrestre. Por isso temos acolhido de bom grado o pedido do Nosso venerável irmão, ARMANDO LOMBARDI, Núncio Apostólico no Brasil, que seja desmembrado da Diocese de Corumbá, no estado do Mato Grosso, Brasil, um território para formar uma nova Diocese, compreendendo os seguintes Municípios: Dourados, Amambai, Bataquassu, Itaporã, Maracajú, Ponta Porã e Rio Brilhante.

A Sé Episcopal será na cidade de Dourados, e sua Igreja Matriz, dedicada à Santíssima Virgem da Conceição, servirá de Catedral, sendo o Padroeiro da nova Diocese o Sagrado Coração de Jesus.

O Bispo de Dourados goza das faculdades, honorarias e insígnias episcopais, como bem fica onerado dos deveres próprios de um Bispo. A nova sede episcopal faz parte da Província Eclesiástica de Cuiabá de cujo Arcebispo e Bispo de Dourados é sufragâneo.

Deverá ser constituído um Conselho Diocesano, prescrito pela Lei Canônica. Ao Bispo de Dourados mandamos "sub gravi" que crie e instale um Seminário, ainda que só Menor, para formar um Clero Diocesano.

Os fiéis da nova Diocese proporcionem, mediante ofertas espontâneas, os meios necessários para a manutenção da "Mesa Episcopal" e da Cúria Diocesana. Os bens eclesiásticos, tanto moveis, como imoveis, dentro do território da nova Diocese, pertencentes até esta data à Diocese de Corumbá, passam a pertencer, de agora em diante, à Diocese de Dourados, conforme Cânon 1.500 do Código das Leis Eclesiásticas.

Quem não respeitar este Nosso decreto na sua totalidade, saiba que incorre as penalidades previstas para este caso.

Dado em Roma, junto de SÃO PEDRO, aos 15 de junho do Ano do Senhor de 1.957, no 21º ano do Nosso Pontificado.

Assinaturas: Celso, Cardeal Constantini, Chanceler da Santa Igreja Romana.

Hamleto Tardini, Chanceler Apostólico de Roma.

Alberto Serafini, Protonotário Apostólico.

Caesar Pederici, Protonotário Apostólico.

Tradução desta Bula Papal do Latim para o Português foi providenciada por Dom Teodardo Leitz, Bispo de Dourados.



2. ATA DE POSSE DE D. ALBERTO FÖRST.



ASSUNTO:
 ATA DE POSSE do
 exmo. e revmo. Sr.
 Dom Frei Alberto Foerst
 no cargo de
 Bispo-Coadjutor de Dou-
 rados.

ATA DE POSSE

Aos quatro dias do mês de setembro do ano de mil novecentos oitenta e oito, pels dez-e-seis horas, no Colégio da Imaculada Conceição de Dourados, Esta-

do de Mato Grosso do Sul, após a leitura do Decreto Papal da nomeação e da certidão da sagração episcopal, Sua Excia.Revma. -----

DOM FREI ALBERTO FOERST

Bispo-Coadjutor da Diocese de Dourados, solene-e juridicamente tomou posse do seu cargo, sendo empossado pelo exmo. e revmo.Sr.Dom Teodardo Leitz, D.D.Bispo Diocesano de Dourados.

Com este ato, realizado conforme as leis eclesiásticas, o Sr. DOM FREI ALBERTO FOERST, assumiu efetivamente o cargo de Bispo-Coadjutor de Dourados, tornando-se, com este ato, o legítimo representante da MITRA DIOCESANA DE DOURADOS PERANTE AS AUTORIDADES ECLESIÁSTICAS, CIVIS e MILITARES, podendo administrar todos os bens, moveis e imoveis, da MITRA DIOCESANA DE DOURADOS, adquirir e vender, em nome da mesma, quaisquer bens e fazer todo o necessário para a boa gerência dos negócios da Mitra Diocesana de Dourados.

E para constar, lavrou-se esta ata que é assinada pelos seguintes:

Bispo Diocesano de Dourados: *+ Dom Frei Teodardo Leitz*
 Bispo-Coadjutor de Dourados: *+ Dom Alberto Foerst S. Cam.*
 Bispos presentes: *+ Frei Eliseu James de Oliveira O. Cam.*

Em tempo:

Na primeira linha leia-se
 em vez de "quatro de setembro" sete de setembro.
 bro. *+ Teodardo Leitz*

+ Frei Eliseu James de Oliveira O. Cam.
+ Eliseu James de Oliveira O. Cam.
+ Frei Eliseu James de Oliveira O. Cam.
+ Frei Eliseu James de Oliveira O. Cam.



3. ATESTADO DE TRANSMISSÃO DE CARGO.



ASSUNTO:
Transmissão de cargo

A T E S T A D O

Atesto, para os devidos fins, que sendo aceita, pelo Sumo Pontífice, a minha renúncia de Bispo Diocesano de Dourados, transmiti o cargo ao Bispo-Coadjutor DOM ALBERTO FOERST O.Carm. no dia 13 de maio de 1990, na Catedral de Dourados, durante a missa dominical. Com este ato, Dom Alberto Foerst assumiu o governo da Diocese de Dourados como Bispo Diocesano, com todas as atribuições, deveres e poderes inerentes ao cargo.

E por ser verdade assino,
 in fide episcopi,



+ Teodardo Leitz
 + teodardo Leitz, O.F.M.
 Bispo emérito de Dourados.

MINISTERIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
 COMPROVANTE DE RECONHECIMENTO DE EMENÇÃO
 EM IMPOSTO UNICO SOBRE ENERGIA ELETRICA

INSTRUMENTO DA ENTIDADE REGISTRADA NA EMENÇÃO

PAROQUIA DIOCESANA DE DOURADOS

AVENIDA DA INDEPENDENCIA

RUA MATO GROSSO s/ JONIA TORÁ

LATIMOS FARMACIA S/C

03053856/0001-02

MIRA DIOCESANA DE DOURADOS

Av. Independência, 400

CEP - 76200-000

Campana Grande - MS

1990

ICMS PROVENIENDO

Em 1990

MSL 1070000

IDENTIFICAÇÃO LEM...
 As Igrejas Diocesanas são pessoas jurídicas independentes de registro civil, isto é, não tem estatutos.
 Decreto 119 - Art. 5 do dia 7 de julho de 1890.
 Isenção de quaisquer tributos federais, estaduais, e municipais (Constituição Federal de 1969, art. 15, III-b).

D. Alberto Först
Brasão: "In Verbo Tuo"

Fonte: Cúria Diocesana de Dourados